

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ENTRE BOEMIA, IMPRENSA E MILITÂNCIA
REVOLUCIONÁRIA: A TRAJETÓRIA DE RUBENS MANOEL
LEMONS (1956 – 1973)**

CECIL VINICIUS OLIVAR OLIVEIRA GUERRA

**PORTO ALEGRE – RS
2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ENTRE BOEMIA, IMPRENSA E MILITÂNCIA
REVOLUCIONÁRIA: A TRAJETÓRIA DE RUBENS MANOEL
LEMONS (1956 – 1973)**

CECIL VINICIUS OLIVAR OLIVEIRA GUERRA

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Linha de pesquisa: Relações Sociais de Dominação e Resistência.

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt.

PORTO ALEGRE – RS

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Carlos André Bulhões Mendes

VICE-REITORA

Patricia Pranke

DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Hélio Ricardo do Couto Alves

VICE-DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Alex Niche Teixeira

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Igor Salomão Teixeira

VICE-COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Arthur Lima de Avila

CHEFE DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

Luziane Graciano Martins

CIP - Catalogação na Publicação

Guerra, Cecil Vinicius Olivar Oliveira
Entre boemia, imprensa e militância revolucionária:
a trajetória de Rubens Manoel Lemos (1956 - 1973) /
Cecil Vinicius Olivar Oliveira Guerra. -- 2023.
171 f.
Orientador: Benito Bisso Schmidt.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2023.

1. Rubens Manoel Lemos. 2. Jornalismo. 3.
Militância Revolucionária. I. Schmidt, Benito Bisso,
orient. II. Título.

Cecil Vinicius Olivar Oliveira Guerra

ENTRE BOEMIA, IMPRENSA E MILITÂNCIA REVOLUCIONÁRIA: A
TRAJETÓRIA DE MANOEL RUBENS LEMOS (1956 – 1973)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul como requisito para parcial para
a obtenção do título de mestre em História

Linha de pesquisa: Relações sociais de dominação
e resistência

Orientador: Prof. Doutor Benito Bisso Schmidt

Porto Alegre, 7 de outubro de 2022

Resultado: Aprovado com recomendação de publicação da dissertação

BANCA EXAMINADORA:

Raimundo Nonato Araújo da Rocha
Departamento de História
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Maria Paula Araújo
Departamento de História
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Luiz Alberto Grijo
Departamento de História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Agradecimentos

O sonho já tinha acabado quando eu vim
e cinzas de sonhos desabam sobre mim
mil sonhos já tinham sonhados
quando nós perguntamos ao passado
estamos sós?
a velha amizade
esboça um país mais real
um país mais que divino
masculino, feminino e plural

Caetano Veloso
“Falou Amizade”

Falta-me imaginação quando preciso demonstrar gratidão. Por isso, recorri à arte. Mobilizo a letra dessa canção para manifestar inicialmente meus mais profundos agradecimentos a alguns amigos e familiares que nos tempos difíceis da minha existência mantiveram minha crença de que conseguiremos esboçar o “nosso” novo país nas próximas décadas: mais feliz, mais humano, mais inclusivo e respeitoso.

Primeiro, agradeço meus pais Cecil Zenaide Guerra (*in memoriam*) e Ângela Maria Olivar Oliveira (*in memoriam*), meus maiores exemplos de que os estudos podem transformar vidas.

Sou grato aos dois por terem gerado o maior ser humano do meu mundo: Marianna Olivar Oliveira Guerra, minha irmãzinha. Sua existência me acolhe e me faz sentir importante e amado. A ela, que me educou sendo ainda muito jovem, dedico integralmente esse trabalho e todas as minhas conquistas.

Em seguida, agradeço ao professor Raimundo Nonato por ter me recebido no grupo de pesquisa “Os Espaços da Modernidade”, logo quando iniciei a graduação em História. Nonato é um exemplo de professor honesto e dedicado, e de um amigo leal e preocupado com o bem estar de todos que o cercam. Durante cinco anos partilhei com ele e com meus companheiros de trabalho quase todas as tardes da semana. Foi um dos períodos mais enriquecedores da minha trajetória. Para além de normas de escrita, bibliografias e áreas de estudos, descobri ali que a vida experimentada coletivamente é o que há de mais empolgante.

Agradeço também ao professor Benito Bisso Schmidt por ter me dado todo suporte durante os anos de mestrado e por ter me aceitado como orientando. Suas

indicações e conselhos me deram novas perspectivas existenciais e abriram horizontes da História para os quais eu nunca tinha atentado. As falhas apresentadas ao longo dessa dissertação são de responsabilidade inteiramente minha; já os possíveis méritos merecem ser compartilhado com ele, orientador atento e sagaz.

Agradeço os professores Luiz Alberto Grijó (UFRGS), Raimundo Nonato (UFRN) e a professora Maria Paula de Araújo (UFRJ) por terem aceitado participar da banca de arguição. Foi um privilégio ter minha dissertação lida por profissionais tão qualificados.

Agradeço profundamente a todas as pessoas que aceitaram contribuir com esse trabalho partilhando suas histórias de vida. Aos amigos de militância de Rubens (Juliano Siqueira, Aldemir Lemos, Luciano Almeida, Marcelo Melo e Roberto Monte) e aos seus familiares (Miriam Lemos, Lucia Reale Lemos, Daniel Dantas Lemos, Rubens Lemos Filhos) meus mais sinceros agradecimentos!

Aproveito e dedico esse estudo também à vida de todos os (as) filhos (as) de militantes que tiveram suas existências profundamente alteradas por causa das violências perpetradas pelo Estado durante a ditadura. Em especial, claro, aos filhos e filhas de Rubens Lemos (Lucia, Marcos, Fabio, Rubens, Yasmine, Camilo e Daniel).

Agradeço os (as) professores (as) Mariluci Vargas, Rodrigo Weimer, Luiz Alberto Grijó, Cesar Guazelli e Clarice Sperenza que me acolheram no PPGH/UFRGS e deram contribuições valiosas para minha pesquisa.

Expresso meus agradecimentos também aos (as) professores (as) do Departamento de História da UFRN, em especial a Wicliffe Costa, Helder Nascimento, Raimundo Arrais, Aurinete Girão, Carmen Alveal e Juliana Souza por terem contribuído significativamente com a minha formação profissional, durante os anos que cursei a Licenciatura em História naquela universidade.

Sou profundamente agradecido aos meus amigos Barbara Luiza, Xaid Costa e Romerito Nóbrega. Pessoas com as quais sei que posso contar em todos os momentos e ocasiões. Obrigado por serem meus amigos, na definição mais profunda do termo.

Durante a pandemia, me aproximei de pessoas maravilhosas que me ajudaram a suportar esse momento traumático. Agradeço em especial meus camaradas Madé, Thyago “O Milton Galego”, Porpa e Palhanesco por compartilharem comigo diariamente tantos momentos felizes e inquietações existenciais. Vocês tornam meus dias menos cansativos e mais prazerosos.

Agradeço também a Cibele, por ter me ajudado no período de escrita desse texto, sendo uma companhia e dando-me ânimo para terminá-lo.

Agradeço ao incentivo dado por todos (as) os (as) professores (as) da E.M Raimundo Cavalcanti para que eu terminasse a redação desse trabalho. Estendo a minha gratidão a todos (as) alunos (as) queridos (as) dessa escola, os (as) quais são responsáveis por alegrarem minha vida com tanto ânimo, coragem e bom humor.

Por fim, agradeço ao CNPq pela bolsa concedida, sem a qual essa pesquisa não seria possível. Esse órgão é fundamental para a democracia brasileira e precisará ser reestruturado no país que estamos esboçando para as próximas décadas.

*Pedras são sonhos na mão
Voam na imensidão
Ideias que ganham vida e criam asas
Voam na imensidão
Meus sonhos, minha canção
Pedras e sonhos são nossas únicas armas*

El Efecto, “Pedras e Sonhos”.

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo investigar a trajetória de Rubens Manoel Lemos, entre os anos de 1940 e 1972. As balizas temporais compreendem o nascimento do personagem, a sua formação escolar, o ingresso na profissão de jornalista e na militância política, a sua vida na clandestinidade e, por fim, sua experiência no exílio chileno. Até sua morte, em 1999, Rubens se manteve ativo politicamente e profissionalmente. Durante os anos 1980, por exemplo, ele participou da organização do Partido dos Trabalhadores, chegando a ser o primeiro candidato do partido a governador, nas eleições de 1982. Buscou-se compreender, especificamente, como esse personagem se constituiu como militante revolucionário e jornalista durante as ditaduras militares do Cone Sul. Do ponto de vista teórico, reflexões sobre as relações entre indivíduo e sociedade (ELIAS, 1994), biografia histórica (LORIGA, 1998; LEVI, 2006) e memória (POLLAK, 1989) foram fundamentais. No que se refere à metodologia, mobilizou-se principalmente os aportes da História Oral (PORTELI, 1997) e da micro-história italiana (GINZBURG, 1989; GINZBURG; PONI, 1989). O escopo documental do estudo é constituído principalmente por jornais, entrevistas e textos autobiográficos, documentos do aparato repressivo e documentos pessoais do biografado. O trabalho aponta para três conclusões principais: 1) a formação religiosa e escolar usufruída por Rubens possibilitou a ele desenvolver habilidades de leitura e escrita, as quais foram fundamentais para a sua constituição como jornalista e militante político; 2) o campo de possibilidades a partir do qual Rubens Lemos ingressou na atividade jornalística contribuiu decisivamente para a sua participação em movimentos políticos durante a Quarta República; 3) as relações do personagem com o protestantismo, com a boemia e a sua conturbada vida familiar impactam até os dias atuais as memórias produzidas sobre ele.

Palavras-chaves: Rubens Manoel Lemos; militância revolucionária; jornalismo.

ABSTRACT

This thesis aims to investigate the trajectory of Rubens Manoel Lemos between the years of 1940 and 1972. The temporal cut regards this character's birth, his schooling, the beginning of his career as a professional journalist and political militant, his clandestine life and, lastly, his time spent exiled in Chile. Until his death in 1999, Rubens remained politically and professionally active. During the 80's he participated in the foundation of the Workers' Party, becoming the party's first candidate for governorship of a state in the 1982 elections. Unfortunately, this political experience was not included in this thesis, because of the limits imposed by deadlines. We sought to understand, specifically, how this character made his career as a journalist and a revolutionary during military dictatorships in Southern Cone. From a theoretical point of view, reflections on the relationship between individual and society (ELIAS, 1994), historical biography (LORIGA, 1998; LEVI, 2006) and memory (POLLAK, 1989) were fundamental. Regarding the methodology, contributions from Oral History (PORTELI, 1997) and from Italian micro-history (GINZBURG, 1989; GINZBURG; PONI, 1989) were mobilized. The documentary scope of the study consists mainly of newspapers, interviews and autobiographical texts, documents from the repressive apparatus and personal documents. The thesis points to three main conclusions: 1) Ruben's religious and scholar formation enabled him to develop reading and writing skills which were fundamental for his constitution as a journalist and political activist; 2) the field of possibilities where Rubens Lemos entered the journalistic activity contributed decisively to his participation in political movements during the Fourth Republic; 3) the character's relationships with Protestantism, with the bohemian lifestyle and his troubled family history impact the memories produced about him until the present day. Keywords: Rubens Manoel Lemos; revolutionary militancy; journalism

Sumário

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Introdução..... | 12 |
| <i>Capítulo 1) “Nasci sertanejo e de um pai pobre, mas logo percebi as injustiças do mundo”: formação escolar, relações familiares e a vida de Rubens Lemos entre o Rio Grande do Norte e o Paraná</i> | <i>26</i> |
| 1.1) Entre a formação religiosa e escolar: a experiência de Rubens no Colégio Presbiteriano XV de Novembro..... | 34 |
| 1.2) De volta para Natal, novos conflitos | 41 |
| 1.3) A vida do jovem Rubens em Londrina/RN: primeiras paixões..... | 43 |
| 1.4) Rubens Lemos, jornalismo e militância política no Paraná..... | 50 |
| 1.5) Rubens Lemos e o golpe civil-militar de 1964..... | 62 |
| <i>Capítulo 2) “Enfrentando os cercos da minha vida”: Rubens Lemos em Natal.....</i> | <i>70</i> |
| 2.1) Rubens Lemos, o “João Saldanha de Natal” | 70 |
| 2.2) Rubens Lemos, “o jornalista dos problemas do subúrbio”..... | 76 |
| 2.3) Rubens Lemos, “o crítico de música mais atacado da cidade”..... | 91 |
| 2.4) Rubens Lemos, entre o ingresso no PCBR e os dilemas familiares | 97 |
| 2.4.1) Rubens, o militante do PCBR em Natal..... | 102 |
| <i>Capítulo 3) Uma cordilheira separando lutos: a experiência de Rubens Lemos no exílio chileno.....</i> | <i>123</i> |
| 3.1) Cotidiano e poder: Rubens no Chile..... | 128 |
| 3.2) Rubens e Isolda no Chile: paixões e conflitos | 133 |
| Considerações finais e percursos da pesquisa | 155 |
| Documentos consultados | 162 |
| Bibliografia: | 163 |

Introdução

O objetivo dessa dissertação é discutir a trajetória do ex-militante revolucionário e jornalista Rubens Manoel Lemos. Aos natalenses que possuem mais de cinquenta anos, o personagem, provavelmente, não é um completo estranho. O seu nome se fazia presente constantemente aos ouvidos e olhos de boa parte da população de Natal, entre as décadas de 1960 e 1990. Isso porque ele atuava como comentarista esportivo, assinava reportagens nos jornais de maior circulação no estado (*Diário de Natal* e *Tribuna do Norte*) e se fazia presente diariamente nas rodas de boemia dos bares do centro histórico da cidade. Além disso, há ainda quem se lembre dele por causa de sua destacada atividade política, principalmente como quadro do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) durante os anos 1960 e 1970 e nos anos 1980 como militante do Partido dos Trabalhadores (PT).

A vida intensa de Rubens e a sua atuação em diferentes áreas faz com que ainda hoje muitas pessoas recordem do personagem, principalmente jornalistas, militantes políticos de esquerda e frequentadores assíduos de bares: quase todos possuem alguma história saudosa com Rubens.

Quanto a mim, não lembro bem a primeira vez que ouvi ou li o nome do “meu” personagem. Algumas cenas da minha infância são invocadas. Uma, em especial, tem uma vitalidade muito forte. Nas reuniões familiares, meus tios sempre relembavam nostalgicamente a experiência de frequentar, nos anos 1970 e 1980, as partidas de futebol dos clubes locais, principalmente os jogos do América e do ABC. Eram alvos de recordação as caminhadas em direção ao antigo estádio de futebol Juvenal Lamartine e ao estádio Machado, as provocações entre as torcidas rivais, as músicas entoadas pelos torcedores e as jogadas marcantes dos craques de bola de antigamente. Entre essas histórias, inevitavelmente a figura de Rubens aparecia. Ele, por meio dos seus comentários, completava o acontecimento dos jogos de outrora.

Já graduando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em 2016, comecei a fazer parte do grupo de pesquisa Espaços na Modernidade, coordenado pelo professor Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha. No âmbito desse grupo, companheiros de estudo escreviam biografias históricas a partir de

recortes que envolviam a micro-história italiana, a história política e a história cultural.¹ Paralelamente a essa atividade acadêmica, me envolvi na militância política. Participei de gestões do Centro Acadêmico do curso de História, de mobilizações contra o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, de reuniões partidárias e de cursos de formação promovidos pelo Movimento Sem Terra (MST).

Experiências acadêmicas e políticas andavam juntas quando no ano de 2018 conheci Roberto Monte, coordenador da organização política Direitos Humanos na internet (Dhnet)². Roberto me apresentou diversos trabalhos que desenvolve nessa organização. Um, em específico, consiste em reunir registros das lutas populares e das organizações de esquerda no Rio Grande do Norte. Conhecendo mais a fundo esse projeto, comecei a me debruçar sobre alguns fundos documentais resguardados por iniciativa do projeto. Foi então que, embalado pelas discussões biográficas, interessei-me pela trajetória de alguns militantes que tinham suas histórias de vida contempladas pelas iniciativas do Dhnet. Primeiramente, busquei conhecer a trajetória de Mércia Albuquerque³, uma advogada pernambucana responsável por defender judicialmente diversos presos políticos do Rio Grande do Norte, durante a ditadura militar.⁴ Estudando o arquivo pessoal da advogada, encontrei algumas anotações a respeito de um encontro que ela teve com o então preso político Rubens Manoel Lemos, quando este estava recluso numa cela do DOI-CODI em Recife. Quase que involuntariamente o nome de Rubens me saltou aos olhos e comecei a me perguntar: por que um locutor de futebol foi preso pela polícia política durante a ditadura?

O calendário anual marcava o final do ano de 2019. O cenário político brasileiro era dominado por manifestações de cunho fascista e o país já era governado por um presidente defensor confesso da ditadura militar. Nesse momento, sentia-me particularmente interessado em compreender como homens e mulheres resistiram e reagiram a governos autoritários em outros períodos. Mais do que isso, buscava compreender as experiências de pessoas que dedicaram suas existências à superação do

¹ Pude acompanhar de perto a concretização dos seguintes trabalhos: AIRAGHI (2016), MORAIS (2019), MEDEIROS (2017).

² As ações promovidas pela organização podem ser consultadas no seguinte sítio: < <http://www.dhnet.org.br/> > Acesso em 20 de março de 2021.

³ Para ver mais a respeito da trajetória de Mércia, consultar: BRITO (2015).

⁴ No âmbito desse trabalho, considera-se o termo “militar” para se referir a ditadura vigente entre 1964 e 1985, e a expressão “civil-militar” para aludir ao golpe que depôs o presidente João Goulart. Segundo Napolitano (2014), enquanto a ditadura foi comandada primordialmente pelo setor castrense, o golpe foi protagonizado por militares, grandes grupos empresariais-midiáticos e setores organizados da sociedade civil.

capitalismo. Não conseguia vislumbrar, nesse contexto de inquietação, saídas individuais e pessoais, sem mudanças sociais profundas e coletivas.

Portanto, o meu interesse pela trajetória de Rubens Lemos não foi produto de uma história traçada linearmente ou pré-determinada a ser desde o início do meu ingresso na graduação. Pelo contrário, foi consequência de diversos acontecimentos e do meu interesse em estudar a temática. Essas questões explicam a minha inquietação quando reparei no nome de Rubens no diário pessoal de Mércia. Até aquele momento, informado pelas conversas dos meus tios, sabia somente que Rubens era dono da voz que embalava o futebol potiguar. Foi só a partir do diário da advogada que descobri sua atuação na imprensa e em partidos políticos, durante a ditadura. Conhecendo mais da sua história, identifiquei alguns gostos pessoais que nos une. Somos apaixonados por futebol, frequentamos, em tempos diferentes, mesmos botecos no centro histórico da cidade e compartilhamos o espectro político “de esquerda”. Essas proximidades não retiram o distanciamento necessário entre pesquisador e objeto, mas incitam questões de pesquisa particulares e tratamentos metodológicos específicos, sobre os quais falaremos adiante.

Assim, Rubens se tornou, para mim, algo além da voz que comandava a alegria dos meus familiares nos domingos de futebol. Com o passar do tempo, passei a sistematizar alguns dados biográficos que pude reunir sobre ele. Os dados podem ser assim expostos, resumidamente: Rubens nasceu no ano de 1941, no município de Santana dos Matos, e, ao longo da sua infância, morou em diversas cidades do agreste potiguar e do sertão paraibano. Quando criança, o personagem estudou na Escola Presbiteriana XV de Novembro, de orientação protestante, e na Escola Estadual Atheneu Norte Rio Grandense. Em 1956, aos quinze anos de idade, o personagem passou a morar na cidade de Londrina, onde começou a integrar movimentos políticos. Em 1964, após o golpe civil-militar, o personagem se mudou para Natal, onde trabalhou no jornal *Diário de Natal* e na *Rádio Poti*. Na capital potiguar, Rubens compôs o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e foi jogado para a clandestinidade. Em 1970, decidiu buscar exílio: foi primeiro ao Uruguai e depois ao Chile. Em Santiago, manteve vínculos com o Movimento de Acción Popular Unitária (MAPU) e se tornou professor de jornalismo da Consejería Del Desarrollo Social, um organismo nacional diretamente ligado ao presidente Salvador Allende. Em 1973, deixou o Chile e regressou ao Brasil: primeiro ao Rio de Janeiro para cumprir uma “missão” delegada pelo PCBR, e depois à Natal a fim de passar um tempo com a sua

esposa e os dois filhos do casal. Foi preso em 1974, quando estava em Natal, e levado ao DOI-CODI, em Recife, onde sofreu por sete meses torturas físicas e psicológicas. Após a soltura, continuou trabalhando na grande imprensa e passou a militar em prol da anistia política. Ao longo da década de 1980, ele participou da organização do Partido dos Trabalhadores no âmbito nacional e estadual, chegando a se candidatar a governador do Rio Grande do Norte nas eleições de 1982. Morreu em 1999 após complicações de saúde causadas pela cirrose.

A partir da vida de Rubens é possível compreender, problematizar e analisar temas já consagrados pelas análises macroanalíticas da historiografia, como, por exemplo, a história das esquerdas revolucionárias durante as ditaduras do Cone Sul e a história da grande imprensa nas décadas de 1960 e 1970. Esses dois temas, em particular, convergem explicitamente ao longo da trajetória do personagem. As suas ações demonstram uma preocupação com a derrubada da ditadura e a implementação do socialismo, ao mesmo tempo em que buscava se firmar como um jornalista consagrado nos veículos de imprensa.

Nesse sentido, dois objetivos gerais orientam esse estudo: busca-se, por um lado, compreender o fenômeno da militância revolucionária na América Latina; e, por outro, entender o processo de modernização da imprensa nos anos 1960 e 1970. A meta é cumprir esses objetivos, analisando a trajetória de um personagem cujas identidades de revolucionário e jornalista se cruzaram ao longo da sua vida.

O problema mais amplo dessa pesquisa busca compreender, a partir de um estudo biográfico, as múltiplas formas através das quais um militante revolucionário e jornalista da grande imprensa se constituiu, se relacionou, resistiu e reagiu às ditaduras militares vigentes nos países do Cone Sul durante as décadas de 1960 e 1970.

Dessa forma, duas noções são fundamentais para a problemática desse estudo. A primeira é a da militância revolucionária no contexto das ditaduras militares do Cone Sul. Essa noção abrange a crença, compartilhada por homens e mulheres, de que revoluções armadas colocariam fim as ditaduras vigentes e iniciariam o processo de superação do capitalismo. Segundo essa concepção, a luta armada promovida por organizações revolucionárias guerrilheiras seria o mecanismo fundamental para a derrubada do sistema capitalista e dos tipos de relações econômicas, sociais, políticas e culturais que ele gera. Nesse sentido, grupos se articularam em vários países (Peru, Guatemala, Venezuela, Argentina, Brasil e Uruguai) com esse propósito (ESQUERDA, s.d, s.p).

Já a outra noção mobilizada é a de “grande mídia”. Esse termo agrega os veículos de comunicação de massa, que são lidos ou assistidos diariamente pela maior parte da população e influenciam diretamente grande número de pessoas. Nessa perspectiva, a “grande mídia” se opõe à “mídia alternativa”, pois está ligada a políticas dominantes e não manifesta diretamente desejo de transformações sociais profundas (KUSINSKI, 2013).

A historiografia brasileira vem se dedicando sistematicamente aos temas das esquerdas revolucionárias e da história da imprensa nas décadas de 1950 a 1970. De uma forma geral, as teses sobre o primeiro tema citado explicam os motivos que levaram a derrota desta no Brasil. Para isso, recorrem principalmente ao fracasso dos grupos de esquerda em constituir amplas bases sociais, mantendo-se presa aos setores médios intelectualizados, devido às estruturas verticais e autoritárias dos grupos⁵. Além disso, estudos desenvolvidos nas pós-graduações do país têm analisado a composição de cada organização revolucionária, chamando a atenção para as particularidades de cada uma delas.⁶

Por outro lado, a bibliografia especializada sobre a história da imprensa discute, principalmente, o processo de modernização da grande mídia e a participação dos grandes veículos no golpe de 1964⁷. Sobre a fase posterior ao golpe (1964-1979), diversas pesquisas analisam a imprensa na sua relação com os mecanismos de censura impostos pela ditadura.⁸

Em geral, os estudos sobre as esquerdas revolucionárias e a história da imprensa – especificamente, a grande mídia – são feitos a partir de dimensões macroanalíticas. As análises baseiam-se nos conflitos entre economia e política, nas grandes estratégias de poder adotadas e nas dissidências internas entre grupos. Trata-se de análises consagradas e importantes, mas que, normalmente, não contemplam a fundo os dilemas dos sujeitos e o horizonte de possibilidades que envolvia os atores históricos. Por meio de uma abordagem biográfica, é buscado, no âmbito dessa dissertação, contemplar o horizonte de possibilidades dos homens e mulheres, os problemas circunstanciais que os envolvia, os dilemas particulares de um indivíduo e as estratégias adotadas por ele para

⁵ Cabe citar os estudos consagrados de Jacob Gorender (1987), Aarão Reis (1990) e Marcelo Ridenti (2010).

⁶ Alguns desses estudos são a dissertação de Renato da Silva Della Vechia (2005), sobre o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, a dissertação de Higor Codarin Nascimento (2018), a respeito do Movimento Revolucionário 8 de outubro, e a dissertação de Jeane Fialho Canuto (2016), acerca do Partido Comunista Revolucionário.

⁷ Nesse sentido, são exemplares os trabalhos de Barbosa (2007), Martins e Luca (2008) e Goulart (2003).

⁸ Sobre esse tema, as obras de Kucinski (1991), Abreu (2000) e Kushnir (2004) são incontornáveis.

enfrentá-los. Nesse sentido, a abordagem biográfica é um método privilegiado para acessar dimensões pouco contempladas pelos estudos que partem de dimensões macrointerpretativas.

Algumas escolhas foram necessárias para tornar viável esse projeto. A primeira diz respeito ao recorte temporal da pesquisa. Com os prazos impostos e o material disponível, seria impossível – mesmo que sedutor – analisar toda a trajetória de Rubens Lemos. Dito isso, partimos das décadas iniciais da sua vida até o ano de 1972. Essa baliza temporal foi delimitada levando em conta estritamente o problema de pesquisa que orientará o estudo. O recorte inicial é delimitado a partir de 1940 e contempla os primeiros anos da vida do personagem, isto é, a formação escolar, religiosa e a construção dos primeiros vínculos afetivos com seus familiares. O ano de 1956 representa um segundo marco, pois foi quando Rubens se mudou para Londrina e, estando nessa cidade, começou sua atuação junto a grupos políticos e nas greves. Foi nessa cidade que o personagem começou a trabalhar na grande mídia, incluindo rádios e jornais. A baliza temporal final do estudo é delimitada em 1972, pois foi o momento em que o personagem voltou ao Brasil, depois de quase dois anos no exílio. Após a sua chegada ao país de origem, e, conseqüentemente, a sua prisão, o personagem iniciou outro ciclo na sua trajetória, ingressando em novos movimentos políticos e se relacionando com pessoas e grupos até então desconhecidos por ele. Esse recorte viabiliza o estudo, pois possibilita compreender como Rubens se constituiu como militante e jornalista e reagiu às ditaduras implementadas no Cone Sul.

Caso Rubens tivesse acesso a essa dissertação, provavelmente discordaria da baliza temporal delimitada. Isso porque dificilmente ele pensaria sua vida em blocos apartados, já que os momentos da sua existência foram articulados uns aos outros continuamente de modo a dar sentido a sua própria identidade⁹. Foi com muito pesar que os anos posteriores a sua volta ao Brasil não foram analisados, mas a baliza temporal delimitada dá conta da proposta investigativa levantada pelo estudo. As lacunas e novas perguntas que surgiram ao longo do trabalho sugerem que a pesquisa merece ser continuada em outras oportunidades.

O simples desejo pessoal de contar a história de Rubens Lemos e, a partir dela, acessar dados do passado, não é suficiente para embasar a análise. É fundamental

⁹ Esse exercício “imaginativo” de uma possível reação de Rubens ao acessar essa dissertação foi feito a partir das reflexões propostas por Benito Bisso Schmidt (2017) no estudo biográfico sobre Flávio Koutzii.

articular esse desejo com um projeto de escrita da história devidamente sustentado por metodologias e teorias sólidas.

O gênero biográfico tem uma longa história, remetendo à Antiguidade clássica, período no qual as biografias eram escritas principalmente para que a vida do biografado pudesse servir de exemplo para as demais pessoas – daí o gênero ser classificado nesse período como “biografia heroica”.¹⁰ Da antiguidade para os dias atuais, evidentemente, profundas mudanças atravessaram esse gênero. Sem fazer um balanço demasiadamente extenso¹¹, cabe dizer que principalmente desde o final da década de 1980, após alguns anos de ostracismo¹², a biografia passou a ocupar um lugar de destaque na historiografia, tornando-se um método privilegiado de investigação do passado. No momento em que os grandes paradigmas explicativos perderam a capacidade estruturante e os esquemas holistas foram profundamente questionados, alguns historiadores passaram a testar em trabalhos biográficos novos usos para categorias centrais na historiografia moderna, tais como sujeito, tempo e espaço. A julgar pela onda crescente de boas biografias na historiografia brasileira – mas não somente –, os testes foram bem-sucedidos.

Os trabalhos com esse enfoque serviram como alavanca para pensar o sujeito em novas bases, isto é, admitindo que não existe identidade fixa, essencial ou permanente atrelada a ele. Segundo Stuart Hall, “A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente” (HALL, 2006, p. 13). Assim, “o sujeito assume diferentes identidades em diferentes momentos” (Ibidem). Nesse sentido, tomando-se um indivíduo como um objeto de investigação, busca-se pensá-lo no centro de diversas lutas e conflitos de poder, sendo (re)constituído permanentemente a partir de práticas discursivas e não discursivas. Essa perspectiva acerca do sujeito e da identidade vai de encontro ao indivíduo postulado pelo Iluminismo, o qual se baseava

Em uma concepção de pessoa humana [...] totalmente centrada, unificada, dotada das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o indivíduo nascia e com ele se desenvolvia, ainda

¹⁰ O termo “biografia heroica” é mobilizado pelo historiador francês François Dosse (2016) para compreender a escrita biográfica durante a Antiguidade clássica.

¹¹ Balanços sobre a história do gênero biográfico podem ser consultados em: Schmidt (2003; 2011) e Malatian (2008).

¹² O ostracismo vale somente para a historiografia, principalmente a de tradição francesa, então o dominada pelas proposições metodológicas da Escola dos Annales.

permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou “idêntico” a ele, um indivíduo uno, racional, centrado e cuja identidade era, supostamente, linear desde o início da vida (Ibidem, p. 10).

No âmbito das Ciências Sociais o modelo de indivíduo uno, racional e autocentrado também foi alvo de críticas. Para Pierre Bourdieu, o entendimento “de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma intenção subjetiva e objetiva, de um projeto” é uma “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 2006, p. 184). Mais especificamente, para o sociólogo francês, é ilusório um tipo de retórica que postula um “eu” coerente sem risco e sem incerteza. Por isso, deve-se, do ponto de vista analítico, considerar a vida em termos de trajetória, pensando-a como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço social que é ele próprio um, estando sujeito a incessantes transformações” (Ibidem, p. 189).

Porém, tal noção de trajetória, segundo Adriana Barreto de Souza, é “indiferente às particularidades circunstanciais e aos acidentes individuais no fluxo das realidades sociais” (SOUZA, 2012, p. 114). Nesse sentido, Loriga (1998) pontua que a noção de trajetória, tal qual proposta por Bourdieu, postula o sujeito como uniforme e sempre vinculado aos laços normativos (o *habitus* e o *campo*). A autora sugere então, mobilizar a abordagem biográfica para “romper as homogeneidades aparentes [do discurso histórico] (a instituição, a comunidade ou o grupo social)” (LORIGA, 1998, p. 248).

Ao balizarmos tais discussões teóricas envolvendo a biografia, é possível sintetizá-las em uma perspectiva feita a partir das potencialidades desses diferentes autores. Por um lado, Bourdieu lança críticas e sugestões importantes ao indicar os riscos assumidos pelas Ciências Sociais, uma vez que estas incorporaram uma noção de vida contrabandeada do senso comum. Por outro, Loriga oferece uma perspectiva valiosa ao chamar a atenção para as discontinuidades e incertezas do indivíduo e da racionalidade normativa.

Por fim, estabelecendo um diálogo com Giovanni Levi, interessa-nos compreender Rubens no seu “fazer-se” como um militante revolucionário e jornalista, a partir de múltiplas experiências, resultantes sempre da tensão e do apoio mútuo entre o “caráter intersticial da liberdade de que dispõem o agente [...] e o funcionamento concreto dos sistemas normativos” (LEVI, 2006, p. 180). Nesse sentido, os sistemas normativos dizem respeito aos espaços sociais no qual o indivíduo transitou ao longo de sua vida. Em cada um deles, Rubens traçou estratégias a fim de acumular capitais

simbólicos e materiais. As propriedades de cada espaço são consideradas aqui como condições objetivas as quais o personagem encontrou e buscou, a seu modo, alterar ou contribuir para a sua permanência. Por outro lado, o trânsito do personagem em diferentes espaços também foi marcado por afetos e desafetos, sentimentos e fatores subjetivos que igualmente conformaram a sua trajetória.

A singularidade de Rubens só ganha potencial analítico se a sociedade na qual ele viveu for também estudada. Nesse sentido, não há uma relação de oposição entre indivíduo e sociedade; há, como considera Nobert Elias, uma relação de interdependência. As ideias, convicções, afetos, necessidades e traços do caráter de Rubens são produzidos mediante a interação com os outros (ELIAS, 1994, p. 27). Essas interações constituem também as redes que vincularam o personagem a outras pessoas, em diferentes ambientes por onde ele transitou (jornais, partidos, família, igreja, escola etc). Tas redes implicaram obrigações, expectativas e reciprocidades do personagem em relação às demais pessoas com as quais conviveu e vice-versa.

A complexa rede de interdependência na qual o indivíduo está vinculado é também uma rede de poder imprevisível, o que fez com que Rubens Lemos estivesse ora em vantagem, ora em desvantagem diante dos outros. Essa rede, bem como as ações do personagem são inseridas em um “campo de possibilidades historicamente determinados”, conforme denominou Ginzburg (1990). Tal contexto é entendido como “rede humana móvel, estruturado a partir de uma desigual distribuição do poder, onde uma margem de decisão nunca ilimitada, é possível aos grupos e indivíduos” (SCHMIDT, 2018, p. 21). Portanto, não se trata de algo exterior à vida do personagem. Pelo contrário, ao mesmo tempo em que ele foi impactado pelos contextos, o personagem também agiu no sentido de alterá-los. O desafio é justamente captar esse duplo movimento ao longo da narrativa.

Além do peso dos constrangimentos dos sistemas normativos, as ações e as redes constituídas por Rubens Lemos foram resultadas das suas próprias ações, do acaso e da imprevisibilidade histórica. Dessa forma, o campo de possibilidades disponível para o personagem dependia tanto “dos instrumentos de poder” controlados por ele, quanto por fatores exógenos a sua ação.¹³ Por um lado, o personagem aproveitou recursos culturais que lhes foram disponibilizados pelas suas relações familiares e sua formação intelectual. Por outro, sofreu as consequências das condições históricas de violência

¹³ Para Nobert Elias, cada indivíduo, no interior das redes, dispõe de instrumentos de poder a depender dos recursos por ele controlados. Ver mais em: ELIAS, 1994, p. 56.

política, provocadas pela ditadura militar no Brasil, as quais impuseram limites e restrições às suas decisões pessoais e coletivas dos grupos políticos nos quais estava inserido. Dessa forma, a margem individual de decisão de Rubens foi, em alguns momentos, extensa, e, em outros, foi diminuta em natureza e extensão.

Ao longo da dissertação, as ações do biografado foram inseridas em distintos campos de possibilidade, considerando estes como produtos das circunstâncias históricas de cada momento. Pensar a atuação de Rubens nesse campo permite problematizar os discursos essencialistas que marcam as produções memorialísticas sobre ele, as quais tentam caracterizar a sua trajetória a partir da inevitabilidade histórica, como se sua vida estivesse desde o início predestinada a ser o que foi, fruto de escolhas “naturais”.

Já do ponto de vista metodológico, o método onomástico é fundamental para esse estudo. Tal método consiste na transformação do nome – uma das marcas “que distingue um indivíduo de outro em todas as sociedades conhecidas” – no “fio de Ariadne que guia o investigador no labirinto documental” (GINZBURG, 1990, p. 174). A partir desse procedimento, viabiliza-se reconstituir a trajetória (ainda que fragmentada) do personagem investigado, bem como uma rede das relações que a circunscrevem. Isso é possível porque “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (Ibidem, p. 125).

Entretanto, vale a pena enfatizar, o nome não é um dado neutro, nem apresenta uma constância em relação à vida de quem o porta. Segundo Rodrigo Weimer,

os nomes não são apenas rastros a serem perseguidos. Eles [...] traduzem relações de poder e hierarquias. Expressam formas de classificação social e disposições identitárias individuais, familiares ou grupais frente aos demais. Os nomes trazem impressos em si tradições, memórias e experiências vividas. Evidenciam formas de relacionar-se com o passado. A ele rendem homenagem e também projetam o que se espera do devir (WEIMER, 2013, p. 329).

Portanto, além de instrumento metodológico, o nome é indicativo de relações e comportamentos dentro de uma sociedade. No caso de Rubens Lemos isso é particularmente evidente no uso de codinomes para despistar a polícia política, a qual perseguia os (as) militantes dos grupos socialistas e comunistas revolucionários ou quem tivesse possíveis ligações com esses indivíduos. Nesse caso, Rubens também era conhecido nas organizações como Edson da Silva Neves e Túlio Lins Monteiro. Essas trocas eram uma das principais estratégias de resistência adotada pelos grupos

clandestinos, o que demonstra a centralidade dessa designação na imposição de uma identidade social ao indivíduo.

O método indiciário também é central para a construção desse estudo. Seguindo as indicações de Ginzburg (1989), buscamos reconstituir comportamentos e ações a partir dos “indícios” encontrados nas fontes, isto é, os elementos que não estão explicitados diretamente nos documentos. Nesse sentido, as metáforas, as metonímias, os deslocamentos e os “não-ditos” presentes na documentação são objetos de estudo. A investigação pautada nos vestígios implica na redução da escala de análise, concentrando a reflexão nos detalhes da documentação. Além dos não-ditos, informações que se reiteram e que podem se tornar indícios de práticas políticas e ações individuais, bem como de interação entre atores, são indicações interessantes para o estudo. O aspecto fundamental desta proposta metodológica se baseia, portanto, no trabalho realizado com as fontes.

Ainda no que concerne à metodologia, será utilizado um conjunto de entrevistas com base nos aportes teórico-metodológicos da história oral. Nesse sentido, mobilizamos as noções propostas por Alessandro Portelli, para quem a história oral permite ampliar a compreensão dos diferentes tempos e da subjetividade na história. Isso porque, segundo ele, as fontes orais “contam-nos não apenas o que o povo fez, mas mais o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p. 31). Nessa perspectiva, a história oral não é um complemento às fontes escritas, porque aquela está inserida em outras relações de produção, fruto do contato direto entre pesquisador e depoente. Por isso que, para Anne McClintock, “a história oral não é simplesmente uma nova técnica de recuperação do passado em sua pureza. Antes, sugere uma nova teoria da representação da história” (McClintock, 2010, p. 448 – 449).

Nessa perspectiva, as fontes orais não permitem acessar somente dados sobre estratégias de luta, articulações políticas e acontecimentos específicos, mas também os sentimentos e as recordações dos personagens sobre os acontecimentos passados. Por lidar diretamente com a lembrança do passado, o conceito de memória é fundamental. Na perspectiva adotada ao longo desse estudo, a memória resulta de um “trabalho de enquadramento”, o qual “interpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro” (POLLAK, 1989, p. 9-10). Essa perspectiva busca questionar o caráter espontâneo e estritamente coletivo da memória, enfatizando as relações de disputa em torno dela e o papel dos sujeitos durante o processo de sua construção.

À luz das noções propostas por Michel Pollak, busca-se compreender, por um lado, como cada um dos depoentes, que mantiveram relações com Rubens, possuem percepções e memórias diferentes (às vezes conflituosas) sobre o personagem; e, por outro, como cada narrativa se articula guardando semelhanças e diferenças umas com as outras acerca dos acontecimentos contados.

Foram feitas sete entrevistas com os (as) seguintes depoentes: Aldemir Lemos (sobrinho de Rubens), Miriam Lemos (irmã de Rubens), Daniel Lemos (filho de Rubens), Lucia Lemos (filha de Rubens), Silvio Tandler (amigo de Rubens) e os ex-militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) Luciano Almeida e Marcelo Melo. As entrevistas foram guiadas a partir de um roteiro previamente elaborado por mim por mim para cada um dos (as) entrevistado (as). No entanto, tal roteiro não era fixo ou rígido, sendo a ele acrescentadas novas perguntas a depender dos rumos das conversas.

A crise da COVID 19 – classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como pandemia, em março de 2020 – e as medidas de isolamento social para diminuir o contágio do vírus impuseram desafios específicos para a realização das entrevistas. Sem poder fazê-las presencialmente, a saída escolhida foi o “encontro” via plataformas de contato remoto, especialmente vídeos-chamadas por meio do WhatsApp e Skype. Nesse caso, o recurso virtual é entendido “como mais uma ferramenta a aproximar entrevistador e entrevistado, um recurso de coligação útil, um caminho para o entendimento das complexas interações e do ponto de vista sobre a história” (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2020, p. 11), que demanda uma discussão metodológica própria.

Os entrevistados, com exceção de Daniel Lemos, possuem mais de 60 anos e, por isso, possuem uma relação específica com o *ciberespaço*. Alguns depoentes, por exemplo, tiveram dificuldades em permanecer mais de uma hora online, e, por isso, optaram por conversarem por gravações de áudio via WhatsApp. Os demais apontamentos metodológicos que envolvem a História Oral serão feitos ao longo dos capítulos.

O escopo documental desse trabalho é variado em seus suportes. Para tornar mais fácil a compreensão dos diferentes tipos documentais analisados, esses foram divididos em diferentes grupos, assim dispostos:

1) a imprensa periódica, especificamente os seguintes jornais: *Jornal Última Hora (PR)*, *Diário do Paraná (PR)*, *Correio Paranaense (PR)*, *Diário de Natal (RN)*, *O*

Poti (RN), *Tribuna do Norte (RN)* e *Diário de Pernambuco (PE)*, disponibilizados no sítio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Essas fontes compreendem tanto textos assinados por Rubens (reportagens, poemas e crônicas), quanto textos de outros jornalistas;

2) entrevistas realizadas por mim com familiares e amigos de Rubens, e entrevistas feitas por militantes dos Direitos Humanos no âmbito do projeto Memória das Lutas Populares no RN, coordenado pelo grupo do Dhnet. Este último projeto reúne entrevistas com o próprio Rubens e com cinco ex-militantes revolucionários potiguares: Juliano Siqueira, Luciano Almeida, Mery Silva, Dermi Azevedo e Moacyr de Góes; e, por fim, uma entrevista feita pela Fundação Joaquim Nabuco com Isolda Carneiro Melo, ex-esposa de Rubens. Essa entrevista foi parte do projeto “Preservação da memória dos presos políticos e anistiados da Ditadura Militar de 1964”, coordenado pela instituição citada no início dos anos dois mil;

3) o acervo documental dos mortos, desaparecidos e perseguidos da ditadura militar no Rio Grande do Norte, vinculado ao Centro de Direitos Humanos de Natal; neste estão localizados processos da Justiça Militar movidos contra Rubens, declarações pessoais da advogada Mércia Albuquerque sobre a prisão do personagem e fotos dele;

4) o acervo pessoal de Lucia Reale Lemos; neste constam fotos e documentos pessoais do nosso personagem. Por meio desse conjunto documental, conseguimos acessar dados biográficos de Rubens de quando morou na cidade de Londrina;

5) documentos produzidos pelo Colégio Presbiteriano XV de Novembro; neste estão localizados boletins escolares dos três primeiros ciclos ginasiais de Rubens.

Essa dissertação está dividida em três capítulos. A referência adotada para a divisão de cada um deles é as mudanças geográficas pelas quais Rubens passou ao longo dos anos analisados. As mudanças espaciais promoveram rompimentos de laços, estreitamentos de outros, novas oportunidades profissionais e novos desafios na vida do personagem. Aliás, os entrevistados ressaltaram constantemente a característica “aventureira” de Rubens, que não o permitia ficar muito tempo numa mesma cidade. Essa marca pessoal foi transformada, então, em um fio condutor que orienta a narrativa e separa cada capítulo.

No primeiro capítulo privilegiou-se os primeiros anos da vida de Rubens, o que compreende o seu nascimento, a sua experiência como estudante no Colégio Presbiteriano XV de Novembro, a sua mudança para Londrina e o estabelecimento na cidade. Analisou-se, especificamente, as redes familiares do personagem, sua formação

intelectual e religiosa, a sua inserção em redes profissionais e a sua atuação política inicial. A meta é, por um lado, analisar os recursos culturais e intelectuais disponibilizados a Rubens durante os primeiros anos da sua vida; e, por outro, compreender como ele viveu a efervescência política democrática da chamada Quarta República.

O segundo capítulo trata da vida de Rubens em Natal. O percurso até chegar à cidade, fugindo de inimigos políticos que o queriam preso no momento do golpe de 1964 em Londrina, a sua inserção profissional nos Diários Associados e a aproximação dele com o PCBR são os objetos principais de investigação desse capítulo. Os objetivos são: analisar o ingresso de Rubens no referido partido e, conseqüentemente, na clandestinidade; mapear as novas redes de sociabilidade constituídas por ele em Natal; compreender como ele conciliou a exposição a que estava sujeito por ser um jornalista conhecido na capital potiguar com a condição de clandestinidade na qual vivia.

Por fim, o terceiro capítulo aborda a experiência de Rubens no exílio chileno. Buscou-se discutir as razões que o levaram a buscar o exílio naquele país, as redes construídas pelo personagem no Chile e as dificuldades particulares, impostas por diversos fatores que marcaram a experiência dele como exilado. Buscamos compreender o cotidiano de Rubens no exílio, ou seja, as relações do personagem com sua família e os demais militantes, as diferenças culturais em relação aos chilenos e os preconceitos daí advindos e, por fim, a sua atuação profissional nesse contexto.

Capítulo 1) “Nasci sertanejo e de um pai pobre, mas logo percebi as injustiças do mundo”: formação escolar, relações familiares e a vida de Rubens Lemos entre o Rio Grande do Norte e o Paraná

Começar a escrita sobre a vida de alguém impõe o desafio de delimitar o ponto de partida em relação ao qual a história inicia. As possibilidades são muitas: pelos pais, avós ou outros familiares que antecedem o personagem discutido? A partir do momento em que ele vem ao mundo? Ou, talvez, por algum evento marcante responsável por mudar decisivamente a vida da pessoa estudada?

Para além dos vários inícios exequíveis, por onde quer que a história comece, ela é, inevitavelmente, um recorte de quem escreve. Por tratar-se de um texto acadêmico, o elemento decisivo para iniciar essa narrativa é o problema de pesquisa do qual o presente estudo parte, a saber, a constituição de Rubens Lemos como militante e jornalista nos anos 1960 e 1970.

As identidades política e profissional de Rubens foram o cerne dos seus relatos memorialísticos. Na entrevista dada por ele ao projeto Memória das Lutas Populares do Rio Grande do Norte, o personagem delimita o seguinte marco inicial para começar a contar sua trajetória de vida:

Eu nasci no dia 07 de junho de 1941, nos [pausa] eu chamo de grotões do Rio Grande do Norte, ou seja, nasci num sítio chamado Pixoré e por litígio, sei lá, não sabia se pertencia ao município de Santana dos Matos ou ao município de Angicos. Portanto, eu nasci como sertanejo. Entre juremas, entre xique-xiques, vendo carcarás, de uma família humilde, de um pai pobre, lutador, funcionário público federal do DENOCS. (Entrevista Rubens Lemos, 1998)

A partir dessas palavras, essa dissertação tem como recorte inicial a perspectiva autobiográfica do próprio Rubens. Nesse trecho, três elementos fundamentais constituem o recorte inicial da trajetória do personagem: a data do seu nascimento; a “herança” familiar de pobreza e luta; e a identidade espacial vinculada ao local onde nasceu.

Para Rubens, a sua trajetória inicia quando do seu nascimento. Está implícita em sua narrativa a crença de que sua existência é um todo ordenado, com início, meio e fim. O próprio personagem se esforça no sentido de estabelecer coerência entre essas três “etapas”. A essa orientação que busca ordenar linearmente uma vida, Bourdieu

denomina, como foi apontado da Introdução, “ilusão biográfica”, a qual é bastante presente em relatos memorialísticos, autobiografias ou até mesmo escritas biográficas.

Do ponto de vista de uma identidade espacial, Rubens se identifica, primordialmente, como sertanejo. Na sua perspectiva, o local onde nasceu conferia-lhe as características de força e virilidade, sendo estas próprias das pessoas oriundas de lá. A referência ao xique-xique (tipo de cacto) e às juremas reforçam esse vínculo criado entre espaço, natureza e qualidades pessoais, pois, assim como os homens da região, essa vegetação é capaz de superar os desafios apresentados por ambientes e momentos hostis. Claro que essa vinculação citada acima e endossada pelo personagem possui historicidade. Segundo Durval Muniz (2003), foi durante os anos 1920, quando o Nordeste passou a ser entendido por uma divisão metafórica de gênero, que o mundo rural se tornou pertencente ao masculino, enquanto o urbano ao feminino. As “qualidades” masculinas, e, portanto, rurais, enaltecem a superação de barreiras impostas principalmente pela natureza.

Rubens, então, mobiliza essa construção histórica para dar sentido a sua identidade. Por mais que tal construção seja determinista, pois associa invariavelmente aspectos geográficos a adjetivos e características pessoais, ela impacta profundamente na forma como o personagem atribui sentidos a sua própria vida. Não se trata, portanto, de avaliar o grau de “sertanejidade” presente na sua identidade, mas sim identificar que a associação feita pelo próprio ao espaço onde nasceu é importante, pois acrescenta uma chave interpretativa que ele mobiliza para explicar sua existência. Na compreensão de Rubens, por exemplo, um homem viril sertanejo aguentaria e suportaria as torturas e perseguições infligidas pela ditadura brasileira, tanto é que ele próprio conseguiu resistir. Portanto, “entre xique-xiques e juremas”, nasceu Rubens, mais especificamente em Santana dos Matos, cidade localizada na região central do Rio Grande do Norte, onde predomina um clima semiárido.

O nascimento de Rubens aconteceu nessa cidade porque seu pai, José Lemos, era enfermeiro do Departamento de Obras Contra Secas (DNOCS), órgão responsável por construir açudes e barragens em cidades onde os períodos de estiagem de chuva eram prolongados. Como se verá adiante, o emprego do pai deu condições materiais para que os filhos da família usufríssem de uma boa formação cultural. Apesar de Rubens enfatizar a “herança” de pobreza, a família podia gozar de certa estabilidade financeira. Por causa do emprego do pai, que era mandado para uma nova cidade a cada obra que o DNOCS iniciava, Miriam Lemos de Farias, irmã de Rubens, destaca que ela

e o “caçula Rubens” moraram em várias localidades do interior do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Durante os dez primeiros anos de Rubens, a família morou em Currais Novos (RN), Mossoró (RN) e Campina Grande (PB). Além das mudanças constantes, Miriam destaca, da época em que eram crianças, as brincadeiras experimentadas pelos irmãos:

Dessa época lembro que tínhamos muitas brincadeiras que não temos hoje. Brincadeira de rua, de roda, de passar anel, de pular corda, de jogar bola e queimada, menina brincando de boneca e meninos jogando futebol, gibi, que Rubens gostava muito de ler e meu pai nem gostava e ele lia escondido, tinha coleções de gibi. [...] Na época, o estudo era muito bom, mas não era tão puxado quanto hoje. Hoje as crianças não têm tempo nem de brincar e quando têm tempo estão no celular, né? Naquela época brincávamos na rua mesmo. Nós morávamos em um condomínio só dos funcionários do DENOX. Então, tínhamos muito espaço para brincar, para correr. Eu brincava de boneca e Rubens de bola. Ele era menorzinho que eu. Ele brincava muito de jogar futebol e ler gibi. (Entrevista Miriam Lemos Farias, 20 de fev. 2020)

Nesse primeiro momento, a narrativa é leve e privilegia os momentos de descontração entre os irmãos. É bem estabelecido também a generificação das brincadeiras: Rubens se divertia com seus bonecos e carrinhos, já Miriam se divertia com as bonecas de pano. Diversões na rua são lembradas com especial saudosismo, contrapondo-se a rotina das crianças “de hoje em dia”, as quais, segundo a depoente, “precisam ficar muito tempo na escola e quando estão em casa só querem saber dos aparelhos celulares” (Ibidem). Durante a fala de Miriam, a ênfase nas brincadeiras logo deu lugar às memórias da rígida educação protestante transmitida por seus pais, José Ferreira Lemos e Maria Bertulina de Lemos. A irmã de Rubens repercute com especial vivacidade os compromissos religiosos da família:

Nós temos uma origem evangélica. Então, tínhamos também obrigações com a igreja. Não tinha igreja, templo formado. Mas meu pai organizou uma em casa, uma Igreja Batista. Depois veio a ser uma Igreja formalmente, mas já tínhamos nos mudado de lá. Começou lá. Minha irmã estudava em Recife e nas férias, quando vinha para cá, trazia uns colegas que faziam movimentos nas igrejas, estudos bíblicos com as crianças nas férias. Lembro muito bem disso [...] fazíamos também o que se chama de “culto doméstico”. Ainda se faz hoje em dia, mas com bem menos frequência. Na nossa época, era uma prática muito comum. As famílias evangélicas faziam. Nesse culto, lia-se a bíblia, cantava-se hinos, orava-se. Meu pai sempre a frente. Ele era muito patriarcal. Cabeça da mesa e a família ao redor. Esse culto era feito diariamente. Quando crescemos, cada um foi pro seu lado. Alguns continuaram fazendo. Outros não, deixaram a igreja.

Mas essa questão da religião era bem patente na minha família.
(Entrevista Miriam Lemos Farias, 20 de fev. 2020)

Miriam foi uma pessoa fundamental para a pesquisa. Todos os conhecidos de Rubens orientaram de início a falar com ela. A irmã do personagem é tida como a pessoa mais recomendada para falar sobre ele, principalmente em se tratando dos anos iniciais da sua vida. Só foi possível fazer uma única entrevista com ela, a qual aconteceu no ano de 2020, antes da pandemia, portanto. O momento se deu em sua casa, onde ela falou, mostrou imagens, fotos e algumas cópias xerox de reportagens escritas por Rubens. Esse material foi posteriormente selecionado por ela e enviado para que fizesse parte dessa pesquisa.

A irmã de Rubens se converteu ao protestantismo ainda quando criança e segue professando a fé e congregando na Igreja Batista até os dias atuais. A educação religiosa é um tópico constante na sua fala, em contraposição às narrativas memorialísticas de Rubens, em que não é exposto explicitamente esse aspecto da sua formação. No entanto, Miriam afirma que seu irmão chegou a ser batizado aos 10 anos de idade na 1ª Igreja Batista de Mossoró. Nesse sentido, por mais que o personagem não explicitasse suas relações com o protestantismo, a educação religiosa foi fundamental na sua trajetória, especialmente na sua infância.

Miriam Lemos fala sobre um “culto doméstico”, e, pelo que ela diz, essa cerimônia íntima era celebrada mediante louvores e leituras bíblicas comandadas pelo patriarca da família. Há, portanto, um indício de que o pai dominava a leitura e era relativamente culto, pois conseguia interpretar e “traduzir” a palavra de Deus para os demais membros de sua casa.

Historicamente, o protestantismo apostou na defesa do acesso e conhecimento público da Bíblia, enquanto no catolicismo, segundo a norma tridentina, somente as pessoas consideradas aptas (padres e sacerdotes) podiam ler as sagradas escrituras (COSTA, 1986). Segundo Wicliffe Costa,

no protestantismo o adepto via derrubada a barreira que o separava da fonte da doutrina. Entre os protestantes estimulava-se a posse e uso da Bíblia por parte de todos os fiéis. Detentor do que se considerava a base da fé, cada membro da comunidade se via responsável pela propagação da sua verdade religiosa. A Bíblia era lida na igreja, em família e individualmente. Esta divulgação das Escrituras entre os protestantes faz com que, em regra, o número de Bíblias em cada família corresponda ao número dos membros que a compõem, principalmente em se tratando de adultos. (COSTA, 1986, p. 49-50)

Durante a fase de difusão e consolidação do protestantismo no Rio Grande do Norte, isto é, a partir de 1879 até as primeiras décadas do século XX, os cultos domésticos eram, provavelmente, comuns, devido às poucas igrejas existentes. Em Natal, por exemplo, o primeiro prédio da Igreja Presbiteriana só foi construído em 1896. Até então, segundo Costa (1986), praticavam-se leituras compartilhadas da bíblia e celebrações com um número reduzido de pessoas, exceto quando missionários presbiterianos de fora (a exemplo de Reverendo William Calvin Porter) pregavam e reuniam centenas de fiéis. Cotidianamente, indivíduos que sabiam ler podiam fazê-lo em voz alta para que os que não soubessem tivessem acesso ao texto considerado sagrado, ainda que pela escuta. Essa forma de divulgar a “palavra de Deus” foi um instrumento que possibilitou a conversão dos primeiros protestantes nas cidades do Rio Grande do Norte e garantiu a arregimentação de várias pessoas para a religião.

Os pais de Rubens se “converteram ao protestantismo”, usando os termos de Miriam Lemos, entre os anos de 1920 e 1930. Não se sabe ao certo os pormenores desse evento, nem as circunstâncias que levaram e sucederam ao acontecimento. Mas foi possível identificar que a igreja onde Rubens foi batizado (Primeira Igreja Batista de Mossoró) só foi inaugurada em 1943 (ALEXANDRE, 1984). Nesse sentido, provavelmente, os pais foram alvo dos instrumentos de conversão dos primeiros protestantes na cidade, ou seja, de pessoas que “pregaram” alguma mensagem de fé para eles e ambos a aceitaram. A partir disso, começaram a promover as leituras bíblicas em casa, tentando, possivelmente, arregimentar novos fiéis. Devido à importância da leitura bíblica para os protestantes, pode ser que a prática domiciliar da religião tenha aproximado Rubens desde cedo a uma cultura letrada, mediante a escuta e a observação cotidiana dos textos. Em última análise, essa aproximação facilitou o desenvolvimento dessas habilidades no personagem, possibilitando que ele conseguisse ler e interpretar textos mais precocemente, se comparado a outras crianças de sua idade na região rural onde morava.

Segundo a doutrina protestante, o momento da “conversão” é fundamental. De acordo com Wicliffe Costa, “a experiência da conversão assinalava claramente um ‘antes’ e um ‘depois’. Antes a vida era caracterizada por sofrimentos, aflições, remorsos de consciência, enganos, ilusão, corrupção. Depois o indivíduo experimentava paz, gozo, repouso, calma” (COSTA, 1986, p. 59). Ainda conforme Costa, esse entendimento vale, principalmente, para as experiências influenciadas pelo pietismo wesleyano, corrente que insiste “na necessidade da conversão individual” (Ibidem) e

que era hegemônica no Rio Grande do Norte durante as primeiras décadas do século XX.

O protestantismo encontrou adeptos principalmente entre a classe média do estado (incluindo vários funcionários públicos, a exemplo do pai de Rubens), a qual se sentiu atraída pela mensagem de contestação à ordem social, e, ao mesmo tempo, de confiança nos méritos individuais para superar os desafios impostos por essa mesma ordem injusta (COSTA, 1986).

Antes de aceitarem a fé protestante, José Lemos e Dona Maria eram católicos, sendo que a matriarca da família era consagrada a Maria. Por terem aceitado o protestantismo posteriormente, somente os três últimos filhos do casal (Ruth, Miriam e Rubens Lemos) foram educados nos parâmetros da educação evangélica.

Além das duas irmãs citadas anteriormente, Rubens teve mais cinco irmãos e uma irmã.¹⁴ Entre todos, apenas Miriam, Onorina Lemos (casada com um pastor) e Ruth Lemos continuaram em igrejas protestantes. Mas, segundo a própria Miriam, todos os irmãos guardaram com especial carinho a “palavra de fé” no coração.

Miriam lembra com precisão a ordem de nascimento de todos os irmãos, mas a todo o momento ressalta um carinho especial por Rubens, em virtude da proximidade que tiveram na infância. Dentre várias narrativas contadas por ela, que anunciam as “qualidades” do irmão “desde” criança (a capacidade em escrever, a habilidade em ler e falar publicamente), uma em especial chama a atenção. Trata-se da história do nascimento de Rubens, ou, na perspectiva da família, da ação sobrenatural de Deus nesse momento. Miriam conta esse evento da seguinte maneira:

Quando nossa mãe entrou, viu que o menino [Rubens] tinha nascido todo roxo e estava preso pelo pescoço. Meu pai, que já tinha feito partos, completou o parto. Então, ele nasceu morto. Aí meu pai disse que ele tinha nascido morto e minha mãe ficou dizendo que não era possível Deus dar um filho morto. Ela disse “me dê ele para cá”. E ele dizia “mas ele está morto”, aí ela disse “me dê para cá”. Ela pegou, se sentou e já se levantou da cama, naquele tempo a mulher passava oito dias para se levantar da cama, 15 dias para sair da cama. Se chamava resguardo. Então era muito cuidadoso o tratamento pós-parto. Aí ela pegou o menino e ficou dizendo que ele não ia morrer. Botou o menino nos peitos, fez sucção pelo nariz e pela boca e clamando, pedindo a Deus, dizendo que ia botar o nome bíblico de Emanuel, porque Emanuel significa Deus conosco. Meu pai dizia para ela soltar

¹⁴ Na ordem do mais velho para o mais novo, os filhos de Dona Maria e do Sr. Jose Lemos são os seguintes: Leonila Lemos (nasceu em 1919), Osório Lemos (não identificamos a data de nascimento), Lourdes Lemos (nasceu em 1924), Honorina Lemos (não identificamos a data de nascimento), Abelardo Lemos (nasceu em 1928), Wilson Lemos (nasceu em 1932), Ruth Lemos (nasceu em 1937), Miriam Lemos (1940) e Rubens Lemos (1941). Dona Maria ainda teve mais nove gestações interrompidas.

a criança que ela estava morta. E ela não soltou e ficava em pé, sentada, fazia sucção. Foi ressuscitando o menino e ele viveu. Um milagre (Entrevista Miriam Lemos Farias, 20 de fevereiro de 2020)

Se, para Rubens, o “início” da sua vida se dá com o seu nascimento em meio a cactos e juremas, Miriam destaca a ação divina no parto da sua mãe, o que garantiu a vida do irmão. Na perspectiva teórica-metodológica adotada ao longo desse trabalho, esses diferentes marcos iniciais revelam a proficuidade da história oral como um método que privilegia os sentimentos, crenças e valores nas narrativas históricas, bem como o impacto desses elementos na produção das memórias, ainda que sobre o mesmo acontecimento. Nesse caso, o nascimento é interpretado a partir de diferentes eixos e contribuem para o enquadramento de memórias distintas.

A relação estabelecida entre Rubens e Miriam, quando eram crianças, foi especialmente forte. Além dos vínculos religiosos e afetivos que os uniam, a faixa etária dos dois era bem próxima, enquanto os demais irmãos e irmãs eram bem mais velhos e moravam em outras cidades. Esses elementos aproximavam os dois caçulas da família Lemos, os quais partilhavam brincadeiras e risadas, bem como brigas e desentendimento cotidianos.

Imagem 01 – Rubens e três dos seus irmãos. Da direita para esquerda: Rubens, Miriam, Ruth e Wilson.



Fonte: Acervo pessoal de Lucia Reale Lemos.

Foi assim que os dois viveram até o ano de 1954, quando os pais decidiram pôr Rubens na Escola Presbiteriana XV de Novembro, na cidade de Garanhuns, em Pernambuco. A escola funcionava no formato de internato e fundamentava-se nos pressupostos protestantes. Rubens não foi sozinho. Alguns familiares da mesma idade foram com ele.

1.1) Entre a formação religiosa e escolar: a experiência de Rubens no Colégio Presbiteriano XV de Novembro

Aos 11 anos de idade, e pela primeira vez na sua vida, Rubens passou a morar longe da sua família. Nesse momento da sua trajetória, o personagem não sabia que mudanças de cidade seriam constantes ao longo da sua existência. Segundo o dito popular, "a primeira vez, nunca se esquece", e para Rubens, de fato, não foi diferente. Esse deslocamento foi um marco, inclusive considerando que aconteceu por decisão dos pais, os quais decidiram mudar o filho para o Colégio Presbiteriano XV de Novembro, na cidade de Garanhuns, em Pernambuco, obrigando-o a fazer novas redes de amizade e apoio, fora do convívio com sua irmã e seus amigos do Rio Grande do Norte. Juntamente com Rubens, foi para a cidade pernambucana Ruth Lemos, sua irmã, Aldemir Lemos e Azenete Lemos, seus sobrinhos – que eram da mesma faixa etária do tio. De início, os Lemos foram morar na casa de Honorina Lemos Monteiro. Ela era irmã mais velha de Rubens e morava na cidade de Garanhuns com seu marido, Pedro Domingues Monteiro, então pastor de uma Igreja Batista local.

Até então, segundo foi dito por Miriam, Rubens só tinha estudado em grupos escolares pequenos, nos pacatos interiores onde morou. Diferentemente dessas instituições, o colégio presbiteriano, para onde ele foi transferido, funcionava como internato e era administrado por protestantes de denominação presbiteriana. A instituição reunia alunos de diferentes localidades do Brasil e os educandos tinham que cumprir com uma série de obrigações impostas pela direção. Segundo relatos de ex-alunos, em entrevistas conduzidas por José Eudes Alves Belo (2019), os estudantes tinham que acordar bem cedo, no horário estipulado pela coordenação, realizar caminhadas matinais do internato para o prédio da escola, assistir as aulas que aconteciam de às sete da manhã até uma hora da tarde, e participar, no restante do dia, das atividades extracurriculares – direcionadas, principalmente, para a prática de esportes e estudos em laboratórios. As matérias escolares eram ministradas por pastores presbiterianos, os quais eram alguns de nacionalidades estrangeiras – como é o caso do ex-diretor e professor Jule Spach¹⁵.

¹⁵ Jule Spach (1923-2022) foi um missionário presbiteriano que dirigiu o Colégio XV de Novembro nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Durante os anos 1940 integrou o grupo da força aérea estadunidense durante a 2ª Guerra Mundial e, em 1947, foi prisioneiro de guerra, sendo liberto em 1948. Foi também secretário de missões da Igreja Presbiteriana no Brasil a partir de 1976, além de ocupar cargos de importância na instituição religiosa a nível mundial.

Imagem 02 - Privilegia a visão de cima do terreno da Escola XV de Novembro, na década de 1940.



Fonte: BELO, 2019, p. 74.

Imagem 03 - Prédio do Colégio XV de Novembro em 1948.



Fonte: BELO, 2019, p. 74.

Apesar de a instituição possuir um cotidiano regrado e rígido, a população local a entendia como ‘avançada’ em relação aos outros internatos da cidade. Duas iniciativas do colégio, em especial, contribuíram para que fosse consolidada essa visão sobre o Colégio: 1) era admitida a matrícula de alunas, possibilitando a convivência entre homens e mulheres; e 2) a infraestrutura da instituição contava com laboratórios modernos para época e contribuía diretamente para a prática de esportes, compreendendo ambos os elementos como instrumentos pedagógicos para o desenvolvimento dos alunos.

Na imagem de número 2, é possível ver em frente ao prédio da escola um amplo terreno onde os alunos praticavam futebol, voleibol, atletismo e basquete. O prédio do XV de Novembro era suntuoso e possuía vários compartimentos internos com salas separadas para cada turma, faixa etária e gênero. Esses elementos da arquitetura também alimentavam a percepção de que se tratava de um internato com novas propostas formativas.

Outra diferença que havia entre as instituições religiosas de ensino na cidade de Garanhuns dizia respeito à base religiosa de cada uma. Enquanto o Colégio XV de Novembro fundamentava-se nos preceitos protestantes presbiterianos, os outros dois internatos da cidade (o Colégio Santa Sofia dedicado às mulheres e o Colégio Diocesano, aos homens) eram coordenados por freiras e padres, respectivamente. Essa diferença traduzia-se no cotidiano dos alunos. A escola presbiteriana, por exemplo, era coordenada por missionários estadunidenses, os quais buscavam difundir o protestantismo pelo Brasil e enxergavam no ensino uma boa oportunidade para isso. Esses homens difundiam, além da religião, valores da cultura do país de origem, como forma de propaganda em um período notadamente de guerra fria (BELO, 2019). Por meio do contato com pastores e professores estrangeiros, não seria estranho se os estudantes tivessem acesso a leituras bíblicas e a ideias anticomunistas na instituição. No que se refere ao dia a dia dos alunos das instituições católicas, o cotidiano escolar era ainda mais rígido e regrado, voltado, principalmente, para a formação de bons católicos e boas donas de casa.

Havia um clima de disputas na cidade entre católicos e protestantes. Nesse caso, a própria existência dessas escolas indica a busca desses grupos religiosos por fiéis para suas respectivas fileiras institucionais. Essa rivalidade fazia com que católicos mantivessem comportamentos hostis a protestantes, e vice-versa. Aldemir Lemos, por exemplo, conta que quando era criança sofria preconceitos na escola, por parte de

colegas católicos: “Quando eu estudava em Monte Alegre, sofria perseguição demais dos católicos porque toda minha família era protestante. Hoje em dia se chama bullying, né? Mas era briga mesmo de tapa quando as crianças mexiam comigo”. (Entrevista Aldemir Lemos, 24 de maio de 2022). Nesse caso, a mudança para o Colégio XV de Novembro significou um pouco de paz para Aldemir e Rubens, já que, estudando em um ambiente protestante, as brigas foram menos intensas, pelo menos entre os integrantes do Colégio.

Os colégios religiosos eram tão importantes em Garanhuns que influenciavam o próprio cotidiano dos moradores. Segundo Belo, as escolas promoviam “movimentação, comunicação e contatos, a partir dos seus alunos, com outras partes do Estado de Pernambuco e de estados vizinhos. Assim colaborando para a visualização dos sentidos de construção da narrativa da cidade educada, culta e civilizada” (BELO, 2019, p. 81). Tais instituições de ensino ainda eram responsáveis pela formação das elites locais e regionais. Com a exceção de poucos alunos que ganhavam bolsa para estudar nessas instituições, a maioria pagava uma mensalidade, tornando seletivo o público atendido pelos Colégios.

No caso de Rubens e seus familiares, o fato de terem o suporte de Honorina em Pernambuco equilibrou as despesas. Mas, mesmo assim, o ato de buscarem o ensino em Garanhuns indica mais uma vez que o Sr. Lemos, funcionário do Departamento de Obras Contra Secas, tinha condições boas condições materiais, naquele contexto. Segundo Aldemir Lemos, em entrevista concedida para esse estudo, os dois permaneceram na casa de Honorina durante seis meses, até quando o esposo dela foi transferido para assumir a função de pastor em outra cidade. Depois dessa mudança, Ruth, Aldemir e Azenete voltaram a morar no Rio Grande do Norte, e somente Rubens permaneceu no Colégio Presbiteriano, mas no internato, à custa do pai, que só tinha como manter financeiramente um filho.

Imagem 4 – Dormitório dos estudantes do Colégio XV de Novembro.



Fonte: BELO, 2019, p. 75.

A imagem 4 indica corresponde a um quarto onde os estudantes do internato permaneciam. O espaço era compartilhado por em média vinte alunos e proximidade das camas sugere uma convivência intensa entre os jovens que ali permaneciam. Nesse local, Rubens intensificou laços com alguns colegas de quarto, compartilhando o dia a dia com protestantes e com alguns poucos católicos, uns obedientes, outros nem tanto, como o próprio personagem.

A convivência de Rubens com os demais alunos do XV de Novembro durou em torno de dois anos. Esse tempo foi vivenciado por ele de maneira intensa. No acervo da instituição, foi possível encontrar documentos gerados pela própria escola sobre o aluno norte-riograndense. Segundo o histórico dele, o primeiro ano do ginásio foi cursado em Mossoró, na Escola Normal. Na instituição presbiteriana, Rubens cursou a 2^o e a 3^o séries. O desempenho escolar de Rubens pode ser verificado na seguinte tabela:

Tabela 01 – Notas de Rubens Lemos na 1º, 2º e 3º séries do primeiro ciclo.

| | Português | Latim | Francês | Inglês | Matemática | Ciências | História Geral | História do Brasil | Geografia do Brasil | Geografia geral | Trabalhos Manuais | Desenho | Canto Orfeônico | Nota Global |
|----------|-----------|-------|---------|--------|------------|----------|----------------|--------------------|---------------------|-----------------|-------------------|---------|-----------------|-------------|
| 1º Série | 5,4 | 6,0 | 5,7 | - | 4,3 | - | 4,1 | - | - | 4,9 | - | 5,4 | 6,2 | 5,4 |
| 2º Série | 7,5 | 4,5 | 7,2 | 7,7 | 4,4 | - | 6,4 | - | - | 5,1 | 8,1 | 5,5 | 6,7 | 6,3 |
| 3º Série | 6,0 | 7,5 | 7,2 | 8,1 | 4,9 | 6,0 | 5,9 | - | 5,93 | - | - | 7,24 | 6,67 | 6,67 |

Fonte: Histórico de Rubens Manoel Lemos. Acervo do Colégio XV de Novembro.

Durante a primeira série o personagem tirou notas abaixo da média em quase todos os componentes curriculares. Isso pode ter motivado seus pais a transferirem-lhe de escola. Já nas séries que cursou no XV de Novembro, Rubens atingiu notas mais altas. O número de matérias ofertadas na escola religiosa era maior, e, como foi visto anteriormente, o nível de ensino era melhor. A nota global, quando estudou no colégio presbiteriano, aumentou mais de um ponto, o que revela a diferença de desempenho. Matemática era a matéria que mais causava preocupações ao estudante. Não se saía bem em nenhum exame. Por outro lado, nutria particular interesse em aprender idiomas, atingindo boas notas em quase todas as avaliações de Português, Latim, Francês e Inglês.

As assinaturas no canto inferior do papel em que está inscrito o histórico do aluno Rubens, indicam que, à época, o diretor do colégio era James Hoge Smith Junior¹⁶. O nome sugere nacionalidade norte-americana, e, seguindo pela lógica dos diretores anteriores e sucessores¹⁷, tratava-se de um pastor presbiteriano em missão pelo Nordeste que assumiu o controle da instituição. No documento ainda consta o nome de José de Anchieta Collon, inspetor federal de Garanhuns e ex-diretor do colégio Diocesano em Garanhuns.

Diferentemente dos dados que constam nos documentos institucionais do XV de novembro, Rubens enfatiza outras questões no seu relato sobre o momento em que esteve como aluno do colégio evangélico. Ele lembra esse período da seguinte maneira:

Sem que eu percebesse, fui internado em um colégio evangélico, em Garanhuns/PE. Colégio evangélico presbiteriano, dirigido por norte-americanos, o Colégio XV de Novembro, de direção norte-americana. Ali comecei a provocar as minhas primeiras rebeldias. Comecei a despertar, evidentemente, uma raiva de alguns. Diabo esse menino

¹⁶ Não encontramos maiores informações sobre esse personagem.

¹⁷ Pode-se citar como exemplo o ex-diretor e pastor presbiteriano Jule Spach, já referido em nota anterior.

maluco, que vem do interior do Rio Grande do Norte, tanto que cheguei a ser ameaçado de ser expulso por protestar contra certas coisas, certos conservadorismos que eu não conseguia interpretar, mas sentia. Mas foi uma formação que valeu. Valeu porque foi esse o despertar da minha consciência (Entrevista Rubens Manoel Lemos, 1998).

Rubens confere especial importância ao momento em que estudou no XV de Novembro, empregando a metáfora do “despertar” para caracterizar o período. Conforme o termo sugere, ao longo dos anos em que morou em Garanhuns, Rubens teria iniciado certo descontentamento com as normas hegemônicas. Provavelmente, ficou insatisfeito com algumas diretrizes da escola, as quais não podiam ser deliberadamente contestadas, além de ter nesse momento embates com a própria religião. Vinculado a isso, tem-se que levar em conta também o desejo de Rubens em enfatizar uma “rebeldia inata”, construindo para si a memória de que “desde” criança mantinha posicionamentos de contestação à ordem vigente.

Aldemir também caracteriza o período empregando uma metáfora parecida. Para o entrevistado, foi durante o momento em que era aluno do XV que ele e Rubens “romperam” com o protestantismo e “começaram” nas “lutas sociais”. Nesse sentido, essas lembranças foram enquadradas como memória pelos dois e fundamentam a perspectiva de que o questionamento à religião foi fundamental para ingressar nas organizações políticas pelas quais optaram posteriormente.

Além de Rubens e Aldemir, outros alunos desobedeciam às normas rígidas do colégio. Há diversos relatos de estudantes da época que mantinham comportamentos não permitidos pela instituição, tais como sair sem a permissão do diretor e manter contatos não autorizados com meninas (BELO, 2019). Aldemir nos contou algumas práticas de desobediência protagonizadas por ele e seu tio:

A gente fugia para ir ao cinema, fugia do culto. Era muito problema. Tínhamos muitas brigas de criança. Tapas para tudo que é lado. E lá em Garanhuns fazia um frio danado, as vezes tomávamos conhaque. Nessa fase foi que começou aquele negócio de juventude transviada, nos anos 1950 e a gente já ia na onda (Entrevista Aldemir Lemos, 24 de maio de 2022).

No entanto, isso não significa que essa prática tenha transformado posteriormente todos os alunos insatisfeitos em militantes. Aldemir se coloca como parte de um grupo mais amplo, a mencionada “juventude transviada”. O termo mobilizado sugere comportamentos rebeldes e de inconformismo, na contramão dos valores defendidos pela instituição. Por se tratar de um colégio com profundo teor

missionário, o XV de Novembro buscou formar pastores e missionários, e, segundo relatos de ex-alunos, vários estudantes se tornaram de fato líderes espirituais protestantes (BELO, 2019, p. 99). Dessa forma, Rubens parece ser caso atípico, pois foi um dos poucos ex-estudantes do colégio a se destacarem na militância política revolucionária nos anos 1960.

Durante o período em que foi aluno da escola, o personagem aprimorou sua formação intelectual, melhorando seus índices de desempenho escolar. Além disso, consolidou seu contato com a cultura protestante, convivendo de perto com missionários e pastores evangélicos. Tal contato, no entanto, serviu também, ao que tudo indica, para provocar inconformismo de Rubens em relação às normas religiosas. Foi, certamente, um período de mudanças e contestações. A partir daí, ele se tornou mais crítico e contestador a uma das principais referências da sua família e da sua própria formação, o protestantismo.

1.2) De volta para Natal, novos conflitos

Após voltar de Garanhuns, Rubens e sua família passaram a morar em Natal. Antes de chegar a essa cidade, o personagem não tinha morado em nenhuma capital. Até então, havia passado a maior parte da sua vida em municípios do interior, por causa do trabalho do seu pai. Na década de 1950, viviam pouco mais de cem mil pessoas na capital do Rio Grande do Norte (IBGE, 1956). No geral, a cidade era pacata e calma; seus contornos geográficos limitavam-se ao que hoje são os bairros de Cidade Alta, Rocas, Alecrim e Petrópolis.

Segundo Miriam Lemos, ao chegar a Natal, Rubens foi matriculado no Colégio Atheneu Norte Riograndese, a principal e maior escola do estado. A concorrência por uma vaga era alta e para consegui-la o aluno precisava passar em uma prova de admissão, no qual se testava a capacidade dos candidatos nas matérias de História, Latim, Ciências, Matemática, Português e Geografia. Foi feita uma busca no acervo institucional do Atheneu para localizar possíveis documentos sobre a vida estudantil de Rubens na escola, mas nada foi constatado. O nome do personagem não é citado nem na lista de alunos dos anos 1950. Pode ser que a pasta contendo as informações do estudante estivesse no dossiê de alunos que sucumbiu em uma inundação que afetou o arquivo do colégio.

De qualquer forma, segundo Miriam, foi nesse momento da vida de Rubens que suas habilidades de escritor e orador começaram a se sobressair. Ela conta essa questão da seguinte maneira:

Nessa época, ele lia muito. Gostava muito de ler e era muito vivo. Quando ele estudava no Atheneu, formou um trio, que ele cantava com os colegas dele. Participava de programas de rádio como calouro [...] Era muito inteligente. Ele fazia poesia desde pequeno, trovas com 10/11 anos de idade. Ele era muito bom (Entrevista Miriam Lemos Farias, 20 de fevereiro de 2020).

A todo o momento da entrevista, Miriam destaca as qualidades do seu irmão. Conforme as palavras dela, durante a época em que estudava no Atheneu, Rubens começou a dar demonstrações públicas (em rádios e em pequenos jornais) das características que marcaram a sua trajetória futura como jornalista. Tais características, ainda segundo Miriam, eram expressas pelo personagem “desde” criança. Em outra história, por exemplo, ainda mais recuada no tempo, ela conta que Rubens, aos quatro anos de idade, era colocado pelo “Sr. Lemos” em uma cadeira para ler o jornal e impressionar, com sua desenvoltura precoce, os amigos da família.

Na perspectiva adotada ao longo desse trabalho, essas “qualidades” pessoais de Rubens são frutos, por um lado, da sua formação, e, por outro, do campo de possibilidades que circunscrevia suas ações. Nesse caso, o ambiente protestante em que ele foi criado tornou possível que ele acessasse ainda quando criança práticas de leitura, interpretação e transmissão do conteúdo lido. Além disso, as escolas onde estudou – destacadamente o Colégio XV de Novembro cujo ensino era considerado de alto nível – garantiram a Rubens a conquista de recursos intelectuais que facilitaram o desenvolvimento das suas habilidades.

Aos 15 anos de idade, Rubens fazia amigos e começava a sair bastante para se divertir pela cidade de Natal. Além do ambiente escolar, encontrava seus amigos, provavelmente, em cafés e nas praças da cidade. Nesse período, os embates com seu pai se tornaram mais recorrentes. Esses episódios são lembrados por Miriam da seguinte maneira:

Meu pai era bem mais velho que Rubens e Rubens queria aventura. Ele ficava mais ou menos preso porque queria sair e nosso pai não admitia que ele chegasse tarde em casa. Ele tinha completado 15 anos, adolescente. Ele lia muito, trazia muito livro da biblioteca. Ele trazia e eu e minha irmã liamos também [...]. O negócio dele era sair de casa, chegava tarde, chegava escondido, de ponta de pé para nosso pai não ver. Ele queria liberdade (Entrevista Miriam Lemos Farias, 20 de fevereiro de 2020).

Rubens já havia se envolvido em conflitos por causa do seu comportamento durante o tempo em que morou Garanhuns. Em Natal, os embates passaram a ser travados dentro da sua própria casa. De um lado, o jovem que aos 15 anos de idade buscava viver novas experiências; de outro, o Sr. Lemos, um homem nascido no final do século XIX, que queria que o filho seguisse fielmente suas instruções de comportamento. No meio do conflito, estava à própria religião. O pai insistia que o filho fosse mais presente na igreja, afinal, para ele, como protestante que era, a salvação era o que havia de mais importante na vida. À época, o filho não queria saber tanto do protestantismo e dos assuntos religiosos congêneres. As condições estavam postas para que uma ruptura acontecesse.

Em 1957, Rubens completou o ginásio, e, coincidentemente, foi visitado por seu irmão Aberlado Lemos. Segundo Miriam, nesse momento, Abelardo morava em Londrina e o ambiente familiar dos Lemos estava fortemente abalado por causa das desavenças entre José e Rubens, pai e filho. Foi então que o personagem se sentiu atraído pela possibilidade de mudar de cidade, mais uma vez. Sabendo que seu pai era muito rigoroso, imaginou que ele não aprovasse a ideia. Em função disso, Rubens conversou com a sua mãe, Dona Maria, buscando o apoio dela para convencer o pai do projeto. Mesmo contrariado, o Sr. Lemos aceitou a sugestão da esposa e deixou Rubens ir morar com Abelardo no Paraná (Entrevista Miriam Lemos Farias, 20 de fevereiro de 2020). Se aos 15 anos de idade, Rubens procurava aventura, como disse Miriam, ele embarcava no final dos anos 1950 para uma das mais intensas da sua vida.

1.3) A vida do jovem Rubens em Londrina/RN: primeiras paixões

Rubens conseguiu se mudar com segurança para Londrina devido ao suporte de seu irmão. Em 1958, Abelardo já estava instalado na cidade, era funcionário dos Correios no Paraná, o que lhe garantia estabilidade para viver. Sem citar sua relação com Abelardo e as condições do irmão, o que, por si só, já é bastante significativo, Rubens relembra da seguinte maneira a sua chegada à cidade paranaense:

Logo muito novo, rompi com os padrões e os rigores do conservadorismo da minha casa, da minha própria formação religiosa e de repente eu me via em cima de caminhões pedindo carona em cargas de caminhões e me mandando aí pelo meio do mundo e aos 15 anos de idade, entre 15 e 16 anos, deixava o Nordeste, o interior, e era

jogado pela minha própria vontade e determinação, rompendo com alguns tabus familiares e religiosos, e fui jogado no Sul do país, no Paraná, em Londrina. Ali aprendi muita coisa, ali comecei a ver mais de perto a contradição principalmente entre o nordestino e aquela região que era o El Dourado, que era o chamariz para todos aqueles que pensavam em vencer na vida, do ponto de vista individual, do ponto de vista sobretudo egoísta, da construção de patrimônio, de acumulação de bens e tal. Então, a região ali do Paraná, de Londrina, chamada de capital do café, era a atração e ali eu fui parar (Entrevista Rubens Lemos, 1998).

Novamente, a mudança de Rubens para Londrina aparece como resultado exclusivo do seu inconformismo, reforçando a ideia de uma “rebeldia inata”. Para o personagem, esse momento significa um marco na sua trajetória, uma ruptura a partir da qual ele se “jogou” no mundo de descobertas. Ao longo da sua narrativa, Rubens insere seu périplo em um movimento mais amplo, no qual as pessoas buscavam no sul do Brasil melhores oportunidades de vida. Muitas dessas pessoas eram das regiões Norte e Nordeste do Brasil e estrangeiros italianos. Nesse caso, em que uma cidade comporta vários imigrantes pobres, o marcador geográfico é, seguidamente, fundamental para a consolidação do indivíduo na nova localidade. Além desse, a escolaridade é outro elemento importante na recepção de quem chega para morar em um local até então desconhecido. Juntamente a essas questões podemos citar outras condições que influenciam diretamente nesse processo, como, por exemplo, gênero, idade, cor da pele, orientação sexual e engajamento político. Diferentemente de outros trabalhadores pobres que se deslocavam para o “El Dourado”¹⁸ do sul a fim de trabalhar na agricultura, Rubens possuía boas relações familiares na região e havia completado o primeiro ciclo ginásial, possuindo domínio da leitura e escrita.

Para saber mais a respeito da vida do personagem em Londrina, a figura de Lucia Reali Lemos foi fundamental. Chegou-se a ela a partir de indicações de Miriam Lemos e amigos de militância de Rubens. Ela foi apresentada como a pessoa propícia para falar sobre essa fase da vida do personagem. Antes de ser consultada diretamente, foi feita uma rápida pesquisa no Google a partir do seu nome. A partir disso, descobriu-

¹⁸ Expressão cunhada nos anos 1940 em alusão ao mito do El Dourado, difundido durante o século XVI. Acreditava-se que o El Dourado era uma cidade perdida repleta de ouro, à espera de ser descoberta. Na era das grandes navegações, o mito serviu para alimentar o imaginário dos viajantes que esperavam encontrar no Novo Mundo a cidade dos metais preciosos.

se que ela se identifica publicamente como mulher, feminista, filha primogênita de Rubens e militante do PT há mais de duas décadas.¹⁹

Durante os contatos com ela, que aconteceram remotamente, ela sempre se mostrou disposta e feliz em ajudar. Parecia enxergar na pesquisa uma oportunidade para contar a história do seu pai, mas, principalmente, da sua mãe, Maria Helena Reali Lemos, com quem Rubens se casou no início dos anos 1960. Durante a primeira conversa com Lucia, ela expôs essa questão da seguinte maneira:

Essas histórias do meu pai e da minha mãe são histórias que nunca ninguém perguntou a mim sobre isso. E são histórias que mexem com a gente, porque quando voltamos para Londrina, no final dos anos 1960, perdemos a nossa referência nordestina, do nosso pai. Minha mãe foi apagada da história. É como se minha mãe nunca tivesse existido, todos nós, eu, Marquinhos e Fabinho. (Entrevista Lucia Reale Lemos, 24 de maio de 2022).

A fala de Lucia serviu como advertência para lembrar as questões sensíveis e profundamente entrelaçadas ao presente, pois combinam memória, identidade e família, abordadas nesse estudo. Para ela, a pesquisa serve ao objetivo de reivindicar a sua própria existência como filha, bem como da sua mãe e irmãos, na memória e na trajetória do pai. Já para os fins dessa dissertação, Rubens é um tema de investigação. Por mais que tenha se desenvolvido certa empatia entre pesquisador e objeto, sua trajetória é mobilizada para compreender questões históricas e teórico-metodológicas mais amplas. Isto é, tenta-se, através desse personagem, analisar a relação entre sociedade e indivíduo e aspectos da militância política e do espaço social do jornalismo nos anos 1960. Trata-se, portanto, de duas perspectivas distintas.

Tais perspectivas dissonantes são aporias constantes nos trabalhos que lidam com memórias de eventos traumáticos do século XX (ditaduras ou genocídios, por exemplo). Como tudo na história, não há fórmula pronta para lidar com essa questão. Conforme Marcos Napolitano chama a atenção, “história e memória podem lutar contra o esquecimento, contra o negacionismo e o trauma, mas nem sempre o fazem seguindo os mesmos procedimentos e partindo das mesmas premissas” (NAPOLITANO, 2018, p. 209). Os testemunhos de Lucia são considerados a partir dessa chave interpretativa, ou seja, o tratamento que ela confere ao passado é diferente de como ele é pensado nessa pesquisa. Isso não significa desconsiderar as lutas, individuais e coletivas, contra o

¹⁹ Encontramos de imediato esse texto publicado por ela: < <https://nominuto.com/dialogosdiscursoseoutrasleituras/uma-outra-historia-de-amor/554/> > Acesso em 3 de maio de 2022. > Acesso em 20/05/2022.

esquecimento e, no limite, o negacionismo; mas admitir que sejam feitas por procedimentos diferenciados, um mais afetivo e outro mais racional.

Ditas essas questões teórico-metodológicas, o estudo volta-se agora para a vida de Rubens em Londrina. Ao chegar à cidade, ele começou a frequentar um bar na rodoviária local cujos donos eram Ângelo Reale e Guilhermina Reale. Segundo Lucia Lemos, a partir de memórias familiares ditas a ela, os dois

Acolhiam todos os imigrantes nordestinos que vinham. Eles davam banho, comida, pouso, levavam para casa uma ruma de nordestinos. Davam comida para todo aquele povo. Em uma dessas, meu pai [Rubens] e meu tio [Abelardo] estavam nesse meio de gente e ali conheceu minha família (meu avô, minha mãe, minha avó) (Entrevista Lucia Reale Lemos, 24 de maio 2022).

Já que Abelardo estava estabelecido em Londrina, Rubens provavelmente não recebeu a mesma assistência precária do que os demais imigrantes pobres que viajavam à cidade e não precisou receber hospedagem e comida fornecidas por Ângelo e Guilhermina. O personagem pode ter conhecido os dois ao frequentar a rodoviária e iniciado, então, uma amizade. O casal possuía ascendência italiana e moravam na cidade de São Paulo, onde passaram dificuldades financeiras, antes de se mudarem ao Paraná. Entre os anos 1940 e 1950, acontecia em Londrina, e cidades adjacentes, uma valorização econômica do café. Foi então que Ângelo e Guilhermina decidiram se mudar para a região atrás de melhores oportunidades de vida. Apesar de nos anos 1950 ter havido um incremento da produção industrial no país e uma política de racionalização da cafeicultura, a economia do Paraná permaneceu atrelada principalmente à agricultura (TOMAZI, 1997). O campo de possibilidades proporcionado pela alta dos preços do insumo no mercado internacional e os incentivos para os plantios de cafezais na região fez com que houvesse esse movimento coletivo para a localidade.

Esse caso é particularmente interessante para compreender a relação entre o exercício da liberdade individual e o condicionamento das estruturas. Em uma sociedade capitalista, as estruturas econômicas alimentam nos indivíduos sonhos e expectativas. Em situações específicas de escolha, várias pessoas optam por mudar de cidade para realizar o desejo de enriquecer e ter uma vida confortável para si e para os seus familiares. Inseridos nesse movimento mais amplo, estavam Ângelo e Guilhermina. No “El Dourado do sul”, alguns poucos conseguiram melhorar suas condições financeiras, como foi o caso dos dois que puderam se instalar na cidade e

viver com segurança. Com o dinheiro do trabalho no café conseguiram montar o bar, onde recebiam os viajantes, os quais chegavam à Londrina também à procura de dinheiro. Por terem também migrado, a situação vivida pode ter despertado no casal um sentimento de empatia para com aqueles que chegavam à cidade, facilitando a construção de relações com o próprio Rubens.

Rubens conheceu o casal e logo de imediato estabeleceram uma convivência cotidiana. Oportunamente, ele aumentou seu interesse pela família Reale, pois ficou interessado amorosamente pela filha caçula, Lucia. Ela, no entanto, não correspondeu ao interesse do nordestino, que logo mudou o foco e passou a investir em Maria Helena, irmã mais velha de Lucia. À época, Maria Helena tinha uma rotina corrida. Trabalhava como enfermeira no Hospital São Leopoldo e fazia bicos prestando cuidados médicos a idosos em seus domicílios (Entrevista Lucia Reale Lemos, 24 de maio de 2022).

Entre consultas e trabalhos, Maria Helena conseguiu tempo para se aproximar e se envolver com Rubens. Assim, os dois logo iniciaram um relacionamento amoroso. O encontro converge, por um lado, à situação histórica do norte do Paraná, que atraía, naquele momento migrantes e imigrantes; e, por outro, a casualidade do início da relação, representada pela falta de interesse de Lucia em Rubens e pela disponibilidade afetiva de Maria Helena no momento.

Durante dois anos Rubens e Maria Helena se conheceram, estreitaram laços e intimidades. Mesmo Rubens frequentando a casa da família Reale, o relacionamento era vigiado de perto pelo Sr. Ângelo, que aprovava a união, mas precisava preservar a “honra” e “pureza” da filha. Após esses anos de relacionamento, os dois decidiram se casar. A festa foi preparada com muito esmero. No convite da cerimônia, o anúncio: “Ângelo Reale e Guilhermina Reale / Viúva Maria Lemos convidam para o casamento de seus filhos Helena e Rubens” (Convite de Casamento, 1961. Acervo particular de Lucia Reale). O convite indica que os jovens Rubens – à época com 20 anos – e Helena – à época com 22 anos – receberam a aprovação e o consentimento dos pais. Sem isso, a união dos dois certamente seria mais difícil.

Percebe-se que entre a ida de Rubens a Londrina e o seu casamento, o Sr. Lemos morreu. Não há indícios do ano exato, mas o fato é que Maria Lemos se tornou viúva, condição que, à época, impactava profundamente a vida de uma mulher. Certamente, o evento deixou marcas no filho. Será que se sentia culpado por ter rompido com o pai poucos anos antes da sua morte? Como foi para Rubens não estar presente no momento de luto profundo pelo qual sua mãe passou? Perguntas em aberto e para as quais não se

tem resposta. Talvez em respeito à memória do Sr. Lemos, protestante convicto, o casal decidiu celebrar a cerimônia na Igreja Presbiteriana Independente.

A união civil foi firmada em cinco de setembro de 1961²⁰ e, no dia seguinte, às 18 horas, estavam reunidos amigos e familiares do casal para a celebração religiosa. A mãe de Rubens viajou à Londrina para prestigiar o momento tão importante na vida do caçula. Além dela, representavam a família Lemos, Wilson e Abelardo, irmãos de Rubens. A família da noiva também compareceu, estando presente a mãe, alguns primos (as) e outros (as) tios (as) de Helena. A ausência mais marcante foi a do Sr. Ângelo, que se recusou a ir porque não aceitou a realização do ato em uma Igreja Evangélica. Ele defendia que sua filha, assim como todos os outros Reale, casasse no templo católico. Novamente a rivalidade entre católicos e protestantes emerge. O possível agrado à memória do Sr. Lemos pode ter custado a Rubens uma desavença com seu sogro.

Na ausência do seu pai, Helena entrou na igreja acompanhada pelo médico Antônio Stochero²¹, diretor do hospital onde ela trabalhava. Segundo a descrição de Lucia, sua mãe vestia um lindo vestido branco ombro a ombro cujo comprimento ia até abaixo dos joelhos; um penteado simples, mas charmoso completava a indumentária da noiva, sem véu amarrado a ele. Já Rubens entrou na igreja de braços dados com sua mãe. Suas roupas eram modestas: paletó preto sobrepondo a uma camisa social branca, calça e sapatos sociais também de cor escura. Lucia Reale Lemos contou que os padrinhos do casamento foram escolhidos entre os amigos e familiares do casal. Enquanto os noivos entravam, Gemima Mignac Seixas, esposa de Abelardo Lemos, cantou a Ave Maria de Bach e Gounod. Infelizmente, as fotos do casamento foram jogadas fora, juntamente com uma frasqueira que acondicionava documentos pessoais que reportavam momentos do casal. O “sumiço” desses registros alimenta em Lucia o sentimento de que a sua família foi esquecida, compondo parte dos episódios de trauma da primogênita em relação ao silenciamento do qual ela alega ser vítima. Apesar de não ter muitas imagens desse dia, pode-se, com o registro fotográfico a seguir, imaginar o casal durante a cerimônia, acontecimento tão importante e marcante para Helena e Rubens:

²⁰ O registro de casamento aponta que a união foi firmada no cartório de Registro Civil – 1º ofício, Rua Pio XII, 65 – Centro – Londrina – PR – CEP: 86020-380.

²¹ Não conseguimos encontrar informações sobre o médico. Atualmente, uma rua na cidade de Londrina leva seu nome, o que parece indicar sua importância na sociedade local, e existem vários médicos na região sul do Brasil com o sobrenome Stochero.

Imagem 5 – Maria Helena Reale Lemos e Rubens Lemos, em 1962.



Fonte: acervo pessoal de Lucia Reale Lemos.

Aproximadamente um ano após o casamento, em setembro de 1962, nasceu a primeira filha do casal, Lucia Reale Lemos. O nome foi escolhido como homenagem à irmã de Helena, por quem Rubens se interessou amorosamente primeiro em Londrina. A filha do casal conta que sempre ficou inquieta com o fato de seu nascimento ter acontecido exatos dez meses após a união religiosa dos pais. Um dia resolveu questionar a mãe sobre isso e escutou dela a seguinte resposta: “Depois de muitos anos, ela velhinha me contou depois de eu ficar perguntando a ela como eu nasci um mês certinho depois de 9 meses de casado. Ela casou em setembro e eu nasci em julho. Aí ela confessou. Ela disse: ‘seu pai já tinha comido o mel da lua (risos)’” (Entrevista Lucia Reale Lemos, 24 de maio de 2022).

Imagem 6 – Maria Helena, Lucia e Rubens, em 1962.



Fonte: acervo pessoal de Lucia Reale Lemos.

Apesar do rígido controle do Sr. Ângelo, várias coisas fugiram do seu desejo conservador. Além de a celebração acontecida na igreja evangélica e das núpcias antes do momento “adequado”, as posições políticas de Rubens também não agradavam tanto o sogro. Foi em Londrina que política e jornalismo se cruzaram de modo evidente e profundo na trajetória do jovem Rubens. No próximo tópico, será discutido justamente essas questões.

1.4) Rubens Lemos, jornalismo e militância política no Paraná

Logo que chegou a Londrina, Rubens Lemos começou a procurar emprego. Já havia trabalhado informalmente como vendedor em lojas de amigos de seus familiares, em Natal. À época da sua chegada à cidade paranaense, o personagem tinha recém terminado o primeiro ciclo do ginásio. Ainda tinha a possibilidade de seguir os estudos, optando entre um dos seguintes percursos: clássico ou científico. Talvez pela urgência de conseguir dinheiro, escolheu trabalhar. Não há informações precisas sobre o primeiro emprego dele na nova cidade, o que se sabe é que ele passou a se dedicar profissionalmente a rádios e jornais londrinenses. Certamente, a formação sólida oferecida pelas boas escolas onde estudou ao longo do ginásio e os contatos do seu

irmão na cidade contribuíram para ele ingressar na área. Nesse momento, o jornalismo não era uma profissão regulamentada, e, por isso, escrever na imprensa não demandava formação técnica específica.

Para Rubens, no entanto, esse destino estava traçado “desde sempre”. Ele conta da seguinte maneira o início da sua vida jornalística:

À muito custo consegui, mesmo menino, enfrentar essa brabeira da vida de mudança. Entrei na imprensa porque era minha vocação, e hoje entendo que era toda minha vocação, mas sobretudo também havia uma vocação para o social, para a justiça, para tentar ajudar a compreender e encontrar caminhos de transformação desse campo. Terminei trabalhando em banco, em Londrina, e fiquei trabalhando em rádio, em jornal (Entrevista Rubens Lemos, 1998).

De acordo com Rubens, há um vínculo muito forte entre sua atividade na imprensa e a militância política. De fato, a história da imprensa no Brasil se cruza e se confunde com a própria história política do país. Especificamente quando ele começou a trabalhar na área, entre os anos 1950 e 1960, os donos de jornais eram claramente partidários e defensores de projetos distintos de país. Pode-se constatar isso com os dois maiores jornais da época: o *Tribuna da Imprensa*, cujo dono era Carlos Lacerda²², que defendia explicitamente o projeto de poder da direita, o que incluía mais influência estadunidense na economia do Brasil, a defesa de comportamentos conservadores e, principalmente, ataques sistemáticos a Getúlio Vargas e ao trabalhismo; já o *Última Hora*, de propriedade de Samuel Weiner²³, defendia, basicamente, o governo de Getúlio Vargas, a adoção de políticas econômicas nacionalistas e a promoção de reformas de base (agrárias e educacionais, principalmente). Por isso, publicar nesses dois maiores jornais do país significava adotar posições políticas muito claras.

Rubens trabalhou primeiro no radialismo. Começou na Rádio Londrina, provavelmente entre os anos de 1958 e 1959. Nesse momento, além da emissora citada, a cidade de Londrina contava com mais duas, a Rádio Paiquerê e a Rádio Difusora (KOMARCHESQUI; BONI, 2009). A Rádio Londrina foi a primeira da cidade paranaense a entrar em funcionamento, em 1943. A partir de 1955, a emissora ganhou destaque com seus programas de auditório. Nesse ano o novo prédio do canal foi

²² Carlos Lacerda (1914 – 1977) foi jornalista e político brasileiro. Suas atuações mais marcantes foram como dono do jornal *Tribuna da Imprensa*, vereador, deputado e governador pela União Democrática Nacional (UDN).

²³ Samuel Weiner (1910 – 1980) foi jornalista e empresário. Nasceu na Rússia, mas se mudou para o Brasil aos seis anos de idade. Dono do jornal *Última Hora*, destacou-se na defesa do legado de Vargas e do governo de João Goulart.

inaugurado, seguindo padrões de transmissão avançados para o porte do radialismo local na época:

A inauguração das novas instalações contou com a presença da companhia de Carlos Machado e suas vedetes. Com um auditório para 512 pessoas, cortinas de veludo com sistema eletrônico para abrir e fechar, piano de cauda – que hoje se encontra no Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss – órgão eletrônico e um conjunto de instrumentos musicais, a Rádio Londrina tornou-se o centro artístico cultural da região. (BONI; KOMARCHESQUI, 2009, p. 14)

A emissora ainda serviu como palco das apresentações dos grandes artistas da época na cidade. Marcaram presença por lá, por exemplo, Dalva de Oliveira, Herivelto Martins, Grande Otelo, Marlene, Emilinha Borba, Ivon Cury, Orlando Silva, Nelson Gonçalves e Cauby Peixoto (ibidem).

O único indício da presença de Rubens na rádio é uma fotografia em que ele aparece entrevistando uma pessoa. Na própria imagem, o personagem escreveu para identificar o contexto exato do retrato: “entrevista com o Dr. Bockinh (ilegível) de Farias, desportista londrinense”. Segundo Lucia (responsável pelo acervo onde a foto está resguardada) trata-se de um registro de 1958 para a Rádio Londrina:

Imagem 6 – Rubens Lemos entrevista um desportista para a Rádio Londrina, em 1958.



Fonte: Acervo de Lucia Reale Lemos.

Conforme a imagem é possível inferir que Rubens iniciou no rádio na área de esporte. A participação de Rubens nessa área é citada por Bonis et al, que, em seu estudo sobre a imprensa esportiva, destacaram os seguintes jornalistas:

De 1947 a 1963, foram inúmeros os cronistas esportivos que passaram pelas emissoras de rádio londrinenses. Entre eles: Ambrósio Neto, Germano Junior, Rubens Greiffo, Jaime Galmacci, Carlos Silva,

Antonio Euclides Sapia, Deolindo Costa, Valter Néri, Wilson Silva, Abrahão Andery, Francisco Natal, Estélio Feldman, Paulinho Fernandes, José Augusto Viegas, Tatinha, Augusto Reis, João Bosco, José Maria de Brito, Jacy Scaff, Arceno Attas, **Rubens Lemos**, Willy Gonser, Elias Harmuch, Flávio Toledo, Edgar Arantes, Brasil Filho, Pedro Said, Fumio Nakamura, Batista Junior, Dácio Leonel, Osvaldo Militão, Jairo Augusto, Jurandir Panza e tantos outros. [grifo nosso] (BONI; KOMARCHESQUI; RODRIGUES, 2010, p. 188)

As transmissões esportivas da época eram focadas principalmente nas seguintes atividades:

Além dos jogos e competições, havia variados programas esportivos nas grades de programação das emissoras locais. Em sua maioria, eram noturnos e diários. Aos domingos e nos dias de partidas, também eram realizadas as jornadas esportivas nos moldes destas que existem no rádio atual: a preparação antes de começar a transmissão do jogo e uma grande resenha com comentários ao final (Ibidem, p. 167 – 168).

Além do futebol, as rádios também cobriam o torneio “Jogos Abertos do Paraná”, no qual atletas locais de cada cidade paranaense disputavam entre si algumas modalidades (atletismo, natação, tênis, basquete, beisebol, ciclismo, esgrima etc), e, ao final, a cidade com mais atletas premiados sagrava-se vencedora.

A primeira menção da imprensa londrinense a Rubens consta no jornal *Última Hora*, em uma edição do ano de 1960. Em seção destinada às notícias do rádio e TV no Paraná, é dito: “como surpresas para o rádio londrinense, nos informam que Rubens Lemos desapareceu. Saiu da rádio e da cidade sem que ninguém soubesse” (Rádio e TV no Paraná, 25 abril de 1960, p. 5). A notícia, inconclusiva sobre o paradeiro e a situação do jornalista, indica, pelo menos, que no início dos anos 1960 Rubens já era minimamente conhecido na cidade, a ponto de sua ausência ser notada e divulgada no jornal.

Os “sumiços” de Rubens foi um tema recorrente durante as entrevistas realizadas com seus familiares. Como será discutido adiante, sua filha Lucia, por exemplo, cita que os desaparecimentos do pai aconteciam por vários motivos: militância, viagens a trabalho e, principalmente, saídas para diversão. Não era raro o personagem completar dias fora de casa, intercalando trabalho e reuniões diárias com amigos em bares e cafés.

Além da Rádio Londrina, Rubens também trabalhou na Rádio Paiquerê e foi nesta emissora que ele teve uma das experiências políticas mais marcantes de sua vida. Trata-se de uma greve iniciada em 1961, após a demissão do então diretor da rádio Hiran Holanda. Para compreender esse movimento político, é necessário entender, ainda que brevemente, a Campanha da Legalidade, acontecida em agosto do mesmo ano.

Entre o final dos anos 1950 e início dos 1960, dois projetos de poder disputaram os rumos do Brasil. De um lado, o “nacional-estatismo”, que difundia o “nacionalismo, industrialização com base em bens de capital, fortalecimento de um capitalismo nacional, criação de empresas estatais e valorização do capital humano com redes de proteção social” (FERREIRA, 2003, p. 304); e, de outro, o projeto “liberal-conservador”, que defendia a “abertura irrestrita a investimentos, empresas e capitais estrangeiros; ressaltava as virtudes das leis de mercado; procurava alinhar-se incondicionalmente aos Estados Unidos” (Ibidem), e, principalmente, desconfiava do movimento operário e sindical.

O embate manifestava-se por meio de disputas políticas intensas e assumiu forma de investida golpista da direita em três momentos (1954, 1961 e 1964). Em 1961, especificamente, a tentativa de golpe sucedeu a renúncia do então presidente Jânio Quadro (do Partido Trabalhista Nacional). A Constituição previa que, em casos similares, o vice-presidente, à época João Goulart (do Partido Trabalhista Brasileiro), seria encarregado de assumir a presidência. No entanto, a União Democrática Nacional (UDN) e setores das forças armadas vetaram a posse de Jango. A partir disso, um movimento de caráter civil, político e militar tomou forma e entrou em cena para protestar a favor da constitucionalidade.

Contando com o apoio do prestigiado marechal reformado Henrique Lott²⁴, Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul, reagiu à tentativa de golpe e passou a mobilizar a população do estado do sul a protestar a favor da legalidade. O movimento se restringiu inicialmente à região austral do Brasil, mas foi expandido após a instauração da “Cadeia da Legalidade”. Brizola e homens da Brigada Militar tomaram posse da Rádio Guaíba e transmitiram para outras 150 emissoras de rádio do estado, do país e do exterior “mensagens de diversas entidades políticas e grupos sociais na defesa da ordem democrática” (FERREIRA, 2003, p. 328). Em diversas regiões, trabalhadores entraram em greve e lideranças políticas e sociais manifestaram-se contra a tentativa de golpe. Brizola contou também com o apoio do poderoso III Exército, o que enfraqueceu as ordens militares vindas da Guanabara que buscavam acabar com o governador do Rio Grande do Sul e com o próprio movimento. A saída costurada para o impasse foi a posse de Jango dentro de um regime parlamentarista, o que evitou a deflagração de uma

²⁴ Henrique Teixeira Lott (1894 – 1984) foi militar do exército brasileiro, chegando à patente de marechal. Ficou conhecido por ter garantido as posses dos presidentes Juscelino Kubitschek, nas eleições de 1956, e de João Goulart, em 1961. Em 1960, chegou a concorrer a Presidente da República pela coligação PTB/PSD.

guerra civil. O regime, no entanto, teve vida curta. Em 6 de janeiro de 1963, a população votou favorável à volta do presidencialismo.

O movimento a favor da legalidade expressou a falta de respaldo político e, sobretudo, social que uma tentativa de golpe, naquele momento, reunia. Setores da população se organizaram em favor da legalidade, inclusive no Paraná, onde vários comícios e manifestações lideradas por estudantes, políticos do PTB, sindicalistas e jornalistas aconteceram em defesa da constituição (BATISTELLA, 2019). Rubens participou ativamente desse movimento em seu ambiente de trabalho, na Rádio Paiquerê. A emissora aderiu à Cadeia da Legalidade, transmitindo as manifestações favoráveis à posse de João Goulart. Depois de encerrado o movimento, o diretor da Paiquerê, Hiram Holanda, foi demitido, acusado de insuflar o movimento legalista dentro da rádio, pronunciando vários discursos no canal da emissora. Os companheiros de trabalho de Hiram cruzaram os braços e deflagraram greve até sua recontração. O jornal *Última Hora* anunciou a parada da seguinte maneira:

Encontram-se em greve geral todos os funcionários da Rádio Paiquerê de Londrina Ltda, desde as sete horas de ontem, em solidariedade ao seu diretor artístico, sr. Hiran Holanda, que foi exonerado das suas funções pelo proprietário da emissora, sr. Pedro Worms, por questões de ordem política e por interesses pessoais de outros funcionários administrativos da organização (FUNCIONÁRIOS DA PAIQUERÊ EM GREVE..., 23 set. 1961, p. 3).

Na mesma reportagem, Rubens é indicado como liderança do movimento:

O sr. Rubens Lemos, líder grevista e também funcionário da Rádio Paiquerê de Londrina Ltda., em contato com UH disse: “manteremos o nosso ponto de vista, sobre a atual crise, custe o que custar”. Adiantou ainda: “Nós, radialistas, entenderemos na atitude tomada pela alta direção da emissora uma injustiça descabida e espantosa. A opinião unânime é de que o sr. Pedro Worms tenha sido influenciado por alguém que desejou deturpar uma posição sóbria e correta tomada pelo sr. Hiram Holanda, principalmente no que diz respeito à questão de ordem política. A nossa solidariedade é reforçada ainda pelos sentimentos de amizade que nos prendem a tão digno diretor” (Ibidem).

Segundo a pesquisa, essa é a segunda vez que o nome de Rubens aparece em um jornal da cidade. Nessa oportunidade, ele ganhou mais destaque, afinal estava liderando uma greve no seu local de trabalho. O fato de ter saído em defesa do companheiro de ofício pode ter aumentado o respeito dos pares de profissão em relação a Rubens. Essa posição de liderança criou, ao mesmo tempo, admiração de alguns e desafetos da parte

de outros. Dessa maneira, a participação do jornalista do Rio Grande do Norte como protagonista no movimento tornou seu nome mais conhecido em Londrina.

A greve durou aproximadamente sete dias e resultou na demissão de dezenove funcionários, entre os quais estava Rubens. Interessante notar que, muitos anos depois, o personagem relatou outras motivações para a deflagração da greve. Ele conta, então, o episódio da seguinte maneira:

Essa foi a primeira greve em que uma estação de rádio foi paralisada por entender que estava sendo cometida uma injustiça e que por trás envolvia conotações de caráter político e ideológico [...] Em 1961, o então líder das ligas camponesas, Francisco Julião, chegava em Londrina [...] e eu fui encarregado de fazer uma entrevista com ele, na Rádio Paiquerê de Londrina. Nisso todo telúrico que existe dentro de mim, todo sertanejo que existe dentro de mim, veio à tona, aflorou de forma natural, e a entrevista que era para ser de 30 minutos acabou sendo feita em 3 horas. Os corredores da rádio e as ruas ficaram cheias ouvindo Francisco Julião falando das ligas camponesas, de Sapé²⁵, da Paraíba, da construção dessas ligas, da organização popular. Foi quando senti pela primeira vez uma coisa diante de mim que era a necessidade da organização popular independente de partido político, independente de líderes que pudessem ser ocasionalmente ou não carismáticos. Mas Julião, na verdade, [...] representava aqui que para os conservadores, principalmente numa região de latifundiários, um incendiário. O diretor da Rádio se chamava Hiran Holanda. Hiran deu plena liberdade para mim e fez com que eu não me preocupasse com o tempo. A rádio virou um terreno de ocupação de interesse popular, promovida evidentemente pela inteligência, pela habilidade, pela palavra do próprio Julião. O resultado foi que isso terminou numa demissão por telegrama do diretor da Rádio, Hiran Holanda. Eu me rebelei contra isso e tirei, conversando com vários outros companheiros da rádio, ao todo 19 estavam diretamente ligados a botar a rádio para o povo ouvir (homens de microfone, de operação, etc) e resolvemos fazer uma greve contra a demissão por telegrama do Hiran Holanda (Entrevista Rubens Lemos, 1998).

A longa citação expressa à versão de Rubens a respeito da “primeira greve feita por jornalistas”. Na perspectiva do personagem, ela foi deflagrada após a demissão do diretor Hiram Holanda. A novidade, não contada nas outras versões, é que o movimento se deu pois o diretor teria dado liberdade aos funcionários para entrevistarem na rádio o líder camponês e então deputado Francisco Julião.

Segundo Tomazi (1986), a história do Paraná é fortemente atravessada por conflitos de terra, sobretudo na sua região norte. Não é, portanto, surpresa que as

²⁵ As Ligas Camponesas foram organizadas por trabalhadores rurais que tinham como objetivo principal reivindicar a distribuição de terras no Brasil e estender os direitos usufruídos pelos operários nas cidades para o campo. O movimento teve início em Pernambuco e na Paraíba, principalmente nas cidades de Vitória de Santo Antão e Sapé, e se estendeu por todo Brasil entre os anos de 1950 e 1964. Essa experiência política recrudescceu após o golpe perpetrado em 1964.

palavras efusivas de Francisco Julião tenham causado alvoroço na cidade e resultado na demissão do diretor da rádio que lhe abriu os microfones. Provavelmente, o líder popular falou para a audiência paranaense palavras de ordem a favor da reforma agrária, condenando a atitude dos latifundiários. Buscou-se encontrar nesse período algum indício que confirmasse que Julião esteve na cidade. E constatou-se que ele participou do II Congresso dos Trabalhadores Rurais, evento que aconteceu em Maringá, cidade próxima a Londrina, e no qual os trabalhadores do campo discutiram a constituição de ligas camponesas na região²⁶. Nesse sentido, tal entrevista de Julião aconteceu possivelmente em agosto de 1961. Juntando os dois movimentos, a demissão de Hiram Holanda parece ter sido o resultado da sua participação nos dois eventos: do espaço dado a Julião na emissora e da mobilização da rádio na Cadeia da Legalidade.

A partir de uma visão retrospectiva, Rubens elege a entrevista como um marco na sua trajetória, pois reúne, ao mesmo tempo, sua “vocação” profissional e sua identidade política. Como foi discutido anteriormente, a atuação de Rubens no rádio não   fruto, simplesmente, de uma voca o manifestada desde sempre, mas resultado de vários aspectos (forma o intelectual, origem familiar do personagem, inser o em determinada classe social e em determinadas redes). No entanto, apesar do excesso de coerência e linearidade no discurso memorialístico do personagem (característica, al s, como já dissemos, bastante comum a esse tipo de discurso), a rela o que ele estabelece entre profissão e militância política faz total sentido. O ingresso do personagem no espaço social do jornalismo aconteceu paralelamente a seu engajamento político. Essa combina o só foi possível porque ele estava inserido em um campo de possibilidade agitado por inúmeras lutas sociais, das quais os jornalistas fizeram parte ativamente – tanto escrevendo, publicando e emitindo opiniões e versões sobre as manifesta es políticas do momento; quanto como grupo empenhado em melhorar suas próprias condi es de trabalho. Os jornalistas buscaram ser setor profissional organizado na cidade do Paraná. Além da greve na rádio paiquerê, no final do ano de 1961, por exemplo, os jornalistas paranaenses deflagraram greve em protesto pelos baixos salários. Na primeira nota de anúncio do movimento, eles anunciaram:

Estamos em luta contra uma minoria de patrões recalcitrantes, que não admitem a possibilidade de uma vida digna para aqueles que os servem [...] já fomos “carneirados” durante todos esses anos,

²⁶ Mais informa es sobre o II Congresso dos Trabalhadores Rurais em: < <https://www.maringahistorica.com.br/index.php/2018/01/frente-agraria-para-naense-versus-ii.html> > e < <https://www.maringahistorica.com.br/index.php/2011/09/frente-agraria-versus-ligas-camponesas.html> > Acesso no dia 1 de maio de 2022

aceitando salários que mais soavam como gorjetas a pequenos serviços. A unidade da classe é inteiriça, monolítica. Partiremos para a greve total. E, conosco, vários companheiros de classe social, várias categorias que nos apoiam Chega de recorrer a cinco empregos para que nossos filhos não morram de fome. Se não servimos, rua conosco! Se servimos, paguem-nos! Fora disso não há mais acordo (ORA BOLAS!, 29 nov. 1961, p. 10).

Os jornalistas e gráficos paralisaram durante três dias a circulação dos impressos no Paraná, organizaram piquetes em frente às redações dos jornais. Foram reprimidos pela polícia do estado e só voltaram quando conseguiram negociar melhores salários com os donos dos jornais. Os radialistas quase seguiram os companheiros de profissão e deflagraram greve, mas os proprietários das estações de rádio e televisão conseguiram contornar a tempo a situação e entraram em acordo com os funcionários. Devido ao papel central de Rubens na greve da emissora Paiquerê, não seria estranho se ele estivesse como protagonista nessa manifestação. Seja porque o movimento foi abafado pela mídia local ou para proteger os envolvidos, os profissionais que participaram não foram citados nominalmente na notícia. (GREVE DOS JORNALISTAS SERVIU DE ADVERTÊNCIA, 21 de dez. de 1961, p.1).

Como o próprio manifesto dos jornalistas destaca, havia uma solidariedade entre os diferentes grupos de trabalhadores. Não se tratava de um engajamento exclusivo dos funcionários da imprensa (jornais impressos e rádios). Diferentes segmentos da classe trabalhadora brasileira deflagraram greves ao longo do ano de 1961, no estado do Paraná e pelo Brasil afora. A tabela a seguir expressa bem a efervescência no campo político e laboral paranaense naquele momento:

Tabela 2 – Movimentos grevistas deflagrados no Paraná.

| | |
|------------------------|-------------------------------------------------------------------|
| 24 de janeiro de 1961 | Greve dos funcionários da Assembleia Legislativa do Paraná. |
| 26 de janeiro de 1961 | Greve dos ferroviários da RVPSC. |
| 28 de março de 1961 | Greve dos trabalhadores da construção civil, em Curitiba. |
| 21 de maio de 1961 | Greve dos trabalhadores metalúrgicos de Ponta Grossa. |
| 15 de junho de 1961 | Greve dos telefonistas, em Londrina. |
| 21 de junho de 1961 | Greve dos empregados da Rádio Guairacá. |
| 7 de agosto de 1961 | Greve dos trabalhadores do frigorífico Wilson, em Ponta Grossa. |
| 9 de agosto de 1961 | Greve dos ensacadores e carregadores de café de Paranaguá. |
| 22 de setembro de 1961 | Greve dos funcionários da Rádio Paiquerê, em Londrina. |
| 30 de setembro de 1961 | Greve dos empregados da área de construção civil, em Caiobá. |
| 2 de outubro de 1961 | Greve geral dos oficiais marceneiros. |
| 19 de outubro de 1961 | Greve geral dos bancários. |
| 23 de outubro de 1961 | Greve dos operários em extração de minério, em Antonina. |
| 26 de novembro de 1961 | Greve dos empregados da empresa Garcia, em Londrina. |
| 19 de dezembro de 1961 | Greve geral dos jornalistas paranaenses. |
| 22 de dezembro de 1961 | Greve dos condutores rodoviários paranaenses. |
| 28 de dezembro de 1961 | Greve dos empregados da serraria Colleone & Cia, em Ponta Grossa. |

Fonte: Balanço feito por nós nas edições do *Jornal Última Hora* (PR) ao longo do ano 1961. Na edição do citado jornal no dia 2 de janeiro de 1962, na página 4, há um resumo do movimento sindical do ano anterior.

Além das greves citadas, o Paraná foi palco de comícios, campanhas democráticas, congressos e reuniões de classe. A greve liderada por Rubens constitui parte desse amplo movimento, que extrapola o ano citado e compreende toda a chamada Quarta República (1945 a 1964). Nesse período, segundo Jorge Ferreira, houve uma experiência democrática, em que a sociedade passou por um “processo de organização e mobilização crescente”, existindo “grupos políticos e sociais interessados em manter as

regras democráticas” e alargar direitos conquistados anteriormente (FERREIRA, 2003, p. 337).

Até aqui, buscou-se mostrar como esse período foi vivido intensamente pelo jovem Rubens. Descobertas políticas, profissionais e afetivas deram o tom da sua vida em Londrina e passaram a compor a própria identidade do personagem nos anos seguintes. As mobilizações políticas, a atuação profissional e a vida amorosa do personagem estão, portanto, profundamente imbricadas. Um episódio vivenciado durante a lua de mel de Rubens e Maria Helena expressa bem a inseparabilidade dessas questões na vida do radialista, expondo com clareza a inexistência de uma fronteira entre o que seria sua experiência privada e sua atuação pública.

No dia seguinte ao casamento, Rubens e Helena seguiram para a praia de São Vicente, em São Paulo, a fim de comemorar a lua de mel. A previsão do casal era passar sete dias no destino paradisíaco. No terceiro dia viagem, o marido de Helena sumiu. Lucia conta que o sumiço foi planejado: “ele [Rubens] marcou a lua de mel no mesmo período que ia ter um encontro político em São Paulo. Então, ele disse a minha mãe que ia buscar cigarro e só voltou depois de três dias. Molecão, né? Era muito novo, tinha 20 anos” (Entrevista Lucia Reale Lemos, 24 mai. 2022).

Não havia espaços nem tempos bem delimitados para atividade privadas e as públicas; pelo contrário, elas se confundiam no cotidiano e nos planos de Rubens. Nesse trecho, vale ressaltar também como Lucia justifica a ação do pai chamando atenção para a idade dele no período do acontecimento. A referência ao estado “molecão” de Rubens ativa o sentimento de compreensão por parte da filha, de modo a acomodar, em suas lembranças, a atitude “desviante” do pai.

Não foi possível identificar o encontro político em questão. No entanto, os meses de agosto e setembro foram agitados em São Paulo. Nos dias em que Rubens foi ao litoral paulista, a Cadeia da Legalidade estava sendo desmontada e João Goulart tinha acabado de assumir a presidência, depois de firmado o acordo do parlamentarismo. Vários motivos políticos e mobilizações podem ter seduzido o personagem a ir para a capital do estado. A saída foi tentar conciliar amor conjugal e política. A conciliação não deu muito certo. Maria Helena ficou, como era de se esperar, descontente com a ação do marido. Ao longo da sua vida, ela foi ensinada por seus pais, italianos conservadores e rigorosos, que nada estava acima da família. Não entendia, então, por que Rubens investia tanto tempo na militância. Eram diferentes demais nesse

aspecto. Ela não tinha como saber ainda que essa diferença iria ser motivo de várias desavenças e brigas do casal posteriormente.

A carreira de Rubens no rádio paranaense seguiu. Em 1962, ele passou a trabalhar na Rádio Atalaia no cargo de diretor. Segundo ele próprio, foi o “mais jovem diretor de rádio” (Entrevista Rubens Lemos, 1998). Provavelmente, conseguiu conciliar o trabalho em mais de uma emissora.

O personagem também conseguiu construir laços de sociabilidade com outros colegas de profissão da cidade. Além de compartilhar o mesmo ambiente de trabalho, se encontrava com os companheiros em espaços de lazer. Uma notícia publicada em uma coluna social, no ano de 1963, divulgou uma reunião de “intelectuais”, da qual Rubens participou:

Reunião de intelectuais da jovem guarda, à base da caipirinha, na noite de anteontem, no Garden-Bar do Monções Hotel, com a participação de Rubens Lemos, com seu novo cavanhaque à francesa, o pintor Nelson Matulevicius, Noemi Lise, do teatro de Curitiba, o poeta Armando Bettinardi, de Maringá, e o pessoal de UH. O consumo de “caipiras” foi enorme, mas a produção de poesias correspondeu: quase dez poemas foram compostos, destacando-se “A Mensageira”, de Rubens e Armando, de parceria (SOCIEDADE DO INTERIOR, 12 de abril de 1963, p. 9).

Pelo que o texto indica, os amigos da mesa eram pessoas envolvidas com a cultura local. Entre as pessoas citadas, é possível encontrar informações apenas a respeito de Bettinardi. À época, ele despontava como um poeta importante na cidade de Maringá e já havia publicado seu primeiro livro de poesias, “Angústia” (1962). O poema escrito por ele e Rubens não foi localizado. Pelo caráter informal da reunião, pode ter sido rabiscado em um suporte frágil (guardanapo ou folha avulsa) e descartado logo após o encontro. De qualquer forma, essa notícia sugere que Rubens frequentava espaços da intelectualidade local com outros artistas e jornalistas e discutia com eles temas relacionados à arte.

A convivência com os demais pares de profissão nem sempre era pacífica. No mesmo ano, em 1963, Rubens se envolveu em uma confusão com o jornalista Stelio Feldman. O Jornal *Última Hora* comentou o fato da seguinte maneira:

Ao que apuramos, Rubens Lemos, noticiarista da D-4, está às voltas com um recesso que lhe foi movido pelo [ilegível], que atende pelo nome de Stélio Feldman. Motivo: Rubens chamou Feldman, através do microfone, de radialista fracassado e colunista tendencioso (NOTÍCIAS DO RÁDIO NORTE PARANANESE, 6 de jun de 1963, p. 8).

Rubens foi afastado da Rádio Atalaia por criticar Stélio Feldman, colunista da *Folha de Londrina* (PR). Nenhuma informação sobre Feldman foi encontrada, mas ele pode ter sido influente no meio jornalístico, pois conseguiu o afastamento de Rubens da emissora. Esse caso revela uma característica profissional do personagem e que, com o passar do tempo, iria se intensificar: o uso do seu espaço nas emissoras onde trabalhou para atacar desafetos (políticos, esportistas e jornalistas).

No final do ano de 1963, não há notícias de Rubens na imprensa local. Segundo o personagem (Entrevista Rubens Lemos, 1998), nesse momento ele passou a trabalhar no jornal *Última Hora*. Mais um emprego na cidade de Londrina. Conforme dito anteriormente, esse veículo mantinha uma postura de defesa do legado de Getúlio Vargas e do trabalhismo, o que o aproximava dos movimentos de esquerda da época que lutavam pelas reformas de base. Além da entrevista de Rubens, não foi encontrada referência a Rubens como funcionário desse periódico. O seu nome aparece somente na sessão das notícias dedicadas ao rádio e jornal norte-paranaenses e durante a greve na Rádio Paiquerê, a qual o *Última Hora* reportou amplamente. Isso não quer dizer que a informação dada por ele seja falsa, mas apenas que ele pode ter trabalhado em uma função dos “bastidores” do periódico.

Se no final de 1963 não houve tantas notícias no âmbito profissional para Rubens, no que se refere ao seu relacionamento conjugal uma novidade movimentou bastante a sua família: o nascimento de Marcos, o seu segundo filho com Maria Helena Reale. O menino veio ao mundo no dia 18 de dezembro de 1963. A gestação de Marquinhos, como é carinhosamente chamado pela sua irmã Lucia, aconteceu em um contexto de forte radicalização política no Brasil. Obviamente, no momento do nascimento de Marcos, não estava traçado que menos de um ano depois um golpe civil-militar poria fim à experiência democrática da Quarta República. No último tópico desse capítulo, será discutido esse acontecimento e os seus impactos na vida da família de Rubens.

1.5) Rubens Lemos e o golpe civil-militar de 1964

31 de março de 1964. Dia do golpe civil-militar no Brasil. É verdade que as movimentações golpistas começaram bem antes. O ambiente político era tenso e

tentativas de golpes fracassaram anteriormente, como em 1961. Tal tentativa foi impedida por uma ampla frente constituída pela população civil, organizações de base, partidos políticos divergentes e setores legalistas do exército. Como foi visto, Rubens participou ativamente em defesa da Legalidade.

Em 1964 a resposta foi diferente. As tropas do exército de Minas Gerais, comandadas pelo General Olímpio Mourão Filho, marcharam rumo à Guanabara e tomaram o palácio do Catete. Os militares, evidentemente, não agiram sozinhos e contaram com apoio ou omissão de parcelas significativas da sociedade civil, incluindo o setor empresariado, expressas pelas marchas da Família por Deus e pela liberdade e com medidas de complacência adotadas por associações (Associação Brasileira de Imprensa e a Ordem de Advogados Brasileiros, por exemplo) (DREIFUSS, 1981; PRESOT, 2004).

Os militantes agrupados em sindicatos e em organizações de base (ligas camponesas, clubes nacionalistas, etc.) e os apoiadores de João Goulart esperaram as ordens de reação que seriam dadas pelo então presidente. Elas nunca vieram. Jango, atônito e surpreso com as movimentações golpistas, embarcou rumo ao Uruguai, de onde só iria embora nove anos depois para a Argentina, país onde faleceu em 1973.

Os meses subsequentes ao golpe foram de intensa perseguição aos que a ele se opuseram e à implementação do regime militar. Inicialmente, a perseguição foi promovida por meio do Ato Institucional número 1, outorgado no dia 9 de abril de 1964, e pelos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) em cada estado do Brasil. Comunistas históricos – a exemplo de Gregório Bezerra -, parlamentares do PTB, camponeses e funcionários públicos foram expurgados, perseguidos e em alguns casos presos e torturados (GOMES; FERREIRA, 2014).

Mas como Rubens se portou diante desse acontecimento? Sua trajetória, em Londrina, estava fortemente marcada por uma atuação em prol das lutas de esquerda, o que lhe rendeu uma situação desconfortável naquele momento. Em seu relato, Rubens chama a atenção para a sua reação ao movimento golpista. Ele conta que fez questão de colocar a Rádio Atalaia, da qual era diretor, na Cadeia da Legalidade,²⁷ coordenada por

²⁷ Essa 'Cadeia da Legalidade' foi uma tentativa de Brizola em reunir os jornais e emissoras de rádio que se opunham ao golpe em defesa da legalidade, como foi feito no ano de 1961 em reação à investida golpista. No entanto, a iniciativa não foi bem-sucedida.

Leonel Brizola. Segundo Rubens, essa posição custou caro, pois a rádio estava sendo intimada a aderir à Cadeia da Democracia²⁸, organizada por Ademar de Barros.²⁹

Rubens avalia a sua posição contrária ao golpe como uma reação moralmente positiva. Diz ele:

Eu como diretor, gerente da rádio, com poderes de decisão, embora muito jovem, disse que a rádio não entrava [na Cadeia da Democracia] e achei que aquele golpe era uma injustiça, repressão inclusive [...] Por isso, passei amargos momentos [...] mas não abri mão do direito que eu achava justo, e estava sendo violentado um princípio de democracia no país. E procurei dar a mim mesmo esse exemplo que eu chamaria, se não ideologia, pelo menos de dignidade (Entrevista Rubens Lemos, 1998).

Segundo o próprio Rubens, nessa mesma entrevista, o golpe de 1964 significou “o primeiro encontro com a realidade de enfrentamento com forças opressoras, com forças repressoras, e com a consciência política.” O golpe representa uma ruptura na vida do personagem porque, segundo ele, foi a partir desse momento que jurou a si próprio se aprofundar “cada vez mais na descoberta de caminhos que pudessem coletivamente fazer com que o povo – e não os poderosos – aprendessem a chegar à justiça que é um direito inerente ao povo” (Ibidem). O uso dos termos “a partir daí”, “o primeiro encontro” e “eu jurei a mim mesmo” associados ao golpe de 1964 sugere que o evento foi, como dito acima, um marco na sua trajetória. Trata-se, portanto, de uma memória “enquadrada” (POLLAK, 1989), elaborada e consolidada, de modo a dar sentido à identidade do próprio Rubens.

Uma versão mais madura do personagem, aos 50 anos de idade, em um contexto de democracia relativamente consolidada e de condenação oficial da ditadura, avalia que sua persona jovem teve uma reação de indignação moral diante daquela movimentação golpista. Reação de puro sentimento, já que ainda sem uma “ideologia” que sustentasse aquela posição. Partindo de uma perspectiva retrospectiva, é importante salientar, ele faz do golpe de 1964 um momento central para a construção da sua militância política. Para embasar a sua própria identidade, o personagem mobiliza “estruturas simbólicas e procedimentos narrativos que vão além do individual” (PORTELLI, 1996, p. 3). No plano simbólico, chama atenção para sua atuação,

²⁸ Provavelmente o que Rubens denomina “Cadeia da Democracia” é, na verdade, a “Rede da Democracia”, um arranjo midiático formado por grandes veículos midiáticos empresariais (*O Globo*, *Diários Associados* e *Jornal do Brasil*) que atuou no sentido de desestabilizar o governo de João Goulart.

²⁹ Rubens Lemos 02 - Golpe 1964, *Rádio Atalaia Maringá, Rádio Poty* confronto Ditadura. 2014. 1 vídeo (23 minutos 51 segundos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=995DFP4xJEA>. Acesso em 04/04/2021.

sugerindo que mesmo apesar da sua pouca idade, manteve a postura correta. Os procedimentos narrativos convergem para a ideia de que foi precisamente naquele momento que a identidade política de esquerda do personagem se forjou, a partir, como dito, do sentimento de indignação, e não de uma “ideologia” organizada e formalizada.

A narrativa de Rubens não é representativa de uma determinada memória coletiva por implicar “normalidade” ou “média”; a sua representatividade reside no nível da construção textual. Ou seja, mobilizando os termos de Alessandro Portelli, “pelo modo exemplar como utiliza procedimentos narrativos e simbólicos socialmente compartilhados [...] e os organiza e situa dando destaque a seu significado potencial” (PORTELLI, 1996, p. 7). No caso dos militantes de esquerda que sofreram com a experiência do golpe, é fundamental para a construção de sua identidade coletiva e individual a ênfase na “inconformidade afetiva”, no protesto e na repressão sofrida. Pode-se dizer, então, que esses elementos são procedimentos narrativos e simbólicos que tornam o depoimento e a experiência de Rubens representativa.

Muitos/as militantes relatam essa inconformidade como elemento que antecede a posição ideológica. Antes de serem revolucionários fiéis aos preceitos socialistas marxistas, seriam pessoas inconformadas com a abissal desigualdade social, marca histórica da sociedade brasileira. Esse foi o caso, por exemplo, de Carlos Lamarca, ex-dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Segundo Denise Rollemberg (2003, p. 87), a opção de Lamarca “pela revolução e mais, pelo caminho violento que ela implicava, como a de tantos outros, não se dera pela adesão à teoria marxista legitimada pela ciência. A opção de Lamarca se fez pela indignação diante das desigualdades sociais que perpetuavam a miséria e a injustiça” (2003, p. 87). Tal perspectiva ética, mais do que uma adesão ideológica explícita, possivelmente favorece uma maior empatia de quem lê ou ouve esses depoimentos em relação às experiências de que as narra.

É interessante notar também que essa entrevista concedida por Rubens ao projeto Memória das Lutas Populares no RN é o único registro no qual o personagem narra a sua experiência diante do golpe. Como é comum nesse tipo de narrativa, ele o faz a partir da primeira pessoa, enfatizando sempre sua singularidade, suas experiências e sua importância no referido momento histórico. As seguintes expressões ditas por ele atestam a centralidade da primeira pessoa do singular como pronome fundamental que articula toda a sua narrativa: “Passei amargos momentos [...] Eu, realmente ainda muito jovem, comecei a ser obrigado a não ter medo [...] Procurei dar a mim mesmo esse

exemplo que eu chamaria, se não ideologia, pelo menos de dignidade” (Entrevista Rubens Lemos, 1998).

Nesse sentido, a narrativa de Rubens não contempla, por exemplo, a reação – ou a falta de reação – dos grupos políticos na cidade de Londrina e as expectativas frustradas de uma geração da qual ele fazia parte. O golpe e os momentos que o antecederam são lembrados a partir da individualidade do narrador e dos impactos que o acontecimento deixou na sua vida. Dessa forma, a “autoridade narrativa” do personagem deriva justamente do “caráter restritivo do ponto de vista” expresso em seu relato (PORTELLI, 1996). Em outras palavras, o relato de Rubens evidencia bem a indissociabilidade entre o que seria o “fato” e o “significado da experiência através dos fatos” (PORTELLI, 1996, p. 6). Isso se deve, segundo Portelli, ao fato de que “A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso” (ibidem).

A posição contrária de Rubens ao golpe rendeu-lhe imediatamente retaliações. De acordo com ele próprio, Délio Nunes Cesar, então diretor do jornal *Última Hora* em Londrina, contou-lhe que seu nome constava numa lista de pessoas que seriam presas por subversão no estado do Paraná. A boa relação entre Délio e Rubens é citada por várias pessoas, entre as quais Lucia Lemos. O diretor do *Última Hora* pertencia, nessa época, ao Partido Comunista Brasileiro, e, assim como Rubens, migrou para Londrina nos anos 1950.³⁰ Após a notícia de Délio, ele seguiu em fuga rumo à cidade de Cuiabá, no Mato Grosso, a fim de escapar do que classificou como o “primeiro cerco da vida”. A metáfora do cerco, empregada por Rubens para caracterizar o momento, sugere que o personagem se viu com poucas ou quase nenhuma escolha possível. No entanto, mesmo diante dessa encruzilhada, ele traçou o plano de ir a Cuiabá e encontrar seu irmão Wilson Ferreira Lemos, quem lhe daria abrigo. Para a sua surpresa, ao chegar à capital do Mato Grosso, logo descobriu que seu irmão havia sido preso momentos após o golpe.

Sobre Wilson Ferreira Lemos foi possível identificar no site Memórias Reveladas o seu envolvimento em dois processos arrolados na Justiça Militar. O primeiro é movido no Inquérito da Polícia Militar da 9ª Região Militar, em Mato

³⁰ Para ver mais informações sobre Délio Cesar Nunes, acessar: < <https://www.gazetadopovo.com.br/servico/delio-nunes-cesar-50-anos-dedicados-ao-jornalismo-e-a-vida-cultural-de-londrina-ejt09wvs99zu2dqgbl86jr9e6/> >. Acesso em 20 de junho de 2022.

Grosso. Tal inquérito foi feito em 1964 e acusava Wilson e outros 113 civis por subversão.³¹ O outro processo diz respeito a uma ação movida contra Nestor Veras e Lindolfo Silva, dirigentes da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Nesse documento, o nome de Wilson é apenas um dos tantos acusados de envolvimento com a ULTAB, “entidade considerada subversiva”.³² Por causa disso, ele permaneceu alguns meses na cadeia, até conseguir um habeas corpus. Do ponto de vista dos irmãos Lemos, e de muitos de seus companheiros, o imediato pós-março de 1964 não foi um período de repressão branda ou amena, ao contrário do que dizem determinadas narrativas.³³

Depois de descobrir que seu irmão estava preso, Rubens buscou abrigo em Natal, onde havia deixado suas irmãs (Miriam Lemos, Ruth Lemos e Lourdes Lemos) e sua mãe (Maria). Rubens provavelmente esperava voltar a Natal em uma situação mais confortável. A sua chegada a cidade nessas condições não foi prevista por ele quando saiu de lá quase dez anos antes. A incongruência da história e o inesperado forçaram Rubens a tomar decisões não previstas inicialmente.

De toda forma, o personagem achou por bem voltar à capital potiguar, onde, pensava talvez, seria reconhecido apenas por sua família. Em um primeiro momento, passou pouco tempo no Rio Grande do Norte e logo regressou ao Paraná. No entanto, a situação por lá era mais perigosa do que esperava. A ida de Rubens ao estado do sul é contada por ele da seguinte maneira:

Voltei ao Paraná [...] Dizem que o criminoso sempre volta ao local do crime, eu voltei [risos]. Quando cheguei lá me deparei com dois processos violentos movidos contra mim. Um movido pelo governador Ney Braga, aliás pelo ex-governador Ney Braga e pelo seu sucessor Paulo Pimentel. Me acusavam de mil coisas, do ponto de vista político. Havia toda uma chamada armação [...] Então não pude ficar e voltei ao Rio Grande do Norte (Entrevista Rubens Lemos, 1998).

³¹ Não consegui encontrar mais informações sobre o inquérito. Apenas a lista dos nomes dos denunciados, em uma busca feita no referido site Memórias Reveladas, mais especificamente no acervo digitalizado do Arquivo Nacional. http://base.memoriasreveladas.gov.br/mr/Multinivel/Exibe_Pesquisa_Reduzida.asp?v_CodReferencia_ID=908213 >. Acesso em 20/05/2021.

³² Também não consegui encontrar mais informações sobre esse processo. A lista dos envolvidos consta igualmente no acervo digitalizado do Arquivo Nacional e disponível no site Memórias Reveladas. Link: < http://base.memoriasreveladas.gov.br/mr/Multinivel/Exibe_Pesquisa_Reduzida.asp?v_CodReferencia_ID=909589 >. Acesso em 20/05/2021.

³³ Gaspari (2014), por exemplo, caracteriza os anos de 1964 a 1968 (até a instituição do AI-5) como um período de pouca repressão, se comparado aos anos subsequentes. A trajetória de Rubens Lemos e do seu irmão permite problematizar essa interpretação.

Em março de 1964, o governador do Paraná, Ney Braga, aderiu ao golpe. Não foi possível localizar o processado citado por Rubens. Mas o ex-governador construiu para si uma imagem pública como “líder competente, bom pai de família, honesto, trabalhador, e, sobretudo, católico fervoroso” (BATISTELA, 2015, p. 296). Braga promoveu uma perseguição intensa a várias pessoas nas cidades paranaenses. Segundo Batistela, os alvos foram

as principais lideranças nacionalistas e reformistas, oficiais e subalternos das Forças Armadas, líderes sindicais, comunistas, estudantes e demais lideranças progressistas, que eram enquadrados como “subversivos”. Muitos foram presos, torturados e até mesmo assassinados. Porém, convém lembrar que as perseguições não se restringiram somente às questões políticas, uma vez que muitas foram motivadas por revanchismo e desavenças pessoais. (BATISTELA, 2015, p. 290).

Políticos paranaenses do PTB, como Luiz Alberto Dalcanale, Leon Naves Barcelos, Waldemar Daros e Walter Pecoits, foram cassados por causa de suas desavenças pessoais com o então governador. Um deles, Walter Pecoits, chegou a ser preso ilegalmente em 1964 e espancado na cela. A situação, portanto, não estava nada fácil no estado. Por causa de sua atuação política no início dos anos 1960, Rubens poderia estar ameaçado, colocando em risco sua segurança e a da sua família. Foi então que, entre 1964 e 1965, ele optou por levar Maria Helena e os dois filhos do casal à Natal. Segundo Lucia (Entrevista Lucia Reale Lemos, 24 de maio de 2022), Rubens, antes de deixar Londrina, prometeu aos seus sogros que iria cuidar muito bem de Helena. Deu a sua palavra de que nada lhe faltaria e que seria muito bem tratada em Natal.

Ao longo desse capítulo, foi estudada a trajetória de Rubens Lemos desde o seu nascimento, em 1941, até o ano de 1964. Seria impossível dar conta da completude da sua existência nesse período. Por isso foi selecionado, especificamente, as questões-chaves da sua vida ao longo desse tempo de acordo com o problema dessa pesquisa. Nesse sentido, analisou-se, primeiramente, a constituição religiosa e familiar de Rubens e a educação protestante recebida por ele ao longo da infância. Essa formação intelectual lhe possibilitou acessar recursos culturais que contribuíram para desenvolver rapidamente suas habilidades de escrita e leitura. Em um segundo momento, discutiu-se o ingresso do personagem no espaço social do jornalismo, na cidade de Londrina, e, paralelamente, seu engajamento político. Essa dupla imersão (profissional e política) aconteceu em um horizonte de possibilidades específico, fornecido pela experiência

democrática da Quarta República brasileira. Durante sua vida no Paraná, Rubens se casou pela primeira vez e teve seus primeiros filhos. Durante as entrevistas feitas com Lucia Reali, sua primogênita, constatou-se disputas de memória intensas em torno das lembranças sobre Rubens, principalmente no âmbito familiar. Essa questão se mostrou particularmente sensível e delicada, pois implica situações traumáticas que se estendem ao presente. Por fim, discutiram-se os efeitos do golpe de 1964 nas dimensões pública e privada do nosso personagem e da sua família.

No próximo capítulo, será tratada a vida de Rubens no Rio Grande do Norte. A meta é refletir sobre a inserção profissional do personagem na imprensa natalense, a sua consolidação no espaço social do jornalismo e o seu ingresso no PCBR. O objetivo é entender como era a vida desse jornalista e militante político revolucionário na referida cidade. Com quem ele se relacionava? Quais lugares ele frequentava? Sobre o que ele escrevia para a imprensa? Onde ele trabalhou? Qual produção cultural ele consumia? Como ele se manifestava politicamente no cotidiano? Como ficaram suas relações familiares? Como ele manteve seu casamento nessa nova fase da vida?

Capítulo 2) “Enfrentando os cercos da minha vida”: Rubens Lemos em Natal

No âmbito desse estudo, a mudança de Rubens para Natal é considerada um marco na sua trajetória. Morando na capital do Rio Grande do Norte, o personagem iniciou outras relações profissionais e políticas, além de ter redimensionado questões familiares. Ao longo desse capítulo, serão discutidas essas “novidades” na vida do objeto de estudo, adotando um estilo diferente do primeiro. Se, naquele, priorizou-se uma narrativa cronológica, nesse a história de Rubens será contada a partir de dois tópicos principais: jornalismo e militância política. Isso leva a avanços e recuos temporalmente ao longo da narrativa, mas se apresenta como uma boa estratégia metodológica para compreender a atuação de Rubens no espaço social do jornalismo paralelamente a sua atividade política. A história será iniciada, aqui, pelo início da sua carreira na imprensa do Rio Grande do Norte.

2.1) Rubens Lemos, o “João Saldanha de Natal”

Rubens chegou a Natal qualificado profissionalmente para trabalhar em jornais e rádios. Veio com a experiência de trabalho em veículos consolidados, como o jornal *Última Hora*, a *Rádio Atalaia*, a *Rádio Londrina* e a *Rádio Paiquerê*. Em Natal, no momento que Rubens regressou à cidade, os veículos de imprensa com maior alcance eram os seguintes: *Tribuna do Norte*, *Diário do Natal*, *O Poti*, *A República*, a *Rádio Poti* e a *Rádio Cabugi*.

Entre esses, os jornais impressos de maior circulação eram *Tribuna do Norte* e *Diário do Natal*. A *Tribuna* circulava diariamente, no turno matutino, pertencia a Aluizio Alves e era mobilizado pelo grupo dos Alves para reportar as notícias de modo a enaltecer os feitos políticos da família. O jornal *Diário de Natal* circulava diariamente, no turno vespertino, pertencia aos Diários Associados (maior grupo comunicacional do país até o final dos anos 1960), e tinha como superintendente o jornalista Luiz Maria Alves. O *Diário* circulava de terça a sábado na cidade de Natal e no domingo saía no formato de suplemento com o título de *O Poti*.

O jornal *Diário de Natal* era o mais lido na cidade durante os anos 1960. Em 1963, alcançou uma tiragem diária de 2.000 exemplares, enquanto a *Tribuna do Norte* possuía uma tiragem média de 700 impressos (SOBRAL; BULHÕES, 2018, p. 62). Há

que se ponderar que Natal, nessa época, possuía 60.254 analfabetos,³⁴ dos quais mais de vinte mil eram adultos, numa população que somava 154.276 pessoas (GERMANO, 1982, p. 65).

Após chegar a Natal, Rubens não conseguiu imediatamente emprego na imprensa. No seu relato ao projeto Memória das Lutas Populares no RN, ele revelou que, antes de trabalhar em jornais do estado, passou certo tempo empregado em um banco. Ao que tudo indica, ele permaneceu nesse banco durante os anos de 1965 e 1966.

Essa dinâmica profissional é resultado da interação entre o campo de possibilidades – definido como as “alternativas construídas do processo histórico” (VELHO, 2003, p. 28) – e o projeto traçado pelo personagem, o qual lidou no nível individual com “a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade” (Ibidem). Provavelmente, o projeto individual dele era permanecer trabalhando na imprensa, mas alguns fatores podem ter dificultado a consolidação desse plano, como, por exemplo, a falta de contatos que o indicassem aos diretores dos jornais ou até mesmo o medo de ser exposto e perseguido novamente.

A primeira referência a Rubens nos veículos de imprensa do Rio Grande do Norte é feita na edição do Jornal *O Poti* do dia 18 de setembro de 1966. Trata-se de uma reportagem de sua autoria sobre a partida de futebol disputada entre América e Alecrim, times de futebol da capital potiguar (LEMOS, 18 set. 1966, p. 7).

Como dito anteriormente, *O Poti* pertencia aos Diários Associados. Rubens, então, começou trabalhando para tal órgão, como funcionário da empresa. Ele atuava, especificamente, na sessão dos esportes. Acompanhava os jogos de futebol e publicava resumos das partidas na sessão destinada ao assunto. O tema era encarado, pelos jornalistas, como uma “área menor”. Geralmente, era destinada a repórteres em início de carreira, servindo como uma forma dos novos jornalistas se habituarem à dinâmica da redação, às pressões dos chefes e ao modelo de escrita jornalística.

No caso de Rubens, pode ser que ele tenha sido transferido para essa área justamente como forma de testar suas capacidades profissionais. Além disso, vale a pena enfatizar que ele nutria um gosto pessoal por futebol. O interesse pelo esporte somava-se, então, à vontade do jornal de pôr as habilidades do jornalista então

³⁴ De pé no chão se aprende a ler: a Escola Brasileira com dinheiro brasileiro, uma experiência válida para o mundo subdesenvolvido: <
[http://www.dhnet.org.br/dados/livros/potiguariana/djalma dois livros exilio/05 a campanha de pe no chao.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/livros/potiguariana/djalma%20dois%20livros%20exilio/05%20a%20campanha%20de%20pe%20no%20chao.pdf) >. Acesso em 30/05/2021.

desconhecido à prova. Ele mesmo quando começou na rádio em Londrina ingressou na área de esportes.

Após voltar ao Rio Grande do Norte, Rubens logo passou a escrever reportagens sobre outros assuntos, que não futebol, para o *Diário de Natal*. No entanto, ele continuou inserido no jornalismo esportivo, se dedicando às análises das partidas futebolísticas e comentando em tempo real os jogos.

Em 1967, ele passou a escrever sobre futebol também para o *Diário de Natal*. Ao ser anunciado como o novo repórter esportivo do DN, o jornal assim escreveu sobre o novo contratado: “notável repórter, que não é somente de escrever sobre ‘mazelas’ dos nossos subúrbios, nem tampouco do Pau Dárco escreverá também para a página de esportes do DN.” (RUBENS LEMOS NO DIÁRIO, 4 abr. 1967, p. 5). Para ressaltar a qualidade do repórter, o jornal enfatizou que Rubens trazia as experiências de trabalho no jornal *Última Hora* de Curitiba, na emissora de TV *Coroados* de Londrina e nas rádios *Londrina*, *Atalaia* e *Difusora*. Os trabalhos desempenhados por Rubens no Paraná serviram a ele, nesse caso, como recurso profissional, credenciando-o a novos empregos, além de expressarem suas redes de relações profissionais.

Os resumos sobre as partidas de futebol deveriam soar, assim como as outras notícias, imparciais aos olhos dos/as leitores/as. Nesse sentido, as preferências pessoais do jornalista necessitariam permanecer ocultas e dar lugar à análise considerada técnica do certame e de cada jogador envolvido na partida. Segundo Bernardo Buarque de Hollanda, as reportagens esportivas eram estruturadas em quatro preceitos fundamentais: “a imparcialidade; a afirmação do espírito olímpico; o discurso cosmopolita da comunhão amistosa entre os povos [...]; e a ideia da honra ao mérito traduzida no amadorismo diletante do *fair-play*” (HOLLANDA, 2008, p. 442-443).

Ao analisar os resumos feitos por Rubens sobre as partidas de futebol, é possível identificar alguns elementos que caracterizam seus textos, todos inseridos nos preceitos citados acima. Os textos redigidos pelo personagem possuíam um tom irônico e apelavam para títulos chamativos, enfatizando a “péssima” atuação de algum jogador, a “qualidade pífia” da partida ou o “gol de placa” de determinado atleta. O resumo da partida entre Botafogo/PB e América/RN exemplifica bem esse formato de escrita. O título já transmitia um diagnóstico duro sobre a partida: “América foi medíocre e perdeu para o Botafogo”. Os comentários a respeito do jogo acompanham o tom do título e não poupam a atuação do clube potiguar: “autêntica brincadeira de mal gosto o que o América fez ontem com a torcida, quando, derrotado pelo Botafogo, de João Pessoa, por

1 x 0, realizou a pior exibição já vista em matéria de futebol” (LEMOS, 16 mar. de 1968, p. 4).

Ao comentar a partida disputada entre ABC F.C e América F.C, Rubens ironiza a qualidade da partida, afirmando: “de graça ainda era um valor caro para assistir o péssimo jogo entre os bicampeões potiguares” (LEMOS, 2 mai. 1967, p. 7). Comentário parecido Rubens fez sobre o jogo disputado entre Alecrim F.C x ABC F.C: “pouco ou quase nada se tem a dizer de um jogo que levou ao Juvenal Lamartine um público considerável [...] mas nem abc nem alecrim justificaram a condição de ‘grandes’, transformando o espetáculo num joguinho sem maiores alternativas. Os dois quadros foram bisonhos” (LEMOS, 19 de setembro de 1967, p. 4).

Além de escrever resumos, Rubens comentava ao vivo as partidas na Rádio *Cabugi* e na Rádio *Poti*. Junto a ele, também participavam das transmissões os jornalistas Almeida Filho, Juraci Vieira, Amauri Dantas, Mário Dourado, Mucio Maurício, Francisco de Assis e José Lyra. Como um jornalista da imprensa esportiva, Rubens participou ativamente da popularização do esporte no estado e continuou se dedicando, mesmo que não exclusivamente, a essa área do jornalismo até a sua saída dos Diários Associados, em 1972.

O envolvimento profissional de Rubens com o futebol o fez ser conhecido pela população potiguar, principalmente pela parte masculina jovem e adulta, para quem este esporte era uma das principais atividades de lazer. Era comum que os torcedores acompanhassem as partidas pelo rádio, na voz de Rubens, e, posteriormente, no dia seguinte, lessem os resumos e as avaliações dos jogos escritas também por ele. São, portanto, práticas de sociabilidade (frequentar os jogos de futebol e ler os resumos das partidas), das quais Rubens fazia parte ativamente, integrando o próprio cotidiano dos natalenses. Dessa forma, Rubens se tornava conhecido pela população da cidade, o que lhe conferia notoriedade, a qual demandava um trabalho incessante de instauração e manutenção. Ainda hoje é possível encontrar referências positivas ao trabalho de Rubens na imprensa esportiva. Os irmãos Carlos e Fred Pinheiro, em seu livro de memórias, classificam Rubens Lemos como “o melhor jornalista esportivo da cidade” (PINHEIRO; 2017, p. 323).³⁵

³⁵ Carlos Rossiter e Fred Rossiter são irmãos e escreveram um livro de memórias sobre a cidade de Natal entre os anos de 1930 e 1990. O livro toma como base as histórias contadas pelo pai dos irmãos, João Sizenando Pinheiro, e as vivências dos próprios autores.

O personagem também atuou, durante a segunda metade dos anos 1960, no mercado futebolístico, mediando à transferência de alguns atletas potiguares para clubes do Sul e do Sudeste. É possível, nesse sentido, encontrar seu envolvimento direto nas transferências de três atletas potiguares: Assis, Petinha e João Paulo. No final do ano de 1967 e início de 1968, Rubens passou 30 dias viajando pelo Sul e Sudeste do Brasil³⁶ e durante essa viagem estabeleceu contato com as equipes do Paraná Esporte Clube e Atlético Mineiro Futebol Clube a fim de viabilizar a negociação de atletas potiguares. Para o Esporte Clube Paraná, Rubens negociou a ida dos atletas Petinha (meia amador do Alecrim Futebol Clube) e João Paulo (volante do Alecrim Futebol Clube). Para o Atlético Mineiro, ele intermediou a ida do jogador Assis (atacante do América Futebol Clube). O clube mineiro também estava interessado no atacante potiguar Evaldo, jogador do América Futebol Clube, mas a negociação não conseguiu ser concluída porque o atleta foi contratado antes pelo Náutico Esporte Clube, de Recife.

Os atletas potiguares enxergavam nas transferências uma oportunidade para ascender socialmente. Rubens, nesse caso, servia como um intermediário que tornava possível a concretização desse sonho. O futebol no Rio Grande do Norte estava, nesse momento, se consolidando como um esporte profissional. Diferente da situação dos grandes clubes das regiões Sul e Sudeste, as partidas disputadas pelos times potiguares eram marcadas pela falta de qualidade técnica dos jogadores, os quais recebiam salários baixíssimos – isto é, quando recebiam. Além disso, os campeonatos disputados no RN eram quase amadores. Dessa forma, a possibilidade de ir para clubes que disputavam torneios mais competitivos e que disponibilizavam aos jogadores melhores condições de trabalho representava para os atletas o acesso a um futebol mais profissionalizado e com mais possibilidade de alcançar uma segurança financeira.

O caso do volante João Paulo, contratado pelo Paraná Esporte Clube, exemplifica bem essa esperança de ascensão. Segundo o jornal *O Poti*:

[o atleta] moço ainda, dono de um excelente futebol [via] quase desesperadamente, fugirem as esperanças de ingressar num centro mais adiantado. Desta feita, apareceu o Paraná E.C, de um centro muito maior, oferecendo 7 mil cruzeiros pelo seu liberatório, independente de testes (CHEGOU PASSAGEM PARA JOÃO PAULO..., 3 mar. de 1967, p. 4).

Até agora, as facetas de Rubens como comentarista esportivo e empresário de alguns atletas foram discutidas. Mas ainda há outra: o Rubens treinador de futebol. Em

³⁶ Essa viagem é citada na seguinte edição do DN: Rubens Lemos retorna do Sul e diz que vêm aí passagens para Evaldo e Assis: Atlético. *Diário de Natal*, de 21 de fevereiro de 1968, p. 4.

março de 1969 começou a correr boatos de que ele seria o novo técnico do América Futebol Clube. Perguntado pelo jornal *Diário de Natal*, Rubens deixou clara sua posição: “Nunca tive, nem tenho pretensões de transformar-me em treinador de futebol, e muito menos ser o novo João Saldanha” (RUBENS LEMOS DESMENTE..., 15 mar. de 1969, p. 6).

A referência a João Saldanha, nesse caso, é bastante interessante. Saldanha foi, além de técnico de times de futebol, jogador, militante do Partido Comunista Brasileiro, bacharel em Direito e cronista esportivo. Nos anos 1960, ele era uma das personalidades futebolísticas mais conhecidas do Brasil, servindo de inspiração a muitos jornalistas esportivos e treinadores da época. As crônicas de Saldanha eram conhecidas pelo tom ríspido e direto ao criticar jogadores, dirigentes e treinadores. Nesse sentido, algumas características nas trajetórias dele e de Rubens sugerem aproximações: ambos eram jornalistas, reconhecidamente de esquerda, boêmios e tinham um estilo de escrita enfática ao criticarem os participantes dos jogos. Na verdade, Saldanha pode ter sido uma referência para a trajetória de Rubens e, por isso, a existência desses pontos comuns em suas trajetórias.

Apesar de afirmar que não possuía vocação para ser o novo Saldanha, Rubens embarcou na experiência de treinar um time de futebol um ano após suas declarações. O jornal *O Diário de Natal* assim divulgou a notícia: “comentarista dos mais entendidos, Rubens Lemos há muito ‘cantava’ o jogo. Há algum tempo, quando soltaram o boato de que seria convidado para dirigir o América (na saída de Sávio) Rubens, então com todo gás pelo rádio, desmentiu dizendo que não tinha queda para Saldanha” (RUBENS DÁ UMA DE SALDANHA, 2 jun. 1970, p. 5). A “queda” mudou e ele aceitou o convite do Ferroviário Esporte Clube, prometendo “adotar métodos novos, uma aproximação muito maior entre atleta-técnico-dirigente, tirar aquele paredão que sempre existiu” (Ibidem).

A experiência de Rubens à frente do Ferroviário foi curta. Durou apenas 17 dias. Na única partida em que Rubens comandou o time, teve de amargar uma derrota pelo placar de 7 a 1³⁷ contra o ABC F.C.. O Ferroviário era um clube totalmente amador, diferente do ABC, o qual já possuía sede social, remunerava seus atletas e importava e exportava jogadores para outros times. A derrota e a falta de profissionalismo foi um banho de água fria nas expectativas do mais novo treinador de Natal.

³⁷ A notícia da derrota do time comandado por Rubens consta na seguinte edição do DN: Ferrim fez seu gol mas não evitou os 7 do ABC. *Diário de Natal*, 12 de junho de 1970, p. 5.

Alegando “falta de recursos para trabalhar”, Rubens, então, pediu demissão. Na sua saída fez um grande desabafo para a imprensa, reportando as condições de trabalho a que ele e seus atletas eram submetidos. Declarou ele:

A agremiação possui uma única bola. Impossível se tornam as realizações de movimentações táticas, treinamentos intensivos para goleiros, chutes e cruzamentos a gol. Péssimas condições físicas do plantel e inexistência de qualquer meio de alcançá-las. Falta concentrações e de atendimento o menor que seja às necessidades naturais do jogador. O exemplo maior é o caso de George que atuou muitas vezes sem condições e teve finalmente que recorrer ao seu clube de origem, América, para que recebesse o tratamento para sua longa contusão. Para o jogo contra o ABC, o plantel não pode realizar um só treinamento coletivo por falta de campo. (FERROVIÁRIO TAMBÉM PERDEU SEU TÉCNICO, 19 jun. 1970, p. 5).

Ao longo desse tópico, tentou-se compreender como Rubens se inseriu na imprensa do Rio Grande do Norte. Nesse sentido, a imprensa esportiva foi uma área fundamental para isso. A partir dessa questão, a relação entre ele e o futebol foi acionada. Além de locutor e comentarista esportivo em rádios e em jornais do RN, Rubens teve experiências – ainda que curtas – como empresário e treinador de futebol.

2.2) *Rubens Lemos, “o jornalista dos problemas do subúrbio”*

Entre os anos de 1966 e 1968, o personagem se destacou também escrevendo reportagens acerca dos problemas da cidade de Natal. Nesse tópico, será discutido, por um lado, a inserção e consolidação de Rubens no espaço social da imprensa do RN; e, por outro, as experiências proporcionadas pela área profissional na qual ele trabalhou nesse momento.

A primeira reportagem em que Rubens se dedicou a escrever sobre os problemas da cidade foi publicada no jornal *O Diário do Natal*, na edição do dia 24 de dezembro de 1966. A reportagem foi dedicada às comemorações natalinas e serviu para que o repórter denunciasse a desigualdade social. Conforme é dito ao longo do texto, a equipe (Rubens e o fotógrafo Saulo Paulo) “Abandonou, por uns momentos, a paisagem urbana das ruas enfeitadas e das casas bonitas” e levou um homem fantasiado com as roupas de Papai Noel a uma região periférica de Natal, mais precisamente ao Carrasco, localizado no Bairro do Alecrim (MENINO POBRE..., 24 dez. 1966, p. 3). O repórter conta que visitou uma criança, moradora da região, e pediu a ela para deixar os sapatos a mostra para que o bom velhinho pudesse presenteá-la. A criança, entretanto, não tinha nenhum

sapato, situação que causou espanto e desconforto na equipe, a ponto de ser a questão trazida pelo título da reportagem: “Papai Noel foi conhecer o ‘outro lado da rua: menino pobre não tem sapato para ganhar seu presente de Natal” (Ibidem).

Como foi visto ao longo do capítulo um, Rubens teve uma formação escolar e familiar pautada no protestantismo. Os pais de Rubens congregavam na Igreja Batista e ele estudou na Escola Presbiteriana XV de Setembro. Tal influência pode ter contribuído para que ele se sentisse impelido a escrever sobre a comemoração do Natal, data fundamental para a cosmovisão cristã, pois representa o nascimento de Jesus. No entanto, a escrita sobre a festividade privilegiou os que são comumente excluídos do simbolismo da festa.

As demais reportagens escritas por Rubens para o *Diário de Natal* seguiram um tom reflexivo e crítico. A edição do dia 23 de janeiro de 1967, por exemplo, contém uma reportagem a qual noticiava o encontro de Rubens Lemos com o então prefeito de Natal, Agnelo Alves (MDB)³⁸. A chamada da reportagem estampava a primeira página da edição e prestava a seguinte satisfação ao leitor: “Prefeito ouviu o povo: soluções a médio prazo” (PREFEITO OUVIU O POVO..., 23 jan. 1967, p. 1). O texto abaixo da chamada informava:

Foi toda uma semana de consulta ao povo. Gente de todas as categorias sociais opinou. Os ‘problemas angustiantes’ de Natal foram denunciados e apelos foram feitos às autoridades competentes. Água, iluminação pública, buracos, transportes, carestia – foram os temas mais abordados pelos nossos leitores. Terminada a enquete, o repórter Rubens Lemos levou a série de reportagens ao prefeito. Era a opinião e o apelo do povo ao chefe do governo de Natal. (PREFEITO OUVIU O POVO..., 23 jan. 1967, p. 1)

Esse texto expressa uma espécie de função social que os jornalistas depositavam sobre si mesmos nos anos 1950 e 1960. Uma autoimposição que destinava a eles próprios o papel de mediadores entre a população e o Estado. Conforme Marialva Barbosa (2010) ressalta, essa autoimposição é que torna o seu desenvolvimento profissional possível, transformando-os “numa instância privilegiada de poder real e simbólico” (BARBOSA, 2010, p. 163). Nessa perspectiva, cabia à imprensa identificar os problemas vividos pela sociedade e levá-los ao poder público. Assim, ganhava força, inclusive, a ideia de uma imprensa garantidora e guardiã da democracia no país.

³⁸ Agnelo Alves foi prefeito de Natal durante os anos de 1966 a 1969, quando teve seus direitos políticos cassados.

Nesse sentido, o jornalismo não representa um contrapoder, mas se configura em um poder instituído. E isso pode ser claramente observado “através das longas campanhas empreendidas pela imprensa para ampliar a voz de facções políticas” (Ibidem). Por isso, é importante investigar as redes de poder político e econômica nas quais o veículo midiático está inserido. O *Diário de Natal*, onde Rubens trabalhava, pertencia a Luiz Maria Alves e tinha como concorrente principal o jornal *Tribuna do Norte*, este, por sua vez, de propriedade de Aluízio Alves. Agnelo Alves, então prefeito de Natal, era irmão de Aluízio, e, nas páginas da *Tribuna*, era poupado de críticas.

Já Rubens, funcionário do *Diário de Natal*, não poupou Agnelo. No encontro dos dois, o repórter fez questão de ser enfático ao perguntar sobre os problemas levantados pelo jornal. O roteiro da entrevista foi composto por oito perguntas diretas sobre pontos específicos que a população reclamou ao periódico. O repórter Rubens expôs cada problema – transporte, iluminação pública, buracos nas ruas e carestia do custo de vida –, esperando soluções imediatas vindas do prefeito. Quando sentia que Agnelo Alves tangenciava alguma questão, Rubens era mais enfático repetindo a pergunta. Ao falar sobre a situação dos transportes, por exemplo, citando o longo tempo de espera da população por um ônibus e a péssima qualidade dos veículos, Rubens sentiu que o prefeito não propôs soluções, o que levou o entrevistador a ser mais enfático e dizer: “Então, o transporte fica do jeito precário que está?” (PREFEITO OUVIU O POVO..., 23 jan. 1967, p. 8).

A entrevista conduzida por Rubens parece ter agradado a direção do *Diário de Natal*, que deu a ele um quadro de reportagens sobre os bairros da cidade. A proposta era levar uma equipe de reportagem (Rubens acompanhado de um fotógrafo) aos bairros de Natal para saber dos moradores as maiores necessidades do local e contar a história de cada área da cidade (ALECRIM..., 30 jan. 1967, p. 1).

A função atribuída a Rubens no jornal foi fundamental para transformá-lo em uma espécie de mediador entre essas camadas da população e o poder público. Isso proporcionou a convivência da equipe de reportagem com os moradores dos bairros pobres. A equipe promoveu amplas reportagens escritas sobre cada localidade, o que certamente reforçou a notoriedade de Rubens na cidade. Dessa maneira, Rubens se tornou conhecido por meio da atividade jornalística, conciliando, por um lado, o trabalho propriamente dito nas instituições midiáticas; e, por outro, a sociabilidade nos bairros frequentados por ele.

A série intitulada *Ronda nos Bairros* começou no bairro do Alecrim, o mais “popular e progressista”, segundo o jornal (Ibidem). A chamada da reportagem ocupava lugar de destaque na primeira página do impresso e exibia o título “Alecrim: vida, paixão e glória de um bairro” (Ibidem). A série sobre o Alecrim contou com quatro matérias, cada uma enfatizando aspectos “pitorescos” e “calamidades” particulares da localidade.

A característica mais marcante do bairro, segundo o repórter Rubens, era o cotidiano caracterizado pelas extensas jornadas de trabalho. Isso porque o Alecrim é um bairro comercial, onde se concentram as grandes e pequenas lojas, as lojas de grife e os camelôs de Natal. Ao longo das quatro reportagens³⁹, os moradores reclamaram, principalmente, da falta de transporte, da escassez de água, da falta de opções para lazer, das condições precárias do mercado público, da falta de assistência aos tuberculosos do bairro e da inexistência de um serviço de coleta de lixos.

Além de divulgar os problemas vividos pelos moradores do bairro, o conjunto de reportagens converge para a construção de uma imagem a respeito dos moradores do Alecrim: a de um povo batalhador que supera os desafios impostos pelas precárias condições de vida. O seguinte trecho, tirado de uma das reportagens da série, exemplifica bem essa imagem:

[...] transportes, feiras, coletivos, querem dizer problemas, embora componham o quadro tradicional do velho bairro. Falta d’água, mercado em péssimas condições, muriçocas abundantes, são parte dos pecados do Alecrim, que também tem o seu lado bom. Partindo de uma gente operosa, humilde e sacrificada, até o pitoresco de suas noites entremeadas de poesia, o Alecrim vai, assim mesmo, se impondo, com toda sua pujança (LEMOS, 30 jan. 1967, p. 3).

Na segunda reportagem da série *Ronda nos Bairros*, Rubens e seu fiel companheiro, o fotógrafo Saulo Paulo, foram ao bairro das Rocas. A primeira reportagem enfatiza aspectos da história da localidade, reforçando (implicitamente) uma construção memorialística dos grupos de esquerda de Natal que localiza no referido bairro o berço das lutas populares. A reportagem ressalta que “o bairro para os conservadores da época, [...] era um bairro esquerdizante. Um perigo” (LEMOS, 9 fev. 1967, p. 3). Essa construção é produto, principalmente, de uma memória vinculada à biografia de Café Filho, ex-presidente do Brasil, o qual começou a sua trajetória política

³⁹ As referências das reportagens: *Diário de Natal*, 30 de janeiro de 1967, p. 1 e p. 3; *Diário de Natal*, 31 de janeiro de 1967, p. 1 ep.3; *Diário de Natal*, 4 de fevereiro; *Diário de Natal*, 8 de fevereiro de 1967, p. 1 e p. 2.

junto aos sindicatos de doqueiros e pescadores, estabelecidos nas Rocas. O título da primeira reportagem explicita essa relação entre o bairro e a figura de Café Filho: “Rocas tem uma história e já deu até presidente” (ibidem).

No entanto, a reportagem busca ultrapassar uma percepção passadista sobre o bairro e enfatiza o horizonte de progresso para onde a história das Rocas apontava. O repórter Rubens escreveu da seguinte maneira sobre o tema:

Crescendo no tempo, acompanhando a linha reta do progresso, não se liberta o bairro das Rocas de suas características proletárias, embora, em dias atuais, ofereça uma fisionomia aburguesada, resultado da presença da classe média, hoje, representando grande parte da sua população (Ibidem).

Nessa perspectiva, o progresso do bairro acabaria, fatalmente, com as características proletárias contidas historicamente naquela localidade. Foram dedicadas cinco matérias ao referido bairro.⁴⁰ Assim como quando escreveu sobre o Alecrim, Rubens ressaltou alguns problemas que dificultavam a vida dos moradores. Os mais enfatizados foram: a falta de um serviço de coleta de lixo, as más condições das casas e a ausência de escolas para as crianças que por lá residiam.

A população do bairro das Rocas era composta majoritariamente por pescadores. Uma população, portanto, muito pobre. O repórter expôs essa situação de pobreza apontando a existência de um contraste entre as pessoas que iam ao bairro a fim de se divertir e as que lá moravam:

os que ali vão descendo do asfalto, para saborear os bem-preparados peixes, as gostosas moquecas ou tomar sua cachacinha, talvez não tenham procurado olhar o sofrimento, a tristeza revoltante daquela gente humilde, sem perspectiva e sem confiança no futuro (Ibidem).

Mais do que relatar a pobreza, o repórter incitava os leitores a perceberem as contradições sociais. Isso é particularmente interessante porque nos leva a pensar sobre o impacto dessa série de reportagens nas concepções políticas de Rubens. Ao frequentar as áreas mais pobres, sem serviços públicos básicos, e conhecer a realidade da população que habitava as zonas periféricas da cidade, o sentimento de incômodo e desconforto pode ter influenciado Rubens a perceber alguns dos seus privilégios sociais.

Tais privilégios dificultaram, inclusive, a sua aproximação com a população das Rocas. Segundo Rubens, ao chegar ao canto do mangue, região mais pobre das Rocas,

⁴⁰ Referências dos jornais nos quais foram publicadas as reportagens sobre o bairro da Rocas: *Diário de Natal*, 9 de fevereiro, p. 1 e p. 3; *Diário de Natal*, 10 de fevereiro de 1967, p. 1 e p. 3; *Diário de Natal*, 11 de fevereiro de 1967, p. 1 e p.3; *Diário de Natal*, 14 de fevereiro de 1967, p. 14 de fevereiro de 1967. Não encontrei a edição do jornal em que foi publicada a quarta reportagem da série sobre à Rocas.

“olhares desconfiados dos pescadores foram dirigidos à equipe de reportagem” (LEMOS, 10 fev. 1967, p. 3). O “gelo” só quebrou quando o repórter pediu um prato típico servido nos restaurantes do local (peixe, acompanhado de doses de cachaça) e puxou conversa com os comerciantes que vendiam as iguarias. Esse relato de Rubens revela também características da prática jornalística do personagem, como o estabelecimento de contatos com os moradores e as estratégias para conduzir as entrevistas com eles. Em alguns casos, a dificuldade em promover esse contato era superada por conversas e aproximações informais.

Essas práticas eram comuns na imprensa desde o início do século XX. João do Rio, por exemplo, na década de 1910, escrevia sobre as populações marginalizadas pelo processo de urbanização e adequação da cidade do Rio de Janeiro à ordem burguesa, a partir de reportagens e entrevistas com a população local. João do Rio inaugurou dessa forma uma espécie de crônica social (SIQUEIRA, 2004).

Pode-se dizer que durante os anos 1960 essa prática ganhou novas dimensões na imprensa e em outras áreas do conhecimento. Intelectuais passaram a acreditar que precisavam se integrar ao “povo”, o que significava, na prática, frequentar os mesmos lugares de lazer que os mais pobres, compartilhar os mesmos estabelecimentos de trabalho, e, até mesmo, residir nos mesmo bairros e casas. Segundo Marcelo Ridentti, essa prática ancorava-se no imaginário da esquerda do país “identificado com uma projeção do autêntico homem brasileiro, tomando como modelo o camponês mítico do passado, ainda no campo ou já vivendo em condições precárias nas cidades, como o tradicional malandro” (RIDENTTI, 2014, p. 221). Nesse sentido, pode ser que essa perspectiva, a qual animava e embalava as ações de vários artistas e militantes nos anos 1960, tenha influenciado a própria atividade jornalística de Rubens.

A série de reportagens escrita por Rubens foi bem recebida entre os pares do *Diário de Natal*. Aderbal de França, cronista, literato, membro do Instituto Histórico e da Academia Norte Rio-grandense de Letras e jornalista desde a década de 1940, escreveu uma crítica positiva sobre a série *Ronda nos Bairros*. Sob o pseudônimo de Danilo, Aderbal elogiou a dupla Rubens e Paulo Saulo, que “madrugam nesse diário e que não se entregam às futilidades de certa juventude de Natal” (FRANÇA, 27 fev. 1967, p. 4). Diz que Rubens, ao percorrer os bairros da cidade, “com a sua inteligência aguda e aplicada aos esforços iniciais do jornalismo, se não pôde ver o passado, que lhe era impossível, observou bem os casos do presente” (Ibidem).

São particularmente interessantes as características que Aderbal enaltece em Rubens – inteligente, esforçado e comprometido com o trabalho – porque elas sinalizam aspectos valorizados no espaço social do jornalismo, em um momento marcado pela profissionalização da área. Nesse sentido, inteligência e comprometimento, marcas de um *ethos* profissional, formavam o bom jornalista. Mas mais do que incorporar esse *ethos*, era necessário que o ‘bom repórter’ escrevesse boas reportagens e, pelo que o texto de Aderbal de França indica, Rubens estava fazendo isso também com sucesso.

Mais do que meros elogios, as críticas positivas de Aderbal a Rubens devem ser consideradas como parte da dinâmica dos espaços sociais (BOURDIEU, 1987). Ser citado elogiosamente por outro jornalista é comum na atividade da imprensa. No caso específico de Rubens, o reconhecimento de Aderbal, intelectual ilustre no estado e membro de várias instituições que congregavam a intelectualidade local, foi fundamental para a sua carreira profissional.

Além da série *Ronda nos Bairros*, Rubens escreveu outra sobre a “indústria das taxas e mensalidades” nas escolas privadas de Natal. A meta dessa nova série era denunciar a elitização do ensino e problematizar a sua transformação em mercadoria. Segundo o repórter, a desorganização e precariedade das escolas públicas “representa um presente, feito sob medida, para as escolas particulares, que ficam à vontade para fazer funcionar a indústria do ensino” (LEMOS, 17 mar. 1967, p. 4). Nesse caso, conforme o título de uma das reportagens diz, “só os ricos têm acesso” (ibidem) a uma boa formação escolar. Mais uma vez, o pano de fundo da reportagem é a desigualdade de classe no país. Nesse caso, o assunto diretamente tratado é a concentração do ensino de qualidade nas mãos dos mais ricos, já que as vagas nas boas escolas públicas não supriam toda a demanda.

Após escrever tais reportagens, Rubens foi novamente elogiado por Aderbal de França. Nesse segundo elogio, além de Rubens, Sanderson Negreiros, outro jovem repórter, também foi alvo de louvores. Aderbal assim se referiu a ambos:

dois moços de talento têm tomado conta dessa preciosa missão desse jornal: Sanderson Negreiros, uma das mais vibrantes e completas formações de cultura nos limites da sua idade neste indômito Rio Grande do Norte, e Rubens Lemos, também, criterioso nas indagações e eficiente nas observações, inteligência viva e eloquência, dois moços que estão dando a este Associado a alma que lhe faltava (FRANÇA, 27 mar. 1967, p. 4).

Novamente, Aderbal de França destaca as qualidades que compunham um bom jornalista (e, de certa forma, um bom trabalhador): inteligência, eloquência e compromisso. Para manter-se comprometido, segundo Aderbal, os dois jovens deveriam se manter fora da “dispersão do dia a dia” (ibidem). Não é especificado o que seria tal dispersão: a militância política que embalava as emoções de parte dos jovens da segunda metade dos anos 1960? A boemia? No caso de ter sido a isso que Aderbal de França se referiu, Rubens se manteve bastante disperso, principalmente a partir do ano de 1968, como se verá adiante.

Além de Aderbal, outros jornalistas destacados formavam a redação do *Diário de Natal*. É possível identificá-los a partir de uma crônica publicada na edição especial em comemoração aos 30 anos do jornal. A crônica, intitulada “Uma maneira de ver a redação do DN: Da genial desculpa de um repórter à incompatibilidade com o despertador” (LE MOS, 18 set. 1968, p. 30), registra o cotidiano dos funcionários do *Diário de Natal*. Rubens, autor da crônica, ressalta a força da coletividade dos funcionários que compunham o periódico. Nesse sentido, o texto ressalta:

Não há ‘gênios’ no *Diário de Natal*. Toda redação forma a Liga Anti-Gênio. Mas, existe uma verdade em que se fundamenta a nossa turma: o equilíbrio de todos nós está na capacidade de cada um. E nós somos o todo. Se alguém aparece fabricando ‘genialidade’, está arriscado a sofrer a punição do ‘Bom, Basta’, de Berilo Wanderley (Ibidem).

As narrativas que, assim como essa, valorizam os jornalistas que formavam o *Diário do Natal* nesse período sustentam a construção memorialística de que essa equipe foi uma das melhores da história do jornalismo no RN.⁴¹

Do ponto de vista da individualidade dos colegas, Rubens evidencia características marcantes em cada um dos jornalistas: a pontualidade de um, o gosto musical de outro, a moto barulhenta daquele colega. Assim, os vinte profissionais que compunham o quadro permanente de funcionários do *Diário do Natal* vão sendo qualificados. A equipe é formada pelos seguintes profissionais (incluindo repórteres, gráficos, tradutores e revisores): João Neto, Silvino Sinedino, Berilo Wanderley, Alexis Gurgel, João Machado, João Gualberto Aguiar, Nilo, Daniel, Maria Lauracy Costa, João Meira, Francisco de Assis Barbosa, Roberto Guedes Fonseca, Dominico Ramalho, Dominico Ramalho, Paulo Saulo, Sandoval, Djeson, Alexandre, Aderbal de França e Leonardo Bezerra.

⁴¹ O livro “Memórias do Jornalismo no RN” contém depoimentos de jornalistas que corroboram com essa ideia. Ver: MACHADO, 2016, p. 39; SEREJO, 2016, p. 105.

Nesse caso, mais do que elencar as qualidades atribuída a cada um dos vinte funcionários, é interessante notarmos as características que o próprio Rubens atribui a ele mesmo, ou seja, os elementos que, na sua perspectiva, o distingue dos demais. Rubens se percebe como um jornalista que consegue, a partir da atividade profissional, “visualizar em dimensões enormes a medida quase exata da problemática existencial” (LEMOS, 18 set. 1968, p. 30). Provavelmente, essa característica diz respeito ao foco jornalístico do personagem em registrar as cenas de problemas sociais verificados por ele nas regiões periféricas da cidade. Nesse sentido, o jornalismo foi um veículo que tornou possível ao personagem enxergar a tal da ‘problemática existencial’. Dessa forma, Rubens incorpora em si próprio a identidade de jornalista dos problemas do subúrbio.

No restante do ano de 1967, nosso personagem continuou escrevendo sobre alguns problemas sociais que afligiam a população de Natal. Durante os meses de maio e junho, ele trabalhou em uma série intitulada *Os Grandes Problemas de Natal*. A série abordou, especificamente, os problemas causados pela falta de hospitais, leitos e médicos, tanto nas instituições públicas, quanto nas instituições privadas.

Não será discutido a fundo cada ponto específico tratado nas reportagens. O que interessa é compreender que o método jornalístico de trabalho de Rubens permaneceu o mesmo das reportagens analisadas anteriormente. Ele e o fotógrafo Edilson Braga visitaram cada instituição hospitalar, solicitaram dados à direção das instituições, e conversaram sobre os problemas levantados pela reportagem com os funcionários dos estabelecimentos de saúde.⁴²

A série de reportagem escrita por Rubens que ganhou maior espaço no jornal após a *Ronda nos Bairros* foi uma produção sobre o trabalho da Polícia Militar (PM) do Rio Grande do Norte. Segundo o próprio repórter, a meta dessas reportagens era mostrar à população aspectos pouco conhecidos da instituição. O texto de apresentação introduz a iniciativa da seguinte maneira:

Poucos conhecem a polícia. Há aspectos que reclamam da reportagem oferecer uma visão desconhecida da corporação, criada para atuar como viga de segurança de uma sociedade. Polícia, em termos humanos? O que é? [...] O diário se impôs tentar o ‘fundo do poço’: mostrar a outra face (LEMOS, 31 ago. 1967, p. 5).

⁴² Referência das reportagens dessa série: Hospitais particulares: falta de leitos também é problema. *Diário de Natal*, 29 de março de 1967, p. 5; Falta de médicos compromete assistência na Policlínica. *Diário de Natal*, 18 de março de 1967, p. 8; HC faz a defesa acusando omissão do poder público. *Diário de Natal*, 24 de março de 1967, p. 8.

Dessa forma, o que fundamenta a escrita das reportagens é a noção de que cabe ao jornalismo conhecer e noticiar todos os ‘lados’ de uma problemática, ou, tratando-se de uma notícia, os pontos de vista divergentes. Isso parte de uma perspectiva dicotômica acerca da realidade e contribui para sustentar a noção de que a atividade jornalística é imparcial e objetiva. Segundo Miguel e Biroli (2012), a mítica da neutralidade e da objetividade contribui para impor sobre os próprios jornalistas uma representação positiva, nas lutas por classificações.

Evidentemente se trata de uma autorrepresentação dos próprios jornalistas, a qual não condiz com a prática. Na condição de poder instituído (e não de contrapoder), os veículos midiáticos defendem grupos políticos e econômicos bem definidos. No entanto, isso não quer dizer que os jornalistas não busquem alimentar aquela representação. Ou seja, apesar de não se efetivar na prática jornalística, a vontade de objetividade e imparcialidade molda a profissão dos jornalistas. Conforme Biroli e Miguel, isso acontece desde o início do século XX, quando “o preceito da objetividade passaria a ser central à cultura jornalística, constituindo a identidade dos jornalistas como profissionais e as formas de normatização e controle de suas práticas” (MIGUEL; BIROLI, 2012, p. 23). Tal aspecto é fundamental para compreendermos a trajetória profissional de Rubens, pois, certamente, esses princípios de objetividade e imparcialidade serviram de eixos para a sua carreira.

Voltando à série de reportagem escrita sobre a Polícia Militar, os textos expressam uma visão positivada acerca da instituição militar. Os artifícios para construir essa perspectiva favorável são vários. O primeiro deles é a dramatização da vida de um policial que perdeu o movimento das pernas após ser acertado por um tiro à queima roupa disparado por um suspeito de defloração (Ibidem). Na narrativa sobre o PM, é enfatizado o fato de ser jovem (23 anos) e comprometido em ‘servir a sociedade’, além do seu atual estado de dependência em relação a outras pessoas para conseguir fazer atividades simples do cotidiano, como tomar banho e sair da cama.

Outro recurso mobilizado pelo repórter Rubens para positivar a imagem da PM é o enaltecimento de policiais importantes na narrativa “autobiográfica” da instituição militar. Mais especificamente, é reverenciada a imagem do soldado Luiz Gonzaga Cortês, conhecido por ter morrido em 1935 durante a insurreição comunista em Natal. É dito sobre o soldado: “O Brasil todo fala da valentia e sentido de disciplina patriótica do jovem praça da Polícia, que se imortalizou em 1935, caindo sob as balas do inimigo, durante a Intentona. Foi a única baixa da tropa legalista” (LEMOS, 4 set. 1967, p. 8).

Interessante que, para chegar à trajetória do personagem, o repórter conta que, durante uma visita a um Hospital da Polícia Militar, se deparou com a mãe do “mártir de 1935”. Ela vivia em condições paupérrimas na cidade de Assú, interior do Rio Grande do Norte, estava sem casa para morar e com problemas de saúde. A fim de chamar a atenção das autoridades da polícia para a situação da mulher, Rubens evocou a importância de Luiz Gonzaga para a instituição militar: “mãe do herói de 35 quer apenas casa para morar” (ibidem), escreveu o repórter.

A iniciativa de enaltecer os mártires da “intentiona” comunista de 1935 reverbera o discurso anticomunista propagado pelos militares e por setores influentes da igreja católica. Nesse caso, pode-se observar a conexão entre os dois momentos nos quais, segundo Rodrigo Motta (2000), as práticas anticomunistas mais ganharam força no Brasil: os anos 1960 (período em que a reportagem foi escrita) e a década de 1930 (momento em que o soldado Luiz Gonzaga se destacou em defesa “da ordem”). O culto em torno da figura do policial militar citado resultou na construção de um Mausoléu dedicado a ele. O monumento foi inaugurado em 1975 e permanece até os dias atuais no cemitério do bairro Alecrim.

Ainda para construir uma imagem positiva da PM, um dos textos da série promove a ideia de que a instituição estava se “modernizando”, o que significava, teoricamente, o abandono das abordagens truculentas pelas quais era famosa. Para isso, a equipe de reportagem apresentou o trabalho desenvolvido pela Rádio Patrulha (RP), responsável pelo policiamento da cidade no dia a dia. Tratava-se de um setor da polícia muito criticado pela brutalidade com que agia. Para o repórter, era necessário “diferenciar a repressão quebrada aqui e ali pelo escape da força bruta, que não significaria a regra geral” (LEMOS, 8 set 1967, p. 5). Nessa perspectiva, os casos de brutalidade e violência policial seriam isolados e exceções à norma. Iam de encontro, inclusive, à “formação humanista” recebida pelos patrulheiros. Segundo a declaração prestada pelo policial tenente diretor da RP à equipe de reportagem, os policiais eram doutrinados para que se sentissem “em condições de prestar ajuda à coletividade” (ibidem) até em casos que fugissem às obrigações da corporação, como, por exemplo, transportar gestantes à maternidade e auxiliar no transporte de doentes.

Do ponto de vista prático, para Rubens era bom manter relações amigáveis com a Polícia Militar por razões que se verá logo a seguir. Para o *Diário de Natal*, uma série de reportagens com essa temática interessava um grande número de leitores, ávidos por saber mais sobre a instituição que deveria garantir a segurança cotidiana na cidade. Por

outro lado, a PM foi um agente importante da repressão no Rio Grande do Norte. Primeiro, comandou diretamente as investigações no âmbito do IPM no estado, sendo, por isso, responsável pela prisão de diversos militantes de esquerda, funcionários públicos e simpatizantes da gestão de Djalma Maranhão à frente da prefeitura de Natal. Segundo, conforme o depoimento de Luciano Almeida, ex-militante do PCBR, no Rio Grande do Norte, a polícia militar era o “agente mais imediato da repressão” (ALMEIDA, 6 mai. 2021). Ele contou também que, durante as passeatas de protesto feitas após o golpe de 1964, era comum os manifestantes gritarem palavras de ordem de enfrentamento à Rádio Patrulha, como, por exemplo: “o povo unido derruba a rádio patrulha” (Ibidem).

No início do ano de 1968, Rubens viajou por cidades de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Como se discutiu anteriormente, essa viagem foi importante para que ele promovesse transferências de jogadores de futebol. Além disso, a excursão de Rubens pelo Sul e Sudeste foi fundamental do ponto de vista profissional. É noticiado pelo jornal *Diário de Natal* que ele, durante a viagem, recebeu proposta para trabalhar na emissora Bandeirantes⁴³. Nesse período, a emissora tinha sido recém-fundada por Jorge Saad e estava formando uma equipe que contava com jornalistas experientes e outros mais jovens⁴⁴. A oferta de emprego a Rubens indica que ele somava notoriedade e reconhecimento no espaço social do jornalismo que o gabaritava a assumir posições mais destacadas na área, em uma emissora que estava surgindo como grande promessa.

No entanto, Rubens preferiu permanecer como funcionário dos Diários Associados. As razões para isso podem ser muitas. Talvez o fato de que sua família tivesse se estabelecido há pouco tempo em Natal tenha estimulado Rubens a permanecer na cidade, ou até mesmo a identificação do personagem com a cidade tenha pesado positivamente para a sua permanência como funcionário da empresa. Além disso, deve-se considerar a possibilidade de que ele se sentisse mais protegido da repressão em Natal. O fato é que Rubens continuou em Natal trabalhando para os Diários Associados e escrevendo sobre os temas habituais a sua carreira. A primeira série de reportagens, após essa oferta de emprego, chama-se *Um Repórter no Submundo da Infância Abandonada*. Segundo o jornal, a meta da série era reportar os problemas causados pelo abandono de menores abandonados, principalmente a “delinquência”.

⁴³ Zero Hora. *Diário de Natal*, 16 de março de 1968, p. 3.

⁴⁴ Ver mais em: < <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/rede-bandeirantes> >. Acesso em 01/06/2021.

As reportagens dessa nova série seguiam o modelo de produção das demais. O repórter visitava instituições (como a delegacia de polícia e os abrigos de menores) para conversar com os próprios jovens e com autoridades do estado. Além disso, como de costume, a reportagem trazia também algumas histórias de vida de menores e seus familiares, e lançava, a partir delas, reflexões em torno da questão da “infância abandonada”.⁴⁵

O “repórter das mazelas do subúrbio” percorria ruas, becos e vielas de regiões pobres em busca de menores para entrevistar. O objetivo das entrevistas, que seguem um tom informal de conversa, era promover comoção no leitor. Ao conversar com menores que se prostituíam ou que pediam esmolas, a intenção era acionar valores emocionais e o cotidiano dos grupos populares, fazendo das sensações arma fundamental para alcançar o gosto do público, tornando interessantes as reportagens aos leitores (BARBOSA, 2010). Ainda no sentido de comover o público leitor com a situação, a reportagem apelava ao sentimento de culpa, afirmando:

As denúncias que temos feito, os casos contados, poderão servir de ponto de partida para a solução do problema. A solução tem que existir. ‘O lavo as mãos’ é tão criminoso quanto a ação de menores delinquentes. O estado tem culpa. O juizado tem culpa. Nós temos culpa. Toda a cidade tem culpa (LEMOS, 17 jan. 1968, p. 6).

Da culpa do poder público estritamente, como as reportagens analisadas no início desse tópico davam a entender, para a responsabilização social. Novamente, cabe questionar o impacto dessas reportagens na subjetividade de Rubens. É certo que o apelo às emoções do público leitor era uma estratégia de escrita de muitos jornalistas durante os anos 1950 e 1960, mas será que o personagem não buscava impactar a sociedade da mesma forma pela qual ele foi impactado ao realizar essa série de reportagens?

Em 1970 Rubens começou a trabalhar no jornal *Diário de Pernambuco*. A transferência de um veículo para o outro só foi possível com a indicação positiva do chefe dos Diários Associados em Natal, Luiz Maria Alves. Miriam Lemos, irmã de Rubens, declarou que Luiz Maria Alves enviou uma carta de recomendação ao veículo pernambucano aprovando o trabalho de Rubens no *Diário de Natal* (LEMOS, Miriam, 20 de fevereiro de 2020). As indicações eram fundamentais para que os jornalistas

⁴⁵ Uma dessas histórias de vida é a de Geralda Nunes, mãe de dois menores que havia se mudado com seus dois filhos para Natal. Segundo conta a reportagem, ela vivia da mendicância e seus filhos seriam “fatalmente” jovens delinquentes: Problema do menor é desafio ao poder público. *Diário do Natal*, 11 de janeiro de 1968, p. 6.

conseguissem emprego, e, nesse caso, deu certo. Rubens começou a trabalhar no veículo em Recife como correspondente.

Nesse momento, o *Diário de Pernambuco* abandonava o sistema de impressão gráfica feita por prensas de linotipo de chumbo e adotava o sistema *offset*. Além disso, o jornal passou a circular de segunda a sexta com impressos de 64 folhas, divididas em quatro cadernos. Era um dos jornais com maior tiragem no Brasil e possuía um amplo sistema de correspondentes espalhados pelas sucursais nas capitais do Nordeste, divulgando as principais notícias de cada estado.

O *Diário de Pernambuco* assim se refere a Rubens ao apresentá-lo como o mais novo correspondente do jornal:

Além de uma experiência jornalística de mais de dez anos, em jornais, rádio e televisão no Sul e Nordeste do país, Rubens Lemos é, também, homem de imprensa bastante conhecido em Natal, onde, até bem pouco tempo trabalhou no Diário de Natal (RUBENS LEMOS SERÁ..., 30 jan. 1970, p. 7).

Nota-se a maneira pela qual Rubens Lemos foi ascendendo profissionalmente como jornalista nesse momento. Quando começou a trabalhar nos jornais *Poti* e *Diário de Natal*, em 1966, o personagem não foi sequer apresentado publicamente. Já quando foi contratado pelo *Diário de Pernambuco*, ganhou uma apresentação que o colocava como um jornalista experiente em diversas mídias (jornais, rádios e televisão). Na condição de correspondente, Rubens foi incumbido de reportar as principais notícias do Rio Grande do Norte. Essas diziam respeito à política no estado e a casos de violência acontecidos nas fronteiras daquela unidade da Federação. Sobre este último tema, ganhou destaque às notícias sobre o violento assassinato do médico Carlindo Dantas e do industrial Aníbal Macedo, pelo pistoleiro Edmar Nunes Leitão.⁴⁶

Sobre a política, especificamente, ganharam cobertura as movimentações e articulações para indicação dos senadores do MDB e da ARENA no pleito de 1970 e as incertezas em torno do candidato ao governo do estado no mesmo ano. Ainda com o recorte temático da política, Rubens acompanhou a visita do presidente Médici à cidade de Currais Novos, situada na região do seridó potiguar. Na ocasião, o ditador foi conferir a criação das frentes de trabalho na cidade. Rubens acompanhou de perto toda movimentação, desde a chegada do presidente ao aeroporto, à viagem até Currais

⁴⁶ Inspetor federal ouviu depoimento de acusado do “Sindicato do crime”. *Diário de Pernambuco*, 4 de junho de 1970, p. 7.

Novos, a estadia dele por lá e a volta para o local de onde partiu seu avião.⁴⁷ Aqui, novamente, são explícitas as tensões entre as identidades de militante e jornalista. Designado para cobrir a visita do presidente-ditador ao Rio Grande do Norte, o que ele poderia fazer? Recusar? Protestar implicitamente quando escrevesse a notícia? Nada disso foi feito. Seguindo os preceitos da objetividade e imparcialidade que seduzia o discurso jornalístico a época, Rubens acompanhou a viagem do presidente sem tecer maiores reflexões e críticas nas suas reportagens.

O trabalho de Rubens no *Diário de Pernambuco* durou pouco tempo. A última notícia escrita por ele foi divulgada na edição de 13 de junho de 1970 e é sobre a inauguração de uma impressora *offset* para imprimir os jornais *O Poti* e o *Diário de Natal*.⁴⁸ Os Diários Associados, do Rio Grande do Norte, foram o segundo veículo de imprensa, no Nordeste, a contar com uma impressora *offset* na sua redação, atrás apenas do *Diário de Pernambuco*. Esse evento é lembrado pelos jornalistas como um marco na história do jornalismo, consolidando os Diários Associados como o veículo de maior prestígio do estado. João Batista Machado, por exemplo, ex-jornalista do *Diário de Natal*, afirma que “a imprensa do Rio Grande do Norte tem o seu marco divisório do antes e depois do *offset*” (MACHADO, 2016, p. 39). Assim como João Batista, Cassiano Ricardo, também ex-jornalista do Diário, situa esse momento como fundamental na história do jornalismo: “Quem salvou a pequena imprensa nos anos 1960 e 1970 foi a introdução do *offset*. Esse foi um dos três grandes fatos que mudaram a história do jornalismo no Rio Grande do Norte” (ARRUDA, 2016, p. 48.).

Rubens, no entanto, não usufruiu dos benefícios proporcionados pelo sistema *offset* no *Diário de Natal*. No final de 1970, o personagem entrou na clandestinidade e foi obrigado a se desligar dos jornais em que trabalhava. De toda forma, ele assistiu e participou das mudanças nas formas de fazer jornalismo durante os anos 1960, em Natal. Do ponto de vista profissional, viveu cinco anos intensos na capital potiguar. Ingressou na imprensa na área esportiva e conseguiu acumular recursos suficientes para subir hierarquicamente nos veículos onde trabalhou até ser contratado como correspondente pelo *Diário de Pernambuco*.

⁴⁷ Presidente esteve em Currais Novos. *Diário de Pernambuco*, 6 de junho de 1970, p. 7.

⁴⁸ Associados de Natal abrem fase histórica inaugurando “Offset”. *Diário de Pernambuco*, 13 de junho de 1970, p. 7.

2.3) Rubens Lemos, “o crítico de música mais atacado da cidade”

Como foi visto ao longo do primeiro capítulo, Rubens também se destacou profissionalmente no rádio. A partir do ano de 1968, ele passou a apresentar o programa *A Grande Parada*, transmitido pela Rádio Poti. Segundo o *Diário de Natal*, Rubens Lemos estava empenhado em reestruturar toda programação de disco da referida rádio (Coluna Zero Hora, 16 de março de 1968, p. 3). Essa reestruturação assumiria forma em um programa comandado por ele, tornando “possível ligar o rádio em Natal sem ser para ouvir só forró com sanfona e conversa boçal de locutor imitando os coronéis limoeiros que andam a solta por aí. A solta e impunes” (Coluna Zero Hora, 16 mar. 1968, p. 3). A Rádio Poti pertencia aos Diários Associados e o chefe de departamento responsável pela emissora era Ademir Ribeiro. Rubens integrava a equipe de redação da rádio⁴⁹, além de ser apresentador do programa.

No periódico, foram divulgadas poucas informações sobre o programa apresentado por Rubens. Sabe-se que a programação consistia em transmitir músicas do gênero samba e entrevistas com artistas locais.⁵⁰ Além disso, a coluna social Zero Hora, escrita pelo *socialite* Paulo Macedo, indica que o programa também promovia debates: “O Programa ‘Grande Parada’, de Rubens Lemos, que defende a música popular brasileira contra a influência de ‘ismos’ alienígenas, vai promover um debate com representantes do tropicalismo em Natal” (MACEDO, 22 mai. 1968, p. 3).

No livro memorialístico escrito pelos irmãos Carlos e Fred, é dito o seguinte sobre o programa apresentado pelo personagem:

na mesma linha da guerra existente no sudeste contra a introdução da guitarra na MPB e contra o rock importado, em Natal o jornalista e radialista Rubens Lemos comandava seu programa nacionalista radical de rádio com samba e MPB da velha guarda ‘autêntica e das raízes, sem influências do imperialismo angloamericano’ como dizia. Pixinguinha era o astro principal que envolvia também Noel Rosa, Ciro Monteiro, Chiquinha Gonzaga, Sílvio Caldas, Ataulfo Alves. Figuras como Benito de Paula eram rechaçadas veementemente, imaginem os cabeludos da Jovem Guarda... nem eram citados (ROSSITER, 2017, p. 383).

Apesar de se ter poucas informações sobre a proposta da *Grande Parada*, alguns indícios permitem levantar questões relativas ao programa e à própria trajetória de

⁴⁹ É o que indica a notícia do *O Poti*. Referência: Zero Hora. *O Poti*, 7 de abril de 1968, p. 3.

⁵⁰ Há a informação, por exemplo, de que o artista plástico Newton Navarro compareceu ao programa para discutir com Rubens aspectos da cultura potiguar. Informação extraída da seguinte referência: Zero Hora. *O Poti*, 1 de setembro de 1968, p. 3

Rubens. Primeiro, o programa revela o gosto pessoal que ele mantinha por Música Popular Brasileira⁵¹, em especial o samba. Por causa desse gosto pessoal, o radialista comumente se envolvia em embates contra os representantes do Tropicalismo na cidade de Natal.

Esses embates, às vezes, assumiam formas de conflitos mais diretos entre os artistas ditos ‘tropicalistas’ e os representantes da ‘música popular’. Numa ocasião, em especial, tal confronto foi acentuado. Aconteceu durante o II Festival Natalense de Música Popular, o qual marcou a estreia de Rubens como compositor, apresentando a canção “Caminhos da Meia-Noite”. Durante o Festival, os compositores e cantores se organizaram em dois grupos distintos. Rubens integrava o chamado Grupo Forte, caracterizado por apoiar “o tradicionalismo musical, sem fixação de rigidez saudosista, mas, defendendo a vitalidade da música popular que não fuja às origens, dentro de uma visualização atualizada, onde a pesquisa é respeitada” (COMEÇA AMANHÃ..., 12 de nov. 1968, p. 8) Esse Grupo defendia também o “impacto da assimilação”, ou seja, que a música contivesse necessariamente “a mensagem (de protesto ou não) com poder de comunicação” (Ibidem). De outro lado, estava o grupo tropicalista, “numa mescla de radicalismo e liberalidade, que busca no rompimento com o tradicional e na ‘universalização do som’ a definição de um movimento musical que ainda procura se afirmar” (Ibidem).

O Festival aconteceu no dia 13 de novembro de 1968 e a disputa foi intensa. A composição de Rubens não figurou entre as premiadas. *Hoje Eu Canto Mais Amor*, do compositor Roberto Lima, foi a canção que se sagrou vencedora. Em uma entrevista concedida por Roberto a Rubens, no programa *A Grande Parada*, o primeiro explicou que a composição foi escrita a partir de uma história descoberta por ele ao longo de sua pesquisa sobre a Guerra do Vietnam. Nessa história, um soldado americano foi morto durante o confronto e, após a sua morte, foi encontrada no bolso do seu uniforme uma carta em que ele confessava ter assassinado uma mulher grávida, se dizendo, por causa disso, desacreditado no amor. O compositor Roberto Lima ressaltou também que suas canções eram escritas por meio de amplas investigações, e citou outra música de sua autoria para atestar a importância da pesquisa no seu processo de elaboração musical. Ele lembrou ainda da sua canção *No país dos cataventos*, na qual “fazia referência ao

⁵¹ Durante a segunda metade da década de 1970, com a consolidação de um mercado fonográfico no Brasil, o que se convencionou chamar de “música popular brasileira” passou a incorporar também artistas vinculados ao tropicalismo, como Gilberto Gil, Caetano Veloso e Tom Zé. Ver mais em: NAPOLITANO, 2014.

drama dos trabalhadores das salinas de Macau” e denunciava “o problema social do sertanejo que é obrigado a deixar o campo para se transformar em salineiro” (DECLARAÇÃO DOS VENCEDORES..., 1 dez. 1968, p. 1).

Apesar de Roberto Lima fazer parte do Grupo Forte, o destaque do Festival ficou por conta da performance do cantor tropicalista Marcos Silva. Numa apresentação intensa, Marcos foi recebido pela plateia com aplausos, vaias, frutas e ovos arremessadas contra ele. Após a sua atuação no palco, concedeu uma entrevista, enquanto tomava uma coca cola, e declarou enfaticamente: “nós é que somos jovens e somos o hoje!” (Ibidem).

Não será aprofundada a discussão sobre as características dos movimentos culturais nos anos 1960. Por ora, vale apenas nos esforçarmos em compreender o significado da participação de Rubens no chamado Grupo Forte e a defesa do que para ele significavam os ritmos ‘autenticamente nacionais’. No caso do Festival, esses ritmos nacionais, “sem influência dos elementos estrangeiros”, faziam alusão ao conceito moderno de Música Popular Brasileira. A referência ao ‘popular’ não significava, necessariamente, que as músicas eram ouvidas majoritariamente pela população pobre, até porque os ritmos do sertanejo, brega e forró eram os que mais repercutiam nessa população, e não integravam o que se entendia por Música Popular Brasileira. Nos anos 1960 e 1970, o que se entendia por essa expressão dizia respeito a uma vontade dos artistas em transmitir mensagens de protesto a partir das canções, denunciando a ditadura e refletindo sobre o problema da identidade nacional e política do “povo brasileiro” (RIDENTI, 2014). Por isso, segundo Marcos Napolitano, “mais do que um gênero musical, a MPB transformou-se em instituição sociocultural e rótulo de mercado, chancela do gosto hegemônico às canções engajadas dotadas de qualidade poética e musical” (NAPOLITANO, 2014, p. 53). Dessa maneira, a partir de 1965, a MPB passou a significar um “signo de resistência ao regime militar de direita que se implementava no país” (Ibidem).

Como vimos anteriormente, o vencedor do Festival, Roberto Lima, fez questão de enfatizar o caráter de protesto da sua música, construída a partir de uma ampla pesquisa, tanto na música referente ao soldado americano, quanto na canção que compreendia o drama dos trabalhadores nas salinas em Macau. Isso se deve, justamente, à formação desse conceito moderno de Música Popular Brasileira, nos anos 1960. Segundo Daniel Aarão Reis Filho, a própria dinâmica dos festivais contribuía para divulgar “temas e propostas que colocavam em questão o Brasil oficial, incentivando a

crítica e a rebeldia, desenhando o perfil de uma intelectualidade inassimilada pelo discurso oficial” (FILHO, 1998, p. 32). Nesse sentido, não seria estranho se a música de Rubens promovesse também algum tipo de protesto. De acordo com Marcelo Ridenti, os artistas de diferentes vertentes mantinham uma preocupação básica com “a constituição de uma nação desenvolvida e de um povo brasileiro” (RIDENTI, 2014, p. 150), e com a superação dos problemas que afligiam o mundo e o Brasil (autoritarismo, conservadorismo, desigualdades econômicas, etc.).

O fato é que esse ambiente artístico fornecia a Rubens um repertório de comportamentos e de ideias que incitavam à contestação e ao inconformismo. Os artistas brasileiros e todos os que participavam do debate cultural à época tinham contato com práticas, comportamentos e valores em voga em escala internacional que propunham romper com alguns paradigmas conservadores, estimulando novas formas de experimentação da sexualidade e da própria existência. Até a própria aparência dos militantes poderia ser instrumento de intervenção política. Nos homens, cabelos e barbas compridos eram exemplos visíveis de uma aparência rebelde. E o próprio Rubens parece ter sido impactado por esses comportamentos. Numa notícia divulgada na coluna social escrita por Paulo Macedo, é anunciando que “Rubens Lemos [...] a partir de hoje vai deixar crescer a barba e o bigode e [...] não quis revelar o motivo do protesto” (MACEDO, 3 jul. 1969, p. 5).

Segundo Cristina Wolff, essa estética incorporada pelos homens expressava uma masculinidade revolucionária cuja referência principal era a figura do guerrilheiro Che Guevara:

A imagem viril do Che [com seu ar altaneiro e sério, seu charuto cubano, barba e uniforme verde-oliva] era propícia aos jovens estudantes, alguns de origem nas classes trabalhadores, que contestavam seus pais, seus professores, e mesmo os dirigentes dos partidos tradicionais de esquerda como o Partido Comunista Brasileiro, formando novas organizações. Ser guerrilheiro era sim ser ‘macho’, era assumir uma postura ativa, contestadora (WOLFF, 2007, p. 33).

A vontade de contestação e o sentimento de inconformismo constituíam elementos centrais para a produção cultural no país. Tanto que, segundo Marcelo Ridenti (2010), a agitação cultural nos anos 1960 e 1970 – música, literatura, cinema, teatro – era responsável por fomentar uma cultura que dava sentido à própria luta (revolucionária ou não) de enfrentamento à ordem dominante. E Rubens, aos 27 anos de idade, teve contato direto com essas práticas e comportamentos, não como um artista

nacionalmente conhecido e renomado, mas como um entusiasta e trabalhador no segmento da cultura – já que seu programa fomentava e divulgava essa parte da produção cultural do país.

Além de ter seu espaço na Rádio *Poti*, Rubens também ocupou outros lugares de produção e discussão cultural. Em outubro de 1968, ele foi convidado pelo SESC de Natal para integrar uma mesa de debate, na condição de arguidor, sobre “Música Popular”, juntamente com Gracio Barbalho⁵² e Mirabeau⁵³. Essa participação indica que Rubens era reconhecido por outras pessoas na cidade como estudioso da Música Popular.

Além desses espaços institucionais, o personagem garantia presença diária nos bares, festas e encontros no centro da cidade. Uma notícia divulgada no jornal *Diário de Natal* dá uma ideia de como eram esses momentos. Segundo o texto, “um grupo de natalenses foi com violões (e uísques) fazer seresta na rua Francisco Alves. Estiveram lá o professor Grácio Barbalho, Chico Viola, o escrivão Raimundo de Barros Cavalcanti e o jornalista Rubens Lemos” (CANTOR..., 29 set. 1968, p. 3). Esses encontros eram denominados de “serestas”, e consistiam, basicamente, na reunião de homens cisgêneros e publicamente heterossexuais com a finalidade de cantar canções de amor (preferencialmente os grandes sucessos de cantores como Altemar Dutra, Milton e Nelson Gonçalves). Os encontros podiam ser em bares ou em locais públicos da cidade. Além da cantoria, os participantes conversavam sobre futebol, cultura, política e mulheres. Quando os eventos eram animados, os participantes ficavam até de manhã cedo, embalados pelas canções e pelo consumo de bebidas alcólicas (principalmente cachaça e uísque).

Pode-se pensar a frequência de Rubens em bares e serestas a partir de duas questões. A primeira é levantada por Marcelo Ridenti, para quem “a ânsia de viver o momento, a fruição da vida boêmia [...] são características que marcaram os movimentos sociais nos anos 1960 em todo mundo, fazendo lembrar a velha tradição romântica” (RIDENTI, 2001, p. 13). A outra, mas não menos importante, diz respeito ao bar “como espaço onde a frequência é predominantemente masculina” (JARDIM, 1991, p. 51). Isso provoca, segundo Denise Jardim, a transformação do bar em lugar

⁵² Gracio Barbalho foi médico, professor universitário, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e pesquisador de música no Brasil. Ao longo da sua vida, montou um imenso acervo de long-players. Ver mais em: < <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/raridades-em-78-rotacoes/200396> >. Acesso em 14/07/2021.

⁵³ Não consegui encontrar referências biográficas sobre ele.

onde são reforçados padrões de masculinidade hegemônica, a qual se fundamenta em aspectos e valores como altivez, força, virilidade e coragem (JARDIM, 1991). Por isso, os bares foram lugares fundamentais na constituição pessoal do personagem como um homem boêmio e de esquerda, na sociedade dos anos 1960.

Além das serestas e encontros, Rubens participava das festividades musicais e culturais nas sedes sociais dos clubes de futebol da cidade. Uma festa que ganhou ampla cobertura da imprensa na época foi a Noite do Samba. Segundo a programação, algumas bandas locais abririam o festejo entoando composições de Chico Buarque, Edu Lobo, Sérgio Ricardo, Sidney Miller e Martinho da Vila, já o encerramento da noite ficaria por conta da atração principal, a sambista Elza Soares. A Noite do Samba foi promovida pelo América Futebol Clube e coordenada por Rubens Lemos, “um dos grandes entusiastas da Música Popular Brasileira e defensor intransigente do Samba bem nosso”, (MACEDO, 4 jul. 1969, p. 2), conforme escreveu o socialite Paulo Macedo.

Ainda nessa coluna social, consta uma entrevista com o então organizador da Noite do Samba. Em um tom provocativo, Macedo perguntou: “Vai ser uma noite de Samba saudosista como querem dizer os defensores da música eletrônica, aleatória?” (MACEDO, 4 jul. 1969, p. 2) E a essa provocação, Rubens respondeu:

Vai ser uma Noite do Samba. Puro. Simples. Sem massificações e mistificações. Sabem que permanece fazendo o Brasil cantar através dos tempos. De Donga a Chico Buarque de Holanda. Samba que todo o processo alienatório musical, não consegue impedir a presença de Noel Rosa no alegre cantar de todo um povo, querendo espantar tristezas. E o samba consegue (Ibidem).

Novamente é posto o embate entre uma produção musical “autenticamente nacional” em contraposição ao “estrangeiro”. Na perspectiva de Rubens, o samba seria uma barreira para a alienação e um expoente da cultura nacional desde o início do século XX. O jornalista Lemos constrói, então, uma linha de evolução do samba desde Donga até Chico Buarque. Esse ritmo conseguiria se proteger das influências “alienígenas” (para designar o estrangeiro) e se manter como ritmo autenticamente brasileiro. Por isso, segundo Rubens, o samba era a “verdade de ritmo quente, comunicativo, desligado de processos eletrônicos e massificadores” (Ibidem). As suas posições nesse debate parecem ter sido tão enfáticas que Paulo Macedo se referiu a ele como “o crítico de música mais atacado na cidade” (Ibidem).

Essa querela entre grupos que defendiam estilos musicais nacionais em contraposição a outros estrangeiros ganhou ampla repercussão após a passeata do dia 18

de julho de 1967, em São Paulo, contra a introdução das guitarras elétricas na música brasileira. Esse momento contou com a participação de figuras como Gilberto Gil, Elis Regina, Jair Rodrigues e Edu Lobo, nomes associados ao surgimento da Música Popular Brasileira nos anos 1960. Esse grupo defendia que a música deveria intervir politicamente na realidade social do país, no sentido de transformá-la, tornando-a mais justa. Isso só seria possível, no entanto, introduzindo “formas, instrumentos ou ritmos sacralizados como representações de uma memória genuinamente brasileira ou nacional: violão, frevo, urucungo, moda-viola” (CONTIER, 1998, p. 15). Mais do que um simples debate sobre o uso ou não de um instrumento, debatia-se a função do músico nas mudanças sociais e os ritmos e canções que contribuiriam para isso.

A Noite do Samba foi muito bem-sucedida. Apesar de Elza Soares não ter comparecido, “a programação comandada por Rubens Lemos, foi realmente um sucesso” (MACEDO, 28 jul. 1969, p. 3). Na ausência de Elza, o destaque foi Rubens, o “Garrincha da noite”, segundo Paulo Macedo. A sua participação parece ter sido realmente marcante, estimulando demonstrações de afeto da plateia para com ele, a ponto de ser interpelado por um senhor que queria lhe beijar. A festa contou com a participação da elite natalense, que, segundo Paulo Macedo, foi a única “deficiência” da Noite, “já que o samba deveria ser mostrado a um público menos elitizado” (Ibidem). No entanto, para o comentarista, isso não ofuscou a festividade “porque Rubens Lemos – com seu entusiasmado conhecimento da Música Popular Brasileira – soube mostrar ao público sofisticado do América o que é a música do povo” (Ibidem).

Rubens Lemos despontou, então, como porta-voz do ritmo popular e, por conseguinte, do próprio povo. Essa questão mais ampla encontrava também ressonância nos debates internos aos grupos de militantes de esquerda da época: qual a função dos partidos políticos de esquerda? Eles deveriam servir de vanguarda do “povo”, das massas, dos trabalhadores? O partido traduziria a vontade revolucionária do povo? Eram perguntas cujas respostas estavam longe de ser consensuais. No próximo tópico, esse debate será discutido de modo mais profundo, pois será analisada a inserção de Rubens no PCBR.

2.4) Rubens Lemos, entre o ingresso no PCBR e os dilemas familiares

Para começar a discussão sobre a aproximação de Rubens com o PCBR, a entrevista concedida por ele ao projeto “Memória das Lutas Populares no Rio Grande do Norte” será retomada. Coordenado pela organização Direitos Humanos e Memória Popular do Rio Grande do Norte, o projeto buscava entrevistar militantes do estado que participaram de organizações revolucionárias durante os anos 1960 e 1970. Ao longo da entrevista, Rubens buscou construir uma memória sobre si, justificando a sua militância. A entrevista foi dada no ano de 1998, e, naquele contexto, vale salientar, estratégias revolucionárias de luta e de enfrentamento à ordem dominante não tinham muito espaço na cena pública.

No Capítulo 1, ficaram evidente as narrativas de Rubens a respeito do nascimento e como o personagem mobilizou sua origem sertaneja para justificar sua militância, procurando um “gene” contestador desde o início da sua vida a fim de dar sentido à luta política que empreendeu. É comum que as narrativas autobiográficas busquem um sentido original e primeiro que justifique as ações de quem se narra. No caso da narrativa de Rubens, o sentido primeiro da sua vida seria o inconformismo diante das desigualdades e injustiças sociais. Como dito anteriormente, trata-se, para Bourdieu (2006), de uma “ilusão biográfica”, ou seja, a crença de que a vida tem um único sentido e decorre linearmente fundamentada em uma identidade estável e coerente, no caso de Rubens, a identidade do militante político.

Ao problematizar o depoimento de Rubens, a intenção é justamente desnaturalizar essa narrativa autobiográfica, desvelando os campos de possibilidades nos quais o personagem atuou. Assim, foram discutidas as circunstâncias em que ele se aproximou da militância em Londrina, paralelamente a sua inserção no jornalismo. Nesse segundo capítulo, em particular, será analisada a aproximação do personagem com o PCBR, investigando os dilemas e as dificuldades proporcionadas por uma vida dividida entre a legalidade e a clandestinidade. O inconformismo diante das desigualdades, sobre o qual Rubens falou, não é um elemento desconsiderado na análise, no entanto, torna-se preciso relacioná-lo com outras questões vividas por ele. Dessa forma, é necessário, primeiramente, inserir esses sentimentos de inconformismo, contestação e incômodo no momento histórico específico da segunda metade dos anos 1960.

Quando Rubens chegou a Natal, carregava consigo uma experiência anterior de militância ao longo da Quarta República. Ele se engajou em greves, integrou a Cadeia da Legalidade e teve contatos com importantes militantes da época, a exemplo de

Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas. Esses movimentos e contatos mantidos com militantes aconteceram em um clima de efervescência política jamais visto na cidade de Londrina. Tais experiências foram vividas em um país democrático, onde as forças políticas à direita se radicalizavam em conspirações golpistas; enquanto militantes comunistas e trabalhistas intensificavam posturas radicais em favor de amplas e profundas reformas de base na sociedade.

Após o golpe de 1964, que depôs João Goulart, presidente eleito legitimamente, e interrompeu uma experiência democrática de alargamento de direitos, as forças políticas à esquerda, principalmente o Partido Comunista Brasileiro (PCB), permaneceram atônitos diante da investida golpista civil-militar que tomou de assalto o poder (GOMES; FERREIRA, 2014). O golpe pegou Rubens de surpresa, forçando sua saída de Londrina para fugir do cerco repressivo que se fechava. Assim, o golpe atingiu profundamente sua vida e a dos seus familiares, que tiveram suas trajetórias profundamente modificadas e foram obrigados a se mudar para manter a segurança.

Para compreender as ações políticas de Rubens após a sua chegada a Natal, é preciso, primeiro, reconstituir o campo de possibilidades, o horizonte aberto ao personagem naquele momento. A meta é compreender quais as organizações políticas atuavam na cidade e os efeitos imediatos do golpe para os militantes de esquerda natalenses.

Do ponto de vista político, rupturas significativas marcaram os momentos após o golpe em Natal. A principal delas foi a deposição e prisão preventiva do então prefeito, Djalma Maranhão (PTN). O mandato de Djalma (1961-1964), eleito por sufrágio direto, foi marcado pela democratização da educação escolar e da cultura. Na primeira metade dos anos 1960, diversas instituições educacionais e culturais tomaram forma, dentre as quais vale citar: as escolinhas municipais, o Ginásio Municipal de Natal, os Galpões - Escolas dos Acampamentos Escolares, o Centro de Formação de Professores da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, as Praças de Cultura, as Bibliotecas Populares, as Bibliotecas Rotativas e a Galeria de Arte. O objetivo central desses equipamentos culturais, difundidos principalmente nos bairros mais pobres de Natal, era erradicar o analfabetismo da cidade (MARQUES, 2019).

As campanhas e políticas promovidas por Djalma durante seu mandato ganharam um amplo apoio de organizações de base e de parte da militância comunista. Por causa disso, o prefeito teve o mandato cassado, os direitos políticos suspensos por dez anos e foi forçado a se exilar no Uruguai, onde faleceu em julho de 1971. Militantes

comunistas, funcionários públicos e jornalistas que apoiavam Djalma tiveram destino semelhante. Alguns foram presos e torturados, como Vulpiado Cavalcanti, líder do PCB; e outros foram presos e soltos após uma reclusão de alguns meses, tal qual ocorreu com o funcionário dos Correios e Telégrafos Ubirajara Macedo (MACEDO, 2001) e a funcionária da prefeitura Mailde Pinto Galvão (GALVÃO, 1994).

Ainda sobre a repressão na cidade de Natal, no dia 17 de abril de 1964 foi instaurado o Inquérito Policial Militar (IPM) para investigar “a prática de atos contra a segurança do País [...] e a probidade da administração pública ou crime contra o Estado e seu patrimônio” (Inquérito da subversão, 1964, p. 3). Segundo o texto do próprio Inquérito, a meta era apurar “as atividades subversivas praticadas na capital e no interior, no setor sindical, no setor estudantil, no setor intelectual e na Prefeitura Municipal de Natal” (Ibidem, p. 4). Os trabalhos de investigação e produção do relatório foram comandados pelos policiais pernambucanos José Domingos da Silva e Carlos Moura Veras, com total apoio da Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Após cinco meses de investigação, o relatório fixou 42 indiciados. Desse modo, as organizações que poderiam contestar mais duramente a ditadura foram desarticuladas, pois acabaram perdendo seus principais quadros estaduais: o PCB perdeu Luiz Maranhão e Vulpiano Cavalcanti, as Ligas Camponesas perderam Mery Medeiros e Floriano Bezerra e o movimento estudantil sentiu um baque forte com as prisões de Dermly Azevedo e Gileno Guanabara. Somente a partir de 1966 e 1967, após o início da rearticulação do movimento secundarista e do movimento universitário, manifestações públicas de enfrentamento à ordem dominante voltaram a acontecer na cidade.

Provavelmente, essa desmobilização inicial, somada ao fato de Rubens estar fugindo do cerco da ditadura, o fizeram não buscar de imediato nenhum envolvimento com movimentos ou partidos políticos. Nesse sentido, durante os anos de 1965 até 1967, ele se dedicou estritamente a outros projetos pessoais. Isso não quer dizer que ele tenha se mantido alheio aos problemas sociais e às questões políticas do Brasil. Pelo contrário, a sua atuação como jornalista possibilitou um contato profundo com as contradições sociais de um país fortemente marcado pela desigualdade e pela pobreza, o que foi conformando a sua própria identidade profissional e política. A partir desse trabalho, Rubens se tornou um jornalista de destaque na cidade, sendo reconhecido como um escritor especialmente atento a essas problemáticas. Por outro lado, essa atuação o fez ganhar notoriedade, tanto nas relações com outros jornalistas, quanto com

a população de Natal que frequentava estádios de futebol, shows de samba, festivais de música, bares ou que moravam nos subúrbios.

Vale destacar que as reportagens e as cobranças ao poder público, feitas pelo repórter Rubens, se davam em um plano institucional e legal, mesmo em um país comandado pela ditadura. Ou seja, ele publicava as reportagens e procurava esclarecimentos junto às autoridades competentes em busca de respostas aos problemas relatados. Essa prática revela, de certa maneira, uma crença na possibilidade de resolução, ao menos parcial, das questões sociais por uma via institucional, mesmo que essa via estivesse fortemente comprometida por causa da ditadura vigente no país.

A partir do ano de 1968, Rubens radicalizou sua luta e buscou outras formas para se expressar politicamente. Isso aconteceu em um campo de possibilidades marcado por ditaduras militares em diversos países da América Latina. Tal campo dava um sentido específico para a luta socialista no continente. De um lado, desigualdades, autoritarismo e capitalismo excludente, e, de outro, grupos armados (ou não) que visavam combater a ordem capitalista hegemônica e derrubar as ditaduras implementadas nos países do Cone Sul. Essa disparidade embalou o ânimo de várias pessoas para se engajarem em grupos revolucionários. Foi o caso de Rubens Lemos que passou a integrar as fileiras do PCBR.

Não se tem como explicar o ingresso de Rubens no Partido de um modo esquemático e linear. Ou seja, a sua entrada na militância comunista não se deu por um motivo em específico. O argumento adotado nesse estudo aponta para vários elementos responsáveis por criarem um repertório que aproximou Rubens da militância política engajada no PCBR. Primeiro, as experiências políticas do personagem ao longo da Quarta República em Londrina foram fundamentais para que ele tivesse uma “bagagem” de lutas nos anos 1960. Além disso, vale destacar o contato crítico de Rubens com os problemas oriundos das desigualdades sociais. Vários jovens, durante a segunda metade dos anos 1960, ingressaram em organizações revolucionárias como fruto do sentimento de indignação diante da injusta realidade capitalista. Não se pode desprezar, então, o impacto que as reportagens feitas por Rubens (sobre a desigualdade educacional, problemas de habitação, os menores abandonados, etc.) teve na sua subjetividade, a ponto de motivarem nele um sentimento de indignação em relação à ordem dominante.

Vale levar em conta ainda a aproximação de Rubens com a Música Popular Brasileira, mais especificamente com a canção engajada. As canções de músicos como

Chico Buarque, Geraldo Vandré e Martinho da Vila eram escutadas por Rubens e transmitidas em seu programa na rádio. Nesse momento, tais músicos produziam canções de crítica à ditadura. Certamente as músicas e esses cantores/compositores influenciaram Rubens na sua formação política. Isso é interessante porque tal repertório cultural parece ter sido a principal ferramenta na conformação de ideais de esquerda na trajetória de Rubens. Não foi verificado, por exemplo, indícios de um contato profundo entre o personagem e teóricos socialistas (Marx, Lênin, Trotsky, Debray, etc), o que não quer dizer que esse não tenha existido.

Segundo depoimento de Luciano Almeida, Rubens aderiu ao PCBR no Paraná em 1968. Quando chegou a Natal, foi integrado pelo diretório estadual do RN ao núcleo composto por profissionais liberais (Entrevista Luciano Almeida, 11 mai. 2021). Não foi possível compreender mais a respeito dos detalhes do seu ingresso no Partido naquele estado. O que se sabe é que durante os meses de janeiro e fevereiro de 1968, Rubens visitou São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Durante essa viagem, ele recebeu a oferta de emprego para trabalhar na emissora Bandeirantes e buscou contatar alguns clubes de futebol a fim de promover a transferência de jogadores potiguares. Neste percurso, Rubens pode ter mantido contato com antigos amigos que militaram com ele no início dos anos 1960 e recebido o convite para integrar o Partido, que emergira clandestinamente nesse período.

2.4.1) Rubens, o militante do PCBR em Natal

As movimentações para a criação do PCBR começaram no ano de 1967 quando alguns militantes do PCB aderiram à Corrente Revolucionária Nacional. Segundo Éder Silva (2013), o surgimento de tal corrente expressa os embates dentro do “Partidão” entre militantes que queriam aderir à luta armada como forma de combater a ditadura e implementar o socialismo e outros que continuavam apostando em uma política reformista e conciliatória com a burguesia nacional.

No entanto, o surgimento oficial do PCBR data de abril de 1968, quando houve, clandestinamente, a primeira conferência do Partido, num sítio fluminense situado na Serra da Mantiqueira (GORENDER, 1987). Três características principais marcavam a organização revolucionária, conforme assinalou Renato Della Vechia (2005): 1) busca por independência em relação às estruturas materiais e concepções que organizavam

Cuba, China e URSS; 2) contraposição à concepção stalinista da III Internacional, a qual estabelecia a exclusividade do Partido como dirigente do processo de transformação social; 3) defesa de uma posição intermediária entre “massismo” e “militarismo”, isto é, acreditava-se que luta armada só poderia ser iniciada após um trabalho de base com as massas, convencendo-as sobre a importância da revolução socialista.

Segundo Luciano Almeida, ex-dirigente do PCBR em Natal, as ações do Partido começaram no RN em 1968. Há uma vasta produção acadêmica sobre os significados e desdobramentos desse ano no Brasil e em escala mundial. Protestos, comícios, passeatas e manifestações públicas de descontentamento com a ordem capitalista, patriarcal e ditatorial explodiram por todo país, principalmente nas capitais. Em Natal, não foi diferente e três manifestações em especial mereceram atenção da imprensa da época. Trata-se da passeata em protesto contra a morte do estudante Edson Luiz, do conflito entre estudantes e o diretor do colégio Atheneu Norte Riograndense e da ocupação do Restaurante Universitário (RU).

Essas ações contaram com o apoio do PCBR local e foram elencadas pelos militantes como feitos do Partido. Sobre o envolvimento de Rubens, especificamente, se tem registros da sua participação no conflito entre estudantes secundaristas e o diretor do Colégio Atheneu. No entanto, ele deve ter tomado conhecimento dos outros eventos e, provavelmente, ofereceu apoio aos companheiros de militância diretamente neles envolvidos. Para fins de análises, optou-se por reconstituir esses três momentos e analisá-los como inseridos nas questões mais amplas do ano de 1968. Vale salientar que essas ocasiões específicas não dão conta integralmente da potência daquele ano para os militantes, mas revelam, ainda que minimamente, a intensidade dos acontecimentos vividos por aquelas pessoas.

Em 28 de março de 1968, a polícia militar do Rio de Janeiro invadiu o restaurante *Calabouço* e matou o estudante Edson Luiz, secundarista pobre. Foi o estopim para a eclosão de manifestações em diversas cidades do Brasil. Em Natal, manifestações públicas em protesto contra o autoritarismo da polícia e a falta de liberdade no país tomaram as ruas. Segundo a cobertura do jornal *Diário de Natal*, o primeiro sinal de revolta dos estudantes aconteceu ainda em 30 de março de 1968, dois dias, portanto, após a morte de Edson Luís. A primeira manifestação foi noticiada pelo jornal como “discreta e pacífica” (ESTUDANTES..., 30 mar. 1968, p.6). Segundo o

periódico, “os universitários limitaram-se apenas a colocar faixas pretas em vários pontos das suas Faculdades simbolizando o luto pela morte do jovem colega” (Ibidem).

No dia 2 de abril, as mobilizações se intensificaram e passaram a ocupar a primeira página do jornal, que noticiava: “Crise estudantil: missa e comício enquanto PM tomava conta das ruas” (CRISE..., 2 abr. 1968, p. 1). Nesse dia, foi decretada uma greve dos estudantes do ensino superior e da rede básica e celebrou-se uma missa em homenagem a Edson Luís. Após a cerimônia religiosa, na Catedral da cidade, os estudantes se reuniram na Praça Padre João Maria e foram em passeata até a sede do DCE e em seguida à Escola Atheneu Norte Riograndense.

A mobilização maior aconteceu no dia 3 de abril e foi fortemente reprimida pela Rádio Patrulha (RP). Segundo notícia divulgada no *Diário de Natal*, os soldados da PM “não respeitaram mulheres e crianças ao avançarem contra aglomerados postados na Rua João Pessoa e Avenida Rio Branco” (PROTESTO..., 30 de março de 1968, p. 6). A repressão culminou na prisão de dois estudantes e no espancamento de outros três, além da detenção dos vereadores Eugênio Neto (ARENA) e Raimundo Torquato (MDB), os quais protestavam contra a ação policial responsável por dispersar a passeata.

Após a repressão de 3 de abril, as manifestações se dispersaram e no dia seguinte os universitários retomaram as aulas. A polícia, no entanto, seguiu nas ruas para impedir qualquer aglomeração. O Coronel Freire, responsável pela PM no estado, condenou a ação dos estudantes no dia anterior, afirmando que “os estudantes de Natal não fizeram por merecer a confiança neles depositada pelo Governo do Estado, achando que o movimento de protesto de vandalismo traria resultado positivo” (CORONEL..., 5 abril 1968, p. 8). Segundo a ótica dos ex-militantes do PCBR, a manifestação, organizada pelos estudantes secundaristas e universitários, não promoveu nenhum ato de vandalismo. Os ataques partiram da própria polícia porque as movimentações por todo Brasil estavam alcançando grande repercussão, o que obviamente não interessava à ditadura.

É provável que Rubens tenha participado dessas manifestações. Ela reuniu, além de militantes organizados em partidos, pessoas que se comoveram com a morte do estudante ou que simplesmente se opunham à ditadura militar. Foi possível identificar registro do envolvimento direto de Rubens em outro protesto, também protagonizado por estudantes secundaristas e universitários, agora contra o diretor do Atheneu Norte Riograndense, instituição onde o personagem havia estudado nos anos 1950.

Após o fim das férias de julho, o novo diretor do Atheneu, João Agripino da Silva, tomou algumas medidas que desagradaram os estudantes. Essas medidas, segundo Luciano Almeida, impactavam, principalmente, as meninas: “o diretor adotou várias medidas restritivas em termos de comportamento, principalmente das meninas, do pessoal do grupo de meninas, que estudavam à tarde, várias medidas de proibição, como proibir as meninas de usarem minissaia, laços no cabelo” (ALMEIDA, 11 mai. 2021). Os alunos se opuseram às medidas, ainda conforme Luciano, “porque naquela época [...] havia um grande movimento cultural, de mudança comportamental, que tomou conta do planeta todo, mas que essas medidas atacavam diretamente” (Ibidem). Essas mudanças comportamentais são entendidas por ele como expressões de uma juventude que buscava maior liberdade e contestava a ordem dominante.

Para dar sentido ao protesto dos secundaristas, Luciano Almeida – ex-estudante da instituição e antigo militante do PCBR –, ao longo da sua entrevista inseriu o evento dentro de um movimento muito mais amplo, do qual participaram pessoas de diferentes países. Essa chave explicativa que recorre à participação coletiva, à fala na primeira pessoa do plural, é comum nos relatos de militantes dos anos 1960.⁵⁴

Em reação aos protestos dos estudantes, o diretor do Atheneu decidiu cancelar a matrícula dos alunos que faziam parte do Grêmio estudantil da escola, o que gerou uma grande revolta dos jovens, não só do referido educandário, mas igualmente de outros colégios e, também, do meio universitário. Os alunos, secundaristas, universitários e excedentes⁵⁵, começaram a fazer atos públicos para a readmissão dos companheiros que foram expulsos. A Polícia Militar foi acionada para conter os protestos e reprimiu fortemente os manifestantes. O presidente do Grêmio, Sezildo Câmara, passou a ser fortemente perseguido pelas forças policiais e precisou fugir. Segundo Luciano (ALMEIDA, 11 mai. 2021), Sezildo se escondeu na Paróquia de Morro Branco, vigiado com cuidado pelos padres Pio, Carlos e Antônio, e também buscou abrigo na Casa do Estudante. A PM chegou a cercar e passar um dia inteiro em frente a essa última à procura dos foragidos, mas não conseguiu prendê-los.

A participação de Rubens nesse evento se deu, justamente, no momento que Sezildo estava escondido. A família do estudante enviou um telegrama para ele

⁵⁴ Por exemplo: Flavio Koutzii, ex-militante revolucionário, também situa sua experiência durante os protestos de 1968 a partir de um movimento mais amplo coletivo e geracional. Ver mais em: SCHMIDT (2017).

⁵⁵ Os excedentes eram estudantes que alcançavam a média mínima para ingressar no ensino superior público, mas que não eram devidamente incorporados às turmas por falta de vagas nas universidades.

contando a história do sumiço do presidente do Grêmio Estudantil e pedindo informações sobre o seu paradeiro. Rubens, então, se compadeceu da situação da família e do próprio Sezildo, que não podia informar onde estava, e leu o bilhete durante uma edição do programa *A Grande Parada* (Deputados criticaram diretor do Atheneu..., 14 de agosto de 1968, s.p.).

O desfecho dessa mobilização foi bem-sucedida para os alunos, que conseguiram a demissão do diretor do Atheneu e a volta dos que haviam sido expulsos da instituição. Isso, claro, depois de muita mobilização e momentos tensos.

Perguntado sobre a participação de Rubens nesse movimento, Luciano disse não se lembrar dessa atitude do apresentador da *Grande Parada*, mas que era provável ter acontecido porque a militância do personagem era muito concentrada no seu programa de rádio. Ainda segundo o próprio Luciano, a ação do jornalista era importante porque buscava aproximar a “população comum” das ações promovidas pelos militantes (ALMEIDA, 11 mai. 2021).

Por fim, o último evento que embalou os protestos no ano de 1968 na cidade foi a ocupação do RU, por parte de universitários e, também, de secundaristas. A ocupação foi uma reação à medida do reitor da UFRN, Onofre Lopes, que proibia os alunos do DCE de realizarem reuniões no Restaurante. Segundo documento expedido pelo próprio reitor ao Secretário de Segurança Pública, “exaltaram-se os ânimos estudantis na nossa Capital, realizando-se movimentadas e acaloradas assembleias, até com a participação de secundaristas, no salão principal do Restaurante Universitário, já que a sala designada pelo DCE não comportava o vultoso número dos participantes” (Ofício..., 1968).

A proibição não foi acatada pelos alunos, que continuaram fazendo reuniões e ocuparam o RU em protesto à posição da reitoria. Segundo depoimento de Juliano Siqueira, à época membro da direção do DCE e estudante da Faculdade de Direito, o movimento contou com o apoio da população: “as famílias se solidarizaram e davam sacos de feijão, arroz, macarrão [...] foi autogestão” (Entrevista Juliano Siqueira, 2014). Juliano também revela que, durante a noite, na ocupação, “tinham bailes, música, música popular brasileira, Vandré, Chico Buarque, Caetano, música também para se divertir nos anos 60, para dançar” (Ibidem). Nota-se, a partir da fala de Juliano Siqueira, que esses jovens consumiam uma produção cultural específica, veiculada nos festivais de música da época. Como discutido no tópico anterior, as canções desse gênero eram apreciadas e defendidas como símbolo da nacionalidade popular por Rubens.

O depoimento de Juliano revela outros aspectos da vida dos e das militantes e que integravam uma cultura política compartilhada entre eles. Nesse caso, mesmo na situação de tensão a que estavam submetidos, os homens e mulheres envolvidos na ocupação do RU também se divertiam e usufruíam de momentos de lazer coletivos, que eram, de certa maneira, também politizados.

A ocupação durou 40 dias e foi desarticulada após ação do exército, que invadiu o restaurante e retirou à força os estudantes. O resultado do movimento foi negativo para os envolvidos na ação. A Polícia Militar, a pedido do reitor Onofre Lopes⁵⁶, abriu um inquérito para apurar a ação de “subversão” dos estudantes. O Inquérito indiciou 14 pessoas⁵⁷.

Ainda sobre o ano de 1968, Luciano Almeida destaca que alguns lugares específicos eram muito frequentados pelos militantes (Entrevista Luciano Almeida, 11 mai. 2021). Dois, em especial, são bastante destacados em seus depoimentos: a paróquia de Morro Branco e o SESC. O encontro promovido pelo SESC, do qual Rubens participou como membro numa mesa redonda sobre música popular, é lembrado por Luciano Almeida como um momento em que vários militantes se reuniram para discutir a produção cultural do Brasil e os próprios rumos políticos do país. Segundo Luciano, esse foi um momento em que os militantes buscaram discutir estratégias de luta.

Outro espaço muito frequentado por militantes era a Paróquia de Morro Branco cujos responsáveis eram os padres redentoristas já mencionados Pio, Carlos e Antônio⁵⁸. Segundo Luciano Almeida, os padres não participavam de grupos clandestinos, mas ofereciam apoio aos militantes, fornecendo a sede da Igreja para reuniões políticas. Rubens, inclusive, dedicou uma reportagem elogiosa ao trabalho “avançado e corajoso” feito pela paróquia. Segundo o repórter, “as atividades dos três sacerdotes [...] revolucionam os padrões conservadores da província e, muito mais ainda, sacodem as estruturas conservadoras da Igreja, que luta para se firmar em termos de aplicação do

⁵⁶ Informações sobre o Inquérito do Restaurante Universitário, disponível em: < [https://bczm.ufm.br/comissaodaverdade/INQU%20C3%89RITOS%20\(CAIXA%2006\)/INQU%20C3%89RIT%20DO%20RESTAURANTE%20UNIVERSIT%20C3%81RIO%20-%201968/OF%20C3%8DCIOS/Of%20C3%ADcio532-1968MagReitorOnofreLopes.pdf](https://bczm.ufm.br/comissaodaverdade/INQU%20C3%89RITOS%20(CAIXA%2006)/INQU%20C3%89RIT%20DO%20RESTAURANTE%20UNIVERSIT%20C3%81RIO%20-%201968/OF%20C3%8DCIOS/Of%20C3%ADcio532-1968MagReitorOnofreLopes.pdf) >. Acessado em 04 de julho de 2021.

⁵⁷ Os estudantes indiciados foram: Ivaldo Caetano de Monteiro, Jaime Ariston de Araújo Sobrinho, Gileno Guanabara de Souza, Emmanuel Bezerra dos Santos, José Rocha Filho, Kerginaldo Rocha, José Bezerra Marinho, José Maria Ruivo, Iaperi Soares de Araújo, Francisco Orniundo Fernandes, João Bosco Araújo Teixeira, João Gualberto Cunha Aguiar e Cezildo Câmara.

⁵⁸ Os chamados padres redentoristas são aqueles que integram a Congregação do Santíssimo Redentor. A característica fundamental dessa organização religiosa é o trabalho missionário, pautado na caridade, feito junto às populações mais pobres.

evangelho” (LEMOS, 1 dez. 1968, p. 5). Os padres buscavam, principalmente, converter a juventude. Para isso, apostavam na estratégia de promover eventos de lazer dentro da Paróquia, transformando-a em “verdadeiros salões de festa”, e executar mutirões de assistência social para as populações pobres da cidade. Os trabalhos desenvolvidos pelos padres renderam-lhes o epíteto de “verdadeiros revolucionários”, responsáveis por oferecer uma “nova fisionomia da igreja para o natalense” (Ibidem).

Essa atuação dos padres redentoristas integra um contexto mais amplo da experiência do catolicismo no Brasil. Como destaca Emanuelle Kopanyshyn (2015), a atuação da Igreja Católica não pode ser compreendida como um bloco homogêneo. Algumas ordens, como Dominicanos e Redentoristas, destacaram-se na defesa dos direitos civis e sociais durante a ditadura militar, enquanto outros grupos, como os Maristas, mantiveram-se numa relação de apoio aos governos ditatoriais. No entanto, a maioria dos clérigos que se opunham à ditadura não integrava os grupos revolucionários, oferecendo a estes somente apoios pontuais quando necessário. As ações de combate preferidas por essa parcela da Igreja diziam respeito a campanhas internacionais, notas públicas e denúncias pastorais. As ações dos padres em Natal devem ser entendidas, portanto, nessa chave mais ampla de atuação clerical, em defesa da vida dos militantes.

As manifestações de ruas cessaram no ano de 1968 com a edição do Ato Institucional número 5, o qual representa, para os militantes, o endurecimento da ditadura e a impossibilidade de realizar qualquer protesto na legalidade.⁵⁹ Após esse decreto, as lideranças estudantis de Natal foram presas ou tiveram que sair da cidade. Entre os militantes que foram presos, destacam-se Emanuel Bezerra, Ivaldo Caetano, Jaime Ariston e Sezildo Câmara. Esses personagens foram responsáveis por embalar a luta durante o ano de 1968 e pertenciam a organizações políticas clandestinas, principalmente ao PCBR ou ao Partido Comunista Revolucionário (PCR), os dois partidos revolucionários de maior expressão no Rio Grande do Norte. A maior divergência teórica que os distinguiu dizia respeito às bases que fundamentavam a luta armada. O PCR surgiu em 1966, a partir de uma dissidência interna no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O seu plano era promover uma revolução socialista partindo do campo para os centros urbanos, tal qual estipulava o modelo da Guerra Popular Prolongada. O partido estimava a região Nordeste do Brasil como palco

⁵⁹ Luciano Almeida, por exemplo, se refere ao AI-5 como “fechamento total da ditadura”. ALMEIDA, Luciano. Entrevista concedida ao autor. Vídeo chamada via Whatsa pp, 23/04/2021.

prioritário da luta, merecendo o foco total das ações.⁶⁰ O PCBR, por sua vez, defendia ações armadas pontuais de grupos guerrilheiros em zonas urbanas, inspirando-se, sobretudo, no exemplo da revolução cubana (VECHIA, 2005). No entanto, essas divergências teóricas não eram barreiras intransponíveis entre os militantes das duas organizações. Em Natal, por exemplo, as ações promovidas durante o ano de 1968 contavam com a participação dos militantes de ambos os partidos.

Luciano Almeida e Juliano Siqueira, então dirigentes do PCBR em Natal, foram obrigados a deixar a cidade para não serem presos. Ambos se mudaram, no início do ano de 1969, para Recife e se integraram ao diretório do Partido em Pernambuco. Rubens permaneceu em Natal, dentro da legalidade, mas começou a sofrer as primeiras perseguições.

Após o ano de 1969, segundo Luciano Almeida, o comitê dirigente do Partido em Natal passou a ser formado por Rubens Lemos, Paulo Silva Pontes e Silvério Gomes (Entrevista Luciano Almeida, 25 mai. 2021). A partir de 1969, Luciano não ficou mais sabendo a fundo sobre as ações do Partido em Natal. É certo que a repressão se intensificou e as atividades se tornaram ainda mais discretas. Isso porque, na cidade, não houve ações armadas de nenhum partido. O território mais próximo ao RN onde isso acontecia era a cidade de Recife e nenhuns dos entrevistados recordaram a participação de Rubens em investidas dessa natureza.

Segundo Lucia Reale, antes de 1969, a polícia invadiu a casa da família algumas vezes a procura de material “suspeito”. Em uma dessas invasões, Maria Helena, esposa de Rubens, sofreu agressões físicas, mesmo estando grávida do terceiro filho do casal, Fabio Reale Lemos. Os policiais ainda não pouparam as crianças Lúcia e Marcos de violência: puxões de cabelo, xingamentos e empurrões deram tom da ação policial. A filha de Rubens também lembra que aconteciam na casa da família algumas reuniões clandestinas (Entrevista Lucia Reale Lemos, 24 de maio de 2022).

Rubens até tentava proteger Maria Helena dessas situações. Para tanto, não compartilhava informações nem detalhes sobre sua militância política. No entanto, não havia fronteiras muito bem definidas entre o ambiente “privado” familiar da casa de Rubens e a sua militância política “pública”. Esses dois planos confundiam-se permanentemente. Antes de sair de Londrina, ele havia prometido aos seus sogros que cuidaria da sua filha, e certamente buscava honrar a promessa. Comunicava-se por meio

⁶⁰ Para saber mais sobre o PCR, consultar: CANUTO (2016).

de cartas com Guilhermina e Ângelo para atestar que tudo estava bem. Em uma dessas comunicações, Rubens enviou a seguinte foto para os avós de Lucia e Marcos:

Imagem 7 – Lucia Reale Lemos e Marcos Reale Lemos, em 1967.



Fonte: acervo pessoal de Lucia Reale Lemos.

Atrás da foto enviada, o seguinte recado: “para vovó Guilhermina e o vovô Angelo, a pose bonita da dupla do barulho: Marcos e Lucinha” (IMAGEM LUCIA E MARCOS, 1967). Mais do que uma lembrança para os avós a respeito dos netos, Rubens buscava, com a foto, indicar que as coisas andavam bem no Rio Grande do Norte.

Segundo o depoimento de Lucia (Entrevista Lucia Reale Lemos, 24 mai. 2022), Maria Helena não estava tão contente com a vida em Natal. Ela não aceitava a atividade política do marido. Brigava constantemente com ele por causa das ausências em casa e do tempo que ele despendia nas atividades do Partido. Conforme o relato de Lucia, seus pais discutiam intensamente. Algumas vezes, quando Rubens se atrasava para a janta, panelas eram arremessadas pela janela de casa. A situação familiar não era fácil, muito menos o era a situação política do Brasil para os militantes da época. Ainda conforme a filha de Rubens, em 1969, Rubens sugeriu a Maria Helena que ela voltasse com os filhos do casal para o Paraná. Ele disse que lá era o canto mais seguro para ela e o

restante da família. Maria Helena se mudou novamente para o sul, levando Lucia, Marcos e Fabio, o filho recém-nascido do casal. O personagem se comprometeu em visitá-los constantemente e trazê-los novamente para o Rio Grande do Norte quando as coisas se acalmassem. Até então, permaneceriam juntos, mas morando em cidades diferentes..

A atuação política de Rubens no PCBR não é muito comentada pela família ou pelos amigos do personagem, seja por desconhecimento ou por desconforto. Lucia relembra algumas situações pontuais, como a invasão a sua casa e as reuniões na residência da família.

O nome mais indicado por amigos de partido e por familiares para falar a respeito da relação de Rubens com a militância foi o de Aldemir Lemos, sobrinho do personagem. Quando era perguntado sobre algo da trajetória política de Rubens e o(a) entrevistado(a) não sabia responder, o nome de Aldemir era invocado como autoridade no assunto. Por exemplo, ao ser indagada sobre o envolvimento de Rubens com grupos clandestinos nos anos 1960, Miriam respondeu da seguinte maneira: “Não sei mesmo disso. Sei que tem meu sobrinho Aldemir Lemos que foi contemporâneo dele que sabe contar. Ele também foi envolvido nessa política aí” (Entrevista Miriam Lemos Farias, 20 fev. 2020). Aldemir foi citado no primeiro capítulo desse trabalho, pois também estudou no Colégio Presbiteriano XV de Novembro com Rubens. Ambos nasceram no mesmo ano e mantiveram uma relação muito próxima.

Nesse sentido, Aldemir Lemos é um personagem fundamental para entendermos a “memória enquadrada” (POLLAK, 1989) a respeito da militância de Rubens. Durante os anos 1960 e 1970, o primeiro era simpatizante do PCBR e prestava apoio aos militantes do Partido em Natal. Quando preciso, ele se dispunha a transportar algum integrante da organização em seu carro ou até mesmo hospedar algum revolucionário em sua casa. Segundo Aldemir, as ações do PCBR, durante os anos de 1969 e 1970, em Natal, eram muito discretas. Limitavam-se à distribuição de panfletos condenando a ditadura e a realização de reuniões para fazer análises coletivas sobre a conjuntura. Ele confirma que Rubens, como dirigente do Partido em Natal, participava e coordenava essas ações. Uma ação específica é recordada por Aldemir. Trata-se de uma distribuição de panfletos feita por ele e por Rubens durante a final do campeonato estadual de futebol entre os times ABC F.C e Alecrim F.C. Diz Aldemir que os dois se encontraram durante o intervalo da partida e espalharam panfletos pelo estádio de futebol Juvenal Lamartine, onde a partida estava sendo disputada. Rubens, por ser bastante conhecido

no meio futebolístico, acabou chamando muita atenção no início, mas soube se desvencilhar do público. O conteúdo dos panfletos não é recordado pelo depoente, mas ele afirma que foram textos produzidos pelo comitê nacional do PCBR. Além dessas ações, Aldemir recorda que Rubens utilizava frequentemente seu programa na Rádio *Poti* para condenar as ações da ditadura (Entrevista Aldemir Lemos, 31 mai. 2021).

A referência aos protestos de Rubens em seu programa não é feita somente por Aldemir. A irmã do personagem, Miriam, e o jornalista Vicente Serejo também citaram o hábito cultivado por Rubens de denunciar as desigualdades sociais no país e o autoritarismo da ditadura militar durante seu programa na Rádio *Poti*. Ambos se lembram, especificamente, que ao final de cada programa Rubens costumava fazer uma ironia afirmando que amanhã estaria de volta, caso deixassem.⁶¹

A despeito desses protestos públicos que costumava fazer durante seu programa, Rubens é lembrado como um militante muito discreto por seus familiares. Miriam, por exemplo, disse:

Ele era sempre muito discreto. Eu mesma não sabia dessa aproximação que ele tinha com os grupos políticos radicais. Não sabia de detalhes, não sabia de nada. Sabia só que ele se envolvia as vezes com grupos, mas não sabia que ele era militante mesmo nos anos 1960/1970. Fui saber só quando ele caiu na ilegalidade (Entrevista Miriam Lemos Farias, 20 fev. 2020).

Isso demonstra que Rubens não era um ‘louquinho’ revolucionário, como alguns retratos memorialísticos representam todos aqueles que se engajaram em partidos que apostaram na transformação radical da sociedade capitalista pela via da luta armada⁶². Afinal, ele tomava muito cuidado com suas ações e não envolvia seus familiares.

No entanto, tal cuidado e cautela parecem ter sido postos à prova algumas vezes. Marcelo Mario de Melo, ex-dirigente zonal da região nordeste do PCBR, conta que, na primeira vez que viu Rubens, ele estava bastante exaltado com a possibilidade de partir para a guerrilha rural, isso porque foi repassada uma informação equivocada de que o Partido estava recrutando militantes para começar imediatamente uma guerra no campo. Assim disse Marcelo sobre esse primeiro encontro:

Quando chego lá no Rio Grande do Norte, Rubens Lemos está com mais de mil: ‘eu não aguento mais essa vida pequeno burguesa, não sei o que, eu quero ir para guerrilha, parapapa’. Com minha experiência, que eu sempre tive um perfil meio freudiano, psicológico

⁶¹ A ditadura militar – Entrevista com Vicente Serejo. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LI0BpFccuU0&t=359s>>. Acesso em 17/06/2021.

⁶² Duas narrativas memorialísticas, em especial, contribuem nesse sentido. São elas: GUARANY (1984) e GABEIRA (1979)

das coisas, achei alguma coisa meio exagerada naquilo. Aí, quando passou a reunião, falei ‘rapaz, esse companheiro está passando por algum problema?’, aí Rubens Lemos tinha se separado da mulher dele e começou a namorar com uma menina mais nova do que ele, ligada à elite política, e ele estava meio... aquele negócio apareceu como uma certa evasão para mim, entendeu? (Entrevista Marcelo Mario Melo, 07 abri. 2021)

Segundo o depoimento de Marcelo, a oportunidade de se juntar à guerrilha apareceu a Rubens como uma possibilidade de fuga e resolução dos entraves amorosos. Em 1969, Rubens começou a se relacionar com Isolda Melo, uma mulher que pertencia à classe média, filha de engenheiro agrônomo e de uma funcionária pública e com os estudos de primeiro grau completos no colégio religioso de Natal. Isolda, diferentemente de Rubens, não estava envolvida em nenhum grupo político e não frequentava os espaços de militância. Essa situação amorosa era incomum nos grupos clandestinos. O mais corriqueiro na vida amorosa dos militantes era o relacionamento entre companheiros de luta, e, preferencialmente, do mesmo partido. Segundo Benito Schmidt, isso acontecia porque “as afinidades políticas se mesclavam com laços afetivos e familiares no cotidiano da militância” (SCHMIDT, 2017, p. 156). A vida política, relacionada comumente à esfera pública, e a vida familiar, associada geralmente à privacidade, eram interseccionadas pelas condições impostas pela militância (GARCIA, 2011).

Após voltarem ao Paraná, as vidas de Lucia, Marcos e Fábio continuaram e eles passaram três anos sem contato com Rubens. No entanto, mesmo sem proximidade, o fato de serem “filhos de militante de esquerda” deixou consequências existenciais profundas. Lucia (Entrevista Lucia Reale Lemos, 24 de mai. 2022) conta que quando ela e seus irmãos eram crianças os demais colegas de turma não se aproximavam deles por causa disso. Além disso, para resguardar a integridade da família, não podiam dar informações sobre o pai aos amigos. A vida de cada filho e a relação com a militância da figura paterna daria por si estudos complexos que permitiriam acessar, por exemplo, os significados sociais de ser descendente de militantes de esquerda, no contexto das ditaduras militares do CONSEUL (VARGAS, 2018). Por causa dos limites desse trabalho, não será possível realizar essa discussão. Além dos filhos, Maria Helena foi fortemente afetada pela falta de notícias sobre Rubens e pelas incertezas em torno da relação dos dois, desenvolvendo, por isso, quadros de forte sofrimento e angústia psíquica.

Portanto, o “término” de uma relação e o início de outra é um tema sensível para os familiares envolvidos, pois traz à tona, novamente, o assunto dos silenciamentos e esquecimentos. E a partir do ano de 1969, do ponto de vista das relações afetivas, Rubens teve que lidar com o fim do vínculo amoroso com a primeira esposa. Até o ano de 1977, quando houve a aprovação da Lei do Divórcio, quem casava permanecia com o vínculo jurídico para o resto da vida. O “desquite” era a solução momentânea e interrompia os deveres conjugais, caso não houvesse possibilidade de convivência do casal. Nesse sentido, o fim de um relacionamento era um assunto delicado para o indivíduo e para a própria sociedade brasileira católica, que compreendia o matrimônio como compromisso firmado perante Deus.

Já que Rubens e Isolda não se conheceram na militância, então, como um tomou conhecimento de outro? Isolda conta da seguinte maneira o início dessa relação:

Eu fiquei noiva dos 14 anos até os 21 anos [...] Quando acabou o noivado, eu comecei a viver, comecei a sair, a dançar, o [clube social do] América, que estava no auge, chamava a Babilônia da [avenida] Rodrigues Alves [...] Ia para toda festa lá [...] Eu conheci Rubens namorando com um rapaz que frequentava o clube. Eu comecei a escutar Rubens no programa que ele tinha de música popular brasileira e também o negócio de futebol, que ele era comentarista, e perguntei ao rapaz se ele conhecia Rubens, aí ele disse “sei quem é, é um loiro, baixinho”. Aí eu fiquei louca para conhecer, não conhecia. Quando uma vez escutando o rádio eu disse “vou me casar com esse homem”. Todas as músicas que ele botava eram do meu gosto, gostava muito (Entrevista Isolda Carneiro Melo, 6 dez. 2004).

Essa fala de Isolda foi retirada da sua entrevista à Fundação Joaquim Nabuco, dada em 2004 no âmbito do projeto “Preservação da memória dos presos políticos e anistiados da ditadura militar de 1964”.⁶³ Vale a pena destacar três elementos do trecho acima. Primeiro, Rubens se fazia presente no cotidiano dos natalenses. Tal presença não era necessariamente física, mas sentida sonoramente e visualmente por meio da participação do personagem na imprensa local. Segundo, a importância da sede social do América como um lugar de sociabilidade frequentado pelos jovens da cidade. Terceiro, a vida de Rubens não se restringia à atividade política. Mesmo sendo militante, ele mantinha outras relações afetivas e profissionais desvinculadas do partido.

Nesse momento, Isolda não sabia que essa aproximação com Rubens marcaria o início de uma relação amorosa entre os dois. Ela também não tinha condições de prever

⁶³ Consultar a lista de todos os projetos de História Oral da Fundação Joaquim Nabuco no seguinte link: < https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dimeca-1/acervo/historia-oral-1/catalogo_historia_oral.pdf > Acesso em 20 de maio de 2022.

as consequências que essa união teria para o resto da sua vida – tais como a interrupção dos estudos, mudanças de planos profissionais e rompimento familiar. Mesmo assim, a sua própria agência durante a construção da relação é algo a destacar, pois evidencia comportamentos que ela manteve dentro dos limites impostos pelos marcadores sociais que impactavam sua existência, como raça e classe.

Isolda continua seu depoimento falando a respeito do início do vínculo entre os dois:

Então eu comecei a telefonar para ele dizendo que era Ângela, me chamava de Ângela. Ele dizia “não, eu tenho que conhecer você, Ângela, e eu sei que seu nome não é Ângela não”. Eu disse “então, você vá lá na igreja de Santa Terezinha” – porque eu morava perto dessa igreja e a gente se conheceu. Aí pronto, eu pensei que era só conhecer, mas ele disse “até amanhã”. Eu disse “mas meu Deus do céu, eu pensava que era só para conhecer”. Aí pronto, a gente começou a namorar. (Ibidem)

Mais do que notoriedade, Rubens provavelmente ganhou também fãs na cidade de Natal por causa de seu carisma. O início da relação com Isolda indica a repercussão que sua atuação na rádio podia causar. Até então, Isolda levava uma vida diferente da de Rubens. Ela não tinha tido contato próximo com a repressão da ditadura ou com a vida clandestina para a qual muitos (as) tiveram de recorrer. Nesse sentido, o regime perpetrado a partir de 1964 não alterou significativamente o cotidiano da jovem que só queria se divertir nas noites natalenses.

Marcelo Mário Melo, ex-militante do PCBR, enxergava a situação de Rubens da seguinte maneira:

Rubens já um radialista famoso em Natal e atuava escondido. Ele tinha a vida legal dele. E estava com esse nó cego amoroso. Ele era casado com uma menina mais nova, e víamos que ela pertencia a uma família de elite, e ele estava num nó complicado. E ele querendo ir para a guerrilha, para a luta armada e tal como uma forma de resolver esses problemas. (Entrevista Marcelo Mario Melo, 07 abri. 2021).

Esse depoimento de Marcelo incita duas questões principais. A primeira diz respeito à potencialidade da história oral como um método que possibilita acessar a subjetividade dos indivíduos, ou, conforme Anne McClintock, “a vida instável do inconsciente; as deformações, evasões, repressões da memória, do desejo, da projeção, trauma, inveja, raiva, prazer” (MCCLINTOCK, 2010, p. 450). Nos trechos destacados anteriormente, é possível identificar um Rubens profundamente angustiado. Provavelmente, quase nenhuma família cristã e conservadora de classe média gostaria

de ver sua filha envolvida com um homem como ele: mais velho, que já havia tido um relacionamento conjugal e inserido na militância de esquerda e na boemia. A fuga para a guerrilha no campo aparece nessa ocasião como um escape para que o personagem fugisse dos dilemas amorosos e existenciais.

Em segundo lugar, o depoimento revela nitidamente como diversas questões que compõem a existência do indivíduo se somam e se chocam em um único momento. A vida amorosa de Rubens não é apartada da sua militância política. Elas convergem e colidem em determinadas ocasiões. Nesse caso, há um choque frontal entre a militância e a paixão cultivada por ele. Quanto a essas diversas questões que incidem sobre a vida de um militante, as ideias de Marco Aurélio Garcia são precisas:

[...] a militância, por mais disciplinada que fosse – e sabe-se como esse aspecto teve importância –, não é o resultado da ação de autômatos, de indivíduos abstratos que atuam mecanicamente em função de sua “consciência de classe”, ou das diretrizes políticas que emanam do partido, tudo isso dentro de um determinado contexto político nacional e internacional. Os militantes são pessoas concretas, homens e... mulheres, portadoras de valores éticos, de convicções políticas, de influências religiosas e refletem, no seu cotidiano, sua formação cultural, seus antecedentes familiares e um conjunto de “determinações” que incidem na forma pela qual “aplicarão” a “linha” do partido na sociedade (GARCIA, 2011, p. 322).

Dessa forma, as relações amorosas, crenças, leituras, canções, afetos e desafetos são elementos que ajudam a compreender a atividade de militância política do personagem. A militância não está, portanto, deslocada das outras áreas da vida de Rubens. Certamente, o fato dele se relacionar afetivamente com uma pessoa que não estava envolvida na luta revolucionária, e, mais do que isso, que era vista por seus pares de luta como pertencente a uma família incompatível com as lutas políticas do grupo, pode ter provocado, no mínimo, suspeições e estranhamentos entre os seus colegas de Partido.

Em 1969, Rubens passou a sofrer perseguições políticas mais intensas. Segundo Isolda, nesse período:

Rubens era muito perseguido, aí disseram a ele que ele tinha um programa [que] era contra demais a ditadura, ao Governo, tudinho [...] Um amigo dele, que tinha muita amizade com esse povo de direita, disse: “olha, Rubens, se eu fosse você ia embora”, em 1969. Aí ele foi para Recife e ficou trabalhando no Diário de Pernambuco (Entrevista Isolda Carneiro Melo, 6 dez. 2004).

A mudança profissional de Rubens para o *Diário de Pernambuco* teve motivações políticas diretas. E no meio de tantos dilemas amorosos e perseguições políticas, ele soube, em Recife, que Isolda estava grávida do primeiro filho do casal, Rubens Lemos Filho. Mudanças repentinas foram, então, entrecruzadas por vários elementos da trajetória do personagem.

As perseguições a Rubens em 1969 o empurraram para a situação de clandestinidade. A fim de falar sobre esse momento, buscou-se primeiramente um conjunto de reportagens publicadas pelo jornal *Diário de Natal*, na qual ele relata sua experiência sobre o “duro período ditatorial, mais precisamente entre 1968 e 1973”, período esse marcado pela experiência da clandestinidade (LEMOS, 1 abril 2004, p. 1). O relato de Rubens foi publicado cinco anos após sua morte, na ocasião do “aniversário” de quarenta anos do golpe no Brasil. Os relatos compunham um livro de memórias, nunca terminado. Depois de seu falecimento, a família decidiu torná-los públicos e disponibilizou-os ao *Diário de Natal* para que fossem publicados.

Rubens denomina o período que passou na clandestinidade como a “realidade das sombras” (LEMOS, 1 abril de 2004, p. 1). A metáfora mobilizada por ele para caracterizar esse duro momento da sua trajetória sugere uma vida oculta, uma existência que não poderia ser notada. Como sugere Marco Aurélio Garcia, tratando das militantes revolucionárias no período da ditadura:

A clandestinidade representa igualmente uma crise de identidade. Não só porque as militantes têm de assumir uma identidade fictícia - nomes e profissões falsas e uma história de vida inventada – como porque devem romper com os múltiplos laços que as prendiam à vida pregressa, fossem familiares, afetivos e até mesmo amorosos (GARCIA, 2011, p. 327).

As circunstâncias e condições que fizeram Rubens ser jogado para clandestinidade são incertas. Ele descreve da seguinte maneira esse momento:

O último gesto ousado de resistência que eu tive naquele momento, através do rádio, [foi] quando eu disse numa coluna, depois de colocar no penúltimo programa [...] um compacto de Martinho da Vila chamado Pequeno Burguês, e que falava de coisas que nunca tinham sido faladas através do samba, naquele período, naquele momento, da ditadura em pleno vigor no país. Martinho da Vila, que fora sargento do Exército, e eu cáí, não digo na tolice, mas cometi [dá uma gargalhada] o gesto ousado, e escrevi: “felizmente, Martinho da Vila acordou a tempo, trocou a farda pelo samba”. Quer dizer, isso mexeu com muita gente, e muita denúncia começou a ocorrer, quando de repente, pouco tempo depois, terminei me vendo na clandestinidade, sendo denunciado (Entrevista Rubens Lemos, 1998).

Para Isolda, as acusações que fizeram o companheiro ser jogado na clandestinidade eram as seguintes:

Ele falava muito do governo, nos programas dele, ele metia o pau no governo, tinha amizade com pessoa estudantil, os estudantes que tinham, universitários, e faziam movimentos no restaurante, eu acho que ele orientava esses meninos (Entrevista Isolda Carneiro Melo, 6 dez. 2004).

Rubens utiliza o termo “resistência” para dar sentido a sua entrada na clandestinidade. Ou seja, ele teria sido “perseguido” porque “resistiu” à ditadura, através da sua atuação no rádio. Segundo Daniel Aarão Reis Filho (2014), a noção de resistência passou se tornou frequente na fala dos militantes, principalmente, a partir do final dos anos 1970, no momento que tomavam corpo as campanhas pela anistia. Nesse período, houve um “deslocamento de sentido”: as organizações revolucionárias e seus respectivos militantes deixaram de enfatizar a superação do capitalismo e a implementação do socialismo para apontar a busca por uma resistência democrática como o principal motivo da luta armada, durante a ditadura. Essa interpretação é interessante para pensar as fronteiras que separam a história e a memória.

No entanto, é fundamental que essas elaborações memorialísticas dos (as) ex-revolucionários (as) sejam situadas no interior de um contexto de disputas pelo passado. Como toda visão retrospectiva, tais formulações foram feitas no afã dos debates do presente. As memórias de Rubens foram produzidas especificamente no momento em que o país passava por uma transição democrática pelo alto. Dessa forma, o que Aarão Reis denomina “deslocamentos de sentido” são produtos de lutas e conflitos. Além disso, vale mencionar, as memórias de pessoas que foram empurradas para a clandestinidade, como as do próprio Rubens, são bastante heterogêneas entre si. Segundo Rodrigo Pereira de Souza isso se deve “à ausência de uma articulação entre os ex-presos políticos após a prisão, impedindo a elaboração de uma memória coletiva, mesmo que marginal, acerca daquelas experiências” (SOUZA, 2020, p. 185).

A entrada forçada de Rubens na clandestinidade se deu em um momento de sucessivas quedas e baixas nos partidos e organizações de esquerda. Marcelo Mário de Melo recorda que durante o ano de 1970 diversos companheiros de militância foram presos e/ou assassinatos. Segundo ele,

1970 foi o ano das quedas. Muita queda. Queda à vontade. Chico de Assis⁶⁴ e Nancy Mangabeira Unguer e Vera⁶⁵ foram pegos aqui. Foi tudo em 1970. Foi uma devassa aqui no Nordeste. Prenderam gente à vontade. No Ceará, em Natal, na Bahia. [...] Eu saio daqui e deixo o comitê regional e depois tenho que voltar para montar outro. (Entrevista Marcelo Mario Melo, 7 abri. 2021)

Além dessas quedas, citadas por Marcelo, durante o ano de 1970, o comitê central do PCBR sofreu sérias baixas, como, por exemplo, a prisão de Apolônio de Carvalho⁶⁶ e o assassinato de Mario Alves⁶⁷. Essas quedas desestruturaram mais ainda o Partido. Marcelo recorda que, após essas baixas no comitê central, os militantes que sobraram saíram de suas cidades e passaram a morar em outras. Marcelo, por exemplo, passou a viver em cidades do Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, até precisar voltar a Recife durante o final de 1970, após novas prisões que desarticularam totalmente o comitê regional do PCBR no Nordeste.

Portanto, a entrada de Rubens na clandestinidade está inserida nessa onda de quedas que abateu duramente o PCBR naquele momento. Em um documento produzido pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), em 1971, é possível constatar que Rubens se tornou procurado pela polícia política. Assim diz o documento:

RML FOI RELACIONADO EM 1969, NO PLANO DE OPERAÇÃO GAIOLA DA INFANTARIA DIVISIONARIA DA SETIMA DIVISÃO DE INFANTARIA, POR SUSPEITAS DE LIGAÇÕES COM GRUPOS SUBVERSIVOS ATUANDO NA AREA. INDÍCIOS LEVAM A CRER QUE SERIA O ELEMENTO TELES, MENCIONADO POR ATIVISTAS DO PCBR EM NATAL RN. EM NOV 70, FOI SOLICITADA SUA CAPTURA PARA AVERIGUAÇÕES NA OCASIÃO SE ENCONTRAVA EM MOSSORO RN, ACOMPANHANDO POLITICOS DO MDB, EM CUJA ORGANIZAÇÃO ERA PLANEJADOR E ORIENTADOR DE COMICIOS. HA SÚSPEITAS DE QUE MANTINHA LIGAÇÕES COM GRUPO TERRORISTA PRESO EM PIRANGI DO SUL, EM ABR 71 (OPERAÇÃO GAIOLA, s.d., caixa alta no original).

⁶⁴ Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho foi ex-militante do PCBR em Recife, preso em julho de 1970 na mesma cidade.

⁶⁵ Nancy Mangabeira Unger e Vera Maria Rocha Pereira eram militantes do PCBR e foram presas na mesma ocasião, em 1970, após a descoberta do aparelho onde as duas moravam em Recife.

⁶⁶ Apolônio de Carvalho fez parte da Aliança Nacional Libertadora, do Partido Comunista Brasileiro, do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e do Partido dos Trabalhadores. Durante a ditadura militar, foi preso em junho de 1970 e liberto em 1971 (juntamente com outros 69 presos), após o acordo estabelecido entre militantes revolucionários e governo ditatorial para o fim do sequestro do embaixador da Suíça, Giovanni Bucher.

⁶⁷ Um dos fundadores do PCBR, juntamente com Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender. Destacou-se também como militante do Partido Comunista Brasileiro entre 1938 e 1967. Foi preso no Rio de Janeiro em 1970 e desde então permanece desaparecido por responsabilidade do Estado brasileiro.

A estrutura repressiva do SNI identificou Rubens, primeiramente, como “suspeito” de manter relações com “grupos subversivos”. A sua identificação parece ter sido feita no âmbito da “Operação Gaiola”, promovida em 1969. Ao longo da ditadura, foram feitas, no mínimo, três operações dessa natureza (em 1964, 1969 e 1978), as quais consistiam em investidas repressoras em todo território nacional, a fim de dismantelar completamente os partidos revolucionários, prendendo militantes e simpatizantes. A “Operação Gaiola”, de 1969, rendeu diversas quedas em várias cidades do Brasil. A prisão de um militante revolucionário, geralmente, acarretava outra e assim sucessivamente. Todas essas estavam inseridas em uma ampla rede de perseguição política e comunicação repressora.

Rubens soube da sua queda quando estava em Mossoró, trabalhando na campanha política de Odilon Ribeiro Coutinho (MDB), político que participava da chamada “oposição legal” à ditadura. A sua participação na campanha do candidato é particularmente interessante porque, durante as eleições de 1970, o PCBR realizou, em Natal, intervenções em defesa do voto nulo. João Damasceno de Lima Neto, após ser preso pela polícia federal e interrogado no DOPS, em Natal, revelou que o referido partido promoveu uma grande ação cuja meta era espalhar, em vários pontos da cidade, folhas de ofício com quadrados desenhados e marcados por “X”, em defesa da opção de voto nulo nas eleições.⁶⁸ O PCBR tinha uma posição contundente sobre o processo eleitoral. Segundo a linha política do Partido:

em vista do emprego sistemático da violência pela minoria dominante e da agressividade do imperialismo yanque na América Latina, a vitória da revolução popular não pode ser conquistada por meio de uma revolução pacífica, da via eleitoral ou do jogo político convencional (apud SÁ; REIS, 2006, p. 172).

A não participação de Rubens na ação e o seu engajamento na campanha política do candidato mdbista revela que os militantes não seguiam passivamente as diretrizes e as ordens impostas de cima para baixo. Mesmo considerando que o cumprimento às ordens partidárias e o apreço pela hierarquia entre os militantes eram elemento primordial para a estrutura organizacional dos partidos revolucionários, os seus integrantes gozavam de livre arbítrio. Claro que a liberdade de ação é sempre comprometida e circunscrita por diversos fatores. Nesse caso, a ditadura militar, a eminência da prisão, tortura ou assassinato e o comprometimento com os demais

⁶⁸ Alguns militantes foram presos por causa dessa ação. Ver mais em: Inquérito 23. Ministério da Justiça. Disponível em: < http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=87107 > . Acesso em 04 de agosto de 2021.

parceiros de militância eram fatores que diminuían as possibilidades de escolha dos militantes.

Rubens descreveu o momento em que recebeu a notícia de que a polícia estava a sua procura da seguinte maneira:

Eu estava no interior. Saía de Acari, onde Odilon⁶⁹ tinha comício marcado. Na chamada “boca da noite”, no meio da estrada poeirenta, a kombi que me levava era interceptada por um fusca branco, que piscava as luzes. Parei e reconheci o amigo comum: [ele disse] – Rubens a situação tá ruim pro seu lado. Sua casa foi invadida em Natal, a casa de sua sogra também. Estão lhe caçando por toda parte. Há muita gente presa e você não pode voltar lá. Ajudado por Odilon e Roberto Furtado⁷⁰, consegui, assim mesmo, entrar em Natal, altas horas da noite do dia seguinte. Fiquei escondido numa praia durante quatro dias. E, na verdade, consegui romper o cerco que se estabelecera contra mim. Houve tempo de ver minha mulher (Isolda) e meu filho (Rubinho) recém-nascido [...] Rompia o cerco, caía no “oco do mundo”. (LEMOS, 2004, p.1).

Rubens, novamente, evoca a metáfora do “cerco” para relatar a situação de perseguição ditatorial a que foi submetido. Mais uma vez conseguiu passar pelo cerco, senão incólume, porque certamente ficou subjetivamente marcado, mas, pelo menos, sem ser preso. A superação deste segundo cerco inaugura um novo período na vida do personagem. Novamente, ele não sabia como seria dali para frente. Saía de Natal, deixando sua família na cidade. Só tinha a certeza de que novos desafios teriam de ser encarados. Desafios próprios de quem passava a viver nas “sombras” da clandestinidade.

Ao longo desse capítulo, discutiu-se, inicialmente, a inserção de Rubens no espaço social do jornalismo após sua mudança para o Rio Grande do Norte. Constatou-se que sua atuação nas áreas do esporte e da cultura e suas reportagens de denúncia dos problemas sociais deram a ele reconhecimento profissional e popular (entre os seus leitores e ouvintes). Para além da imprensa, Rubens viveu intensamente as noites em Natal, se fazendo presente em serestas, shows e rodas de boemias.

Essas experiências serviram como um repertório para o engajamento político do personagem ao longo da sua vida em Natal. Se, nos anos 1950, Rubens participou de

⁶⁹ Odilon Ribeiro Coutinho foi eleito deputado federal (1962-1965) pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Após o golpe de 1964, se filiou ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tentando sem êxito vaga ao senado por duas vezes (1970 e 1978). Era também proprietário de usinas de cana-de-açúcar na Paraíba.

⁷⁰ Roberto Brandão Furtado fundou o MDB no Rio Grande do Norte e foi deputado estadual durante três mandatos (1966-1970, 1974-1978, 1978-1982) pela legenda. Além disso, destacou-se como advogado de defesa de militantes norte rio-grandenses presos durante a ditadura.

manifestações que compuseram as disputas democráticas da Quarta República, a partir do ano de 1968 ele passou a integrar o PCBR. Esse vínculo com a organização revolucionária e a utilização do seu programa de rádio para realizar críticas abertas à ditadura fez com que ele entrasse na clandestinidade em 1969. A forma como a queda aconteceu revela como jornalismo e militância política andaram lado a lado ao longo da sua trajetória.

A vida de Rubens, no entanto, não se resumia as suas relações profissionais e políticas. Os anos vividos em Natal foram intensos também do ponto de vista afetivo. Em um período de cinco anos, ele rompeu sua relação amorosa com Maria Helena e praticamente perdeu o contato com ela e os três filhos do casal. Além disso, o personagem engatou uma nova união, dessa vez com Isolda Carneiro Melo, mulher que, assim como Helena, não possuía engajamento político. Essas questões se misturaram e influenciaram diretamente na atuação de Rubens na imprensa e no partido.

No próximo capítulo, serão analisadas as consequências da entrada de Rubens na clandestinidade e a sua decisão de buscar exílio no Chile. Serão discutidas dificuldades e os dilemas próprios da vida de um exilado, o cotidiano de um indivíduo nessa situação e a efervescência política vivida no Chile entre os anos de 1971 e 1973 – o que inclui examinar a formação da “via chilena para o socialismo”, a queda de Salvador Allende e a ascensão do general Pinochet ao governo do país após um golpe militar perpetrado contra um governo democraticamente instituído. Outros anos de dificuldades, esperanças e lutas na vida de Rubens.

Capítulo 3) Uma cordilheira separando lutos: a experiência de Rubens Lemos no exílio chileno

O início da experiência de Rubens no exílio começou na sua busca por sair do Brasil, mesmo estando ainda no país. A partir desse recorte, a história a ser contada nesse capítulo inicia quando da viagem do personagem a Acari, acompanhado do deputado Odilon Coutinho (MDB) e do advogado Roberto Furtado. Como dito anteriormente, foi nessa cidade que Rubens tomou conhecimento de que a polícia o procurava em Natal e que ele não poderia regressar a sua casa normalmente. Nessa ocasião, ficou evidente para ele que sua vida entrava nas margens da clandestinidade. A partir de então, passou a acionar redes de colaboração e solidariedade para despistar a polícia e conseguir deixar Brasil.

Saindo de Acari, Rubens seguiu direto para uma casa localizada em uma praia do Rio Grande do Norte. Lá, encontrou Isolda Melo e seu filho recém-nascido, Rubens Lemos Filhos, conhecido também por Rubinho. A intenção de Rubens era vê-los pela última vez antes de sair para o exílio. O jornalista passou poucos dias nesse local, até ir para a cidade de Patos, na Paraíba, onde uma irmã residia. O “cerco” – como o próprio Rubens classificou a situação – se fechava contra ele e o empurrava para fora de Natal. O próximo destino foi bastante diferente daquele pacato interior paraibano onde Rubens ficou durante um mês. O personagem se dirigiu até o Rio de Janeiro, justamente onde as tensões e pressões sobre os militantes revolucionários eram quase esmagadoras.⁷¹

Nesse momento, um caso de sequestro fazia ferver a antiga capital do Brasil. Militantes revolucionários sequestraram o embaixador suíço, Giovanni Bucher, e, em troca de sua soltura, pediam a liberação de 70 presos políticos. A ditadura não cedia e os militantes não abriam mão dos termos para a soltura. Para complicar a situação de Rubens, o primeiro contato a quem ele recorreu, seu tio Chico, irmão da sua mãe, não o aceitou em sua casa, pois não queria se envolver com nenhum “subversivo” (LEMOS, 1 abri. 2004, p. 1)

⁷¹ A reconstituição da rota das cidades por onde Rubens passou nesse momento foi feita a partir da entrevista dada por ele ao projeto MLPRN e do seu relato memorialístico sobre o momento. Referências: https://www.youtube.com/watch?v=LKb894EuEk&ab_channel=RobertoMonte (Acesso em 18 de janeiro de 2022); Dos sertões de Pixoré para o Chile de Allende, *Diário de Natal*, 1 de abril de 2004, p. 16

Diante da recusa, o responsável por acolher Rubens Lemos no Rio de Janeiro, em um primeiro momento, foi o poeta potiguar Ney Leandro de Castro⁷². O literato forneceu abrigo e pequenas somas de dinheiro para o jornalista, mas nada que garantisse tranquilidade. A situação piorava e o cerco se fechava sobre ele. Uma fotografia do militante potiguar Gercino Saraiva ao lado dos militares estampava vários jornais, em um emblemático caso de “arrependimento” público⁷³. Rubens, que era conterrâneo de Gercino, provavelmente se sentia receoso: será que o outrora companheiro de luta o havia delatado?

Rubens teve que sair rapidamente do apartamento onde estava no Rio de Janeiro, pois denunciaram ao síndico do prédio que ele era um comunista procurado pela polícia⁷⁴. A pressa para sair do país, provavelmente, o consumia, mas faltava-lhe dinheiro. Na busca por conseguir a quantia necessária, o jornalista potiguar encontrou-se com Erivan França, tio de Isolda Melo, e deputado suplente pela ARENA da vaga de Aluizio Alves (cassado em 1970).

Com dinheiro em mãos, Rubens seguiu para São Paulo. Lá, foi até a casa de Tia Neném, irmã da sua mãe. Diferente de quando encontrou seu Tio Chico, Rubens pôde contar com a acolhida da tia, que lhe ofereceu abrigo enquanto o plano para sair do país concretizava-se. No final de março de 1971, Rubens partiu para o exílio. A ocasião encontrada para a viagem foi um jogo de futebol a ser disputado no dia dois daquele mês entre Palmeiras e Nacional do Uruguai, pelo Torneio Libertadores da América. A viagem foi organizada por um amigo de Rubens dos tempos do *Diário de Natal*, a quem ele chama de “Fabiano” para preservar sua identidade (LEMOS, 2 abril. 2004, p. 2). O jornalista e militante revolucionário vestiu as roupas de torcedor do Palmeiras Futebol Clube e foi de ônibus, junto a outros torcedores, até Montevideo, onde o time paulista disputaria o jogo decisivo pela Libertadores. Curioso que novamente o futebol aparece na vida do personagem, mas dessa vez proporcionando a situação oportuna para que ele pudesse sair do país, e, assim preservar sua vida.

⁷² Ney Leandro de Castro (30/05/1940) nasceu na cidade de Caicó, no estado do Rio Grande do Norte. É poeta, literato e publicitário. Alguns dos livros publicados por ele são: *As pejejas de Ojuara* (1986, 2 ed.), *Era uma vez Eros* (1993) e *Romance da cidade de Natal* (2004). Em 1964, foi preso durante o Inquérito Policial Militar (IPM) no Rio Grande do Norte. Mora no Rio de Janeiro desde 1968.

⁷³ José Gerciso Saraiva Maia nasceu no Rio Grande do Norte e atuou no PCBR durante o final dos anos 1960. Após ser preso, em 1971, aceitou prestar declarações públicas de arrependimento por ter feito parte da organização revolucionária. A declaração foi concedida em formato de entrevista prestada aos militares, sendo transmitida por emissoras de rádio e televisão e divulgadas por todo Brasil. Para ver mais sobre casos de “arrepimentos públicos” de militantes, consultar: GASPAROTTO, 2008:

⁷⁴ Informação concedida por Isolda Melo na sua entrevista à Fundação Joaquim Nabuco.

Assim Rubens conseguiu atravessar a fronteira, contando com a ajuda de colegas e familiares e confiando em uma rede de solidariedade formada por parceiros de profissão, políticos de Natal e parentes. Uma vez fora do território brasileiro, a nova luta era para chegar até o Chile, o destino final.

Já em solo uruguaio, o contato imediato para quem Rubens recorreu foi o também potiguar exilado Djalma Maranhão. Conforme foi discutido ao longo do capítulo dois, Djalma foi prefeito de Natal, não integrava nenhum grupo revolucionário e foi expulso do Brasil após o golpe de 1964 por causa de sua ligação com o presidente João Goulart e com os grupos trabalhistas e comunistas. No exílio, Djalma cumpria uma missão importante, pois era o responsável por receber e vender os jornais dos principais veículos de imprensa brasileiros no Uruguai.⁷⁵ Provavelmente, não era muito difícil saber informações sobre o paradeiro do ex-prefeito. O encontro entre Rubens e Djalma aconteceu em um café de Montevideo, onde este passava costumeiramente suas tardes. Rubens relatou esse momento da seguinte maneira:

Foi num café, numa praça ampla lá em Montevideo. Lá estava ele, um homem tão simples. E quando eu me apresentei, me declarei, dizendo “prefeito Djalma Maranhão, meu nome é Rubens Lemos, eu sou jornalista, sou do Rio Grande do Norte, estou procurando asilo político”, ele não se preocupou em saber se eu era policial ou não, alguma coisa, já foi perguntando pela praia da Redinha, já foi pedindo notícias sobre todo mundo, pedindo informações sobre a festa do caju e tal. Depois, senti o impacto quando chegava alguém do Rio Grande do Norte, Djalma acho que transfigurava, ele mergulhava nas escolas De Pé No Chão, mergulhava nas Rocas, isso eu senti claramente, era um homem que amava sua terra, sua gente, seu povo da forma mais pura (Entrevista Rubens Lemos, 1998)

A identidade profissional e o vínculo com a cidade Natal foram mobilizados por Rubens como “credenciais” para se apresentar ao ex-prefeito. Segundo o depoimento citado, Djalma estava particularmente interessado em saber informações sobre a capital potiguar e, nessa situação, o jornalista perseguido provavelmente serviu como um interlocutor importante para aproximar o ex-prefeito da sua cidade, mesmo que distantes fisicamente dela. Em um cenário marcado pela perda dos referenciais espaciais, como o do exílio, partilhar relações afetivas com a mesma cidade e com amigos em comum pode contribuir para o estreitamento de laços de amizade. Isso possivelmente explica a

⁷⁵ Informação dada pelo relatório do SNI/AC CENIMAR 2.a Sec/EMA DSI/MRE CISA, 28.07.1971, sobre Djalma. Consultar em: < <http://www.dhnet.org.br/djalma/monitoramento.htm> > Acesso em 09/02/22.

simpatia de Djalma por Rubens, que o apresentou posteriormente a seus amigos exilados no Uruguai e contribuiu financeiramente para a ida de Rubens ao Chile.

Outro encontro marcante para Rubens no Uruguai se deu com o ex-presidente João Goulart. A citação a seguir sobre o momento foi retirada do depoimento que Rubens deu ao Projeto Memória das Lutas Populares no Rio Grande do Norte:

Chego no restaurante, e vejo aquela figura com um blusão de frio. Eu penso que a dimensão que a gente tem do homem do poder ou chefe do governo, são aquelas figuras incomensuráveis, e Jango já me espantou no contato direto, próximo. Figura que não era baixa, nem alta, estatura mediana, meio magro/gordinho, simples, sem nenhum exibicionismo [...] Djalma chegou dizendo “a gente tá fazendo uma vaquinha” [...] E já devia estar a coisa mais ou menos preparada. Eu sei que Jango me deu 3 mil escudos chilenos, que era a moeda chilena. Evidente que 3 mil escudos hoje seria equivalente a um salário mínimo brasileiro, o valor da moeda na época... eu sobrevivi além da solidariedade no Chile, sobrevivi com esse dinheiro um bocado de dias, comendo o pão que o diabo amaçou, né? (Entrevista Rubens Lemos, 1998)

O exílio favorece a aproximação de pessoas que dificilmente se conheceriam em outra situação, como é evidente no caso do encontro entre Goulart e Rubens. Isso foi possível porque existia uma comunidade concisa de exilados de brasileiros no Uruguai. Essa comunidade possibilitou, inclusive, que Rubens chegasse ao Chile com relativa tranquilidade. A condição financeira desses homens que compunham a primeira geração de exilados – em sua maioria políticos e intelectuais – era totalmente diferente das condições de Rubens, que estava sem emprego e dependia da solidariedade de amigos e conhecidos (ROLLEMBERG, 1999).

Apesar das tristezas, desapontamentos e angústias que marcaram a viagem, Rubens chegou seguramente ao Chile. No entanto, para isso, precisou deixar para trás sua família e as demais referências que compunham sua identidade profissional, política e afetiva.

Antes de discutir a vida de Rubens no exílio, é necessário pontuar uma questão metodológica. O leitor mais atento percebeu que as cenas do périplo do personagem até o país andino foram reconstituídas a partir de relatos memorialísticos. Um conjunto desses relatos, em especial, tem uma história que possibilita analisar aspectos fundamentais das memórias produzidas por pessoas que foram perseguidas pelos Estados ditatoriais do Cone Sul nos anos 1960. Trata-se das reportagens que compõem a série “memórias do exílio”, publicada em 2004. Os textos que deram origem a essas reportagens foram guardados, como foi dito antes, pela família de Rubens após sua

morte, ocorrida em 1999. Esses escritos constroem uma memória a respeito do exílio, que, a despeito de não ter se tornado pública inicialmente, integra um conjunto de lembranças o qual se manteve ativo em circuitos específicos e não hegemônicos. Principalmente no período que se seguiu após a Lei da Anistia, promulgada em 1979, e o processo de abertura política lenta, gradual e segura que pôs fim à Ditadura Militar no país, esses circuitos restritos serviram, em alguns casos, para proteger as memórias e as próprias vidas das vítimas de violações de Direitos Humanos.

Michel Pollak denomina memórias como essas de “memórias subterrâneas”, as quais, segundo ele, se opõem à “mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional” pois são “transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política”. Ainda segundo o autor, isso acontece porque “essas lembranças proibidas [...], indizíveis [...] ou vergonhosas [...] são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante” (POLLAK, 1989, p. 8).

As memórias subterrâneas obedecem também a critérios e limites, uma vez que não se trata de um recorte arbitrário e estritamente individual. Rubens, por exemplo, enfatiza constantemente as dificuldades enfrentadas e superadas por ele durante a viagem e o sentimento de gratidão por quem o ajudou em oposição ao de desgosto em relação a quem lhe negou auxílio. Esses elementos são característicos desse enquadramento e compõem, inclusive, os relatos memorialísticos de outros ex-militantes e exilados políticos. Juliano Siqueira, por exemplo, ex-militante do PCBR em Natal, registrou, no seu depoimento ao projeto Memória das Lutas Populares no Rio Grande do Norte, o carinho que mantém por seus pares políticos das lutas dos anos 1960, referindo-se a eles como “bravos companheiros” (Entrevista Juliano Siqueira, 2014). Juliano também lembra carinhosamente de um grupo de moradores que ajudavam os jovens universitários nas suas lutas, mesmo sem ter vínculos com nenhuma organização. Por outro lado, Juliano igualmente faz questão de denunciar várias pessoas de Natal que apoiaram a ditadura e que se tornaram, por isso, seus desafetos. Essas relações afetivas incidem no momento em que a narrativa é contada, podendo sustentar discussões ou reaproximações. Por isso, como sabemos desde Halbwachs (1990), o tempo da memória é também o tempo do presente.

Essas questões dizem respeito à história da construção das memórias e, do ponto de vista metodológico, ajudam a compreender como os relatos individuais e coletivos

foram estruturados, como se tornaram públicos e como foram alvos de disputas e tensões.

3.1) *Cotidiano e poder: Rubens no Chile*

Rubens chegou ao Chile no dia 20 de março de 1971 e escreveu as seguintes linhas sobre esse momento: “Santiago acabava de receber mais um brasileiro que, ao lado de milhares, buscava abrigo em terras chilenas, onde as ruas eram avenidas inteiras de liberdade” (LEMOS, 2004, p.1).

Conforme esse texto indica, vários homens e mulheres fugiam da ditadura brasileira e buscavam por acolhida política no Chile, onde sopravam os ventos da esperança para os revolucionários. Diferentemente do que acontecia no Brasil e em outros países latino-americanos, o Chile era palco de uma renovada prática política socialista. Após a eleição de Salvador Allende (Unidade Popular - UP), em novembro de 1970, instaurou-se a expectativa de que mudanças estruturais, dentro da legalidade, transformariam a sociedade, tornando-a mais justa e igualitária. Sobre a ansiedade instaurada em torno da via chilena, Denise Rollemberg afirma: “Notícias da experiência socialista chilena corriam o mundo, empolgavam as esquerdas ansiosas por ver de perto o socialismo com intensa participação popular e viver essa efervescência [...] Santiago foi o refúgio de muitos brasileiros. A nova capital do exílio” (ROLLEMBERG, 1999, p. 85).

A proposta do governo de Allende à frente da presidência ficou conhecida como a *via chilena para o socialismo*. Em linhas gerais, tratava-se de implementar o socialismo sem revolução armada, contando com a participação popular por meios institucionais e em diálogo direto com os poderes executivo e legislativo. Nesse sentido, as mudanças econômicas adviriam a partir desses contatos e de uma democracia ampla e popular. Segundo Mariano Veja Jara, o discurso da UP “combinou o ideal de democracia representativa parlamentar com democracia direta ou de conselhos, na qual o regime democrático liberal (burguês) foi conseguido pelas lutas populares, e não como dádiva da ‘burguesia’” (JARA, 2013, p. 163). Diferentemente do caso de Cuba, por exemplo, onde a nacionalização dos meios de produção foi consequência da conquista do poder pelos revolucionários por meio da ação armada, a via chilena apostava na nacionalização das áreas econômicas estratégicas após a tomada gradual

das empresas multinacionais pelo Estado, apoiado pelo setor da burguesia progressista nacionalista.

Salvador Allende assumiu o governo por meio de uma grande coalização em torno da UP, reunindo diversos partidos (Partido Comunista, Partido Socialista, Partido Radical, Movimento de Acción Popular Unificado, Ação Popular Independente e Partido Social-Democrata). A heterogeneidade em torno da UP acarretou impasses e discussões diversas sobre o caráter do governo, desde o início do mandato de Allende. Os entraves e debates eram muitos e iam desde a estratégia para tomar o poder até as alianças que deveriam ser feitas. Segundo Borges (2011), o Partido Comunista Chileno (PC) defendia que o governo deveria ser antioligárquico, anti-imperialista e antimonopolista, para, assim, iniciar a primeira etapa de uma revolução socialista gradual e pactuada com o centro político e com setores da burguesia. Por outro lado, o Partido Socialista (PS) defendia um governo eminentemente antiburguês e anticapitalista, sem conchavos e acordos com setores de oposição.

Algumas questões em torno da via chilena para o socialismo eram semelhantes aos temas discutidos pelos revolucionários no Brasil, onde se debatia, também, por exemplo, o caráter da revolução e a existência de uma burguesia nacional e progressista. Em compensação, havia várias dissemelhanças, as quais eram vivenciadas pelos revolucionários brasileiros cotidianamente e poderiam acarretar num confronto com referências anteriores. Por isso, segundo Denise Rollemberg (1998), a experiência do exílio foi decisiva para a confirmação, a negação ou a redefinição do projeto socialista. Esses conflitos extrapolam a dimensão política e assumem contornos pessoais e subjetivos para os militantes. A perda do contato com o país de origem e com os que ali viviam transformou o exílio em um momento de dificuldades e conflitos pessoais para os exilados.

A experiência do exílio discutida ao longo desse capítulo diz respeito, especificamente, ao fenômeno vivenciado por todos e todas no interior das sociedades complexas moderno-contemporâneas, as quais se caracterizam por um “processo de interação entre grupos e segmentos variados” (VELHO, 2003, p. 38). É fundamental pontuar isso, pois

os indivíduos modernos nascem e vivem dentro de culturas e tradições particulares [...] Mas, de um modo inédito, estão expostos, são afetados e vivenciam sistemas de valores diferenciados e heterogêneos. Existe uma mobilidade material e simbólica sem precedentes em sua escala e extensão. (VELHO, 2003, p. 39).

Nesse sentido, considerando o exílio como uma forma de mobilidade forçada, interessa compreender como Rubens vivenciou as trocas materiais e simbólicas no âmbito desse fenômeno coletivo.

Apesar de ter um governo socialista no poder e de receber vários perseguidos políticos, não havia, no Chile, nenhum programa oficial de recepção aos brasileiros exilados. Alguns estrangeiros conseguiam ocupações em programas incentivados pelo estado chileno e para isso dependiam de contatos e indicações pessoais. Segundo dados da embaixada brasileira no Chile, durante o mandato da UP, foram oferecidos 564 cargos para estrangeiros no governo. Destes, 119 foram ocupados, especificamente, por brasileiros.⁷⁶ Rubens foi um desses empregados, trabalhando durante um curto período de tempo como professor de jornalismo na *Consejería Del Desarrollo Social*.

No âmbito dessa instituição, Rubens foi inserido na “Operação Saltamontes”. Essa função proporcionou ao jornalista potiguar boas vivências, conforme ele mesmo afirmou ao comentar sobre o trabalho: “Uma experiência importante, através da qual técnicos, especialistas em áreas básicas da cultura, saúde e educação populares cobriam todo o Chile, procurando tornar realidade, sem verticalismos, a participação popular no programa socialista do Governo Allende” (LEMOS, 3 abril 2004, p. 1).

Buscava-se, a partir dessa Operação, desenvolver “várias atividades culturais em áreas nas quais se concentrava a maior parte da população em condição de miséria e vulnerabilidade social” (DIAS, 2019, p. 143). Para isso, o Ministério do Interior promovia “oficinas de capacitação de jovens interessados em aprender teatro, música e dança” (Ibidem). Segundo Bona Garcia, militante brasileiro da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e também exilado no Chile nesse momento, a Operação Saltamontes proporcionou aos revolucionários brasileiros “o contato com a solidariedade, as ideias, os valores, a esperança, o sentimento nacionalista e o avançado grau de conscientização política dos moradores pobres residentes na periferia de Santiago e Valparaíso” (apud DIAS, p. 144).

Essa experiência profissional de Rubens foi curta, pois, segundo Isolda Melo (Entrevista Isolda Melo, 6 dez. 2004), os militantes chilenos ficaram insatisfeitos com a alta quantidade de vagas de emprego ocupadas por estrangeiros. A partir de então,

⁷⁶ Dados da seguinte referência: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL – Embaixada brasileira em Santiago. Situação política. Estrangeiros na administração brasileira. Asilados brasileiros. Ofício expedido nº 1743. Assinado por A.C Câmara Canto (Embaixador). Data: 29/08/1973. Apud Teresa Cristina Schneider, MARQUES, Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968 – 1979), p. 142.

vários militantes brasileiros foram demitidos e permaneceram no desemprego. Essa situação indica alguns limites que existiam na solidariedade dos revolucionários chilenos para com os brasileiros. O principal limite, aparentemente, dizia respeito às vagas de emprego, que, devido à crise econômica por que passava o Chile naquele momento, eram raras no país.

Rubens é citado no relatório do Centro de Informação da Aeronáutica (CISA) como um dos participantes da Operação. Provavelmente, esse documento foi produzido mediante a prisão e tortura de algum militante que sabia das ações políticas no Chile. O documento informa o seguinte:

SOB OS AUSPÍCIOS DA CDS, ORGÃO PÚBLICO DO GOVERNO CHILENO, ENTÃO EM MÃOS DO MAPU, FOI POSTA EM PRÁTICA NO CHILE, EM MAI 71, A CHAMADA OPERAÇÃO SALTAMONTES, UMA ESPÉCIE DE REVOLUÇÃO CULTURAL, DA QUAL PARTICIPARAM ALÉM DE CHILENOS, VÁRIOS ESTRANGEIROS, ENTRE OS QUAIS BRASILEIROS. TAL OPERAÇÃO, FOI ORGANIZADA E FINANCIADA PELO GOVERNO CHILENO A PRESENÇA DE ELEMENTOS SUBVERSIVOS DO BRASIL NESTA OPERAÇÃO, VISAVA A UTILIZAÇÃO FUTURA DESTA EXPERIÊNCIA, EM TERRITÓRIO BRASILEIRO PELO PCBR ALGUNS DOS GRUPOS DESTA OPERAÇÃO ERAM CHEFIADOS POR ELEMENTOS BRASILEIROS (OPERAÇÃO SALTAMONTES, 1973, caixa alta no original).

A produção desse documento indica que mesmo fora do país Rubens continuou vigiado pelos órgãos de segurança brasileiro. Dias (2019, p. 345) aponta que os alvos preferenciais da espionagem eram militantes que possuíam uma ampla circulação entre organizações revolucionárias latino-americanas e que continuavam apostando na luta armada. Apesar de esse não ser o caso de Rubens, o nome dele não deixou de fazer parte dos relatórios dos serviços de espionagem e informação da ditadura.

Na ficha de Rubens Lemos, produzida pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio Grande do Norte, consta que a polícia sabia que o jornalista vivia na capital chilena. Na mesma ficha, há uma seção destinada a relatar o histórico do personagem, na qual é informado que “atualmente [Rubens Lemos] estaria em Santiago/Chile, ligado à Associação Chileno Brasileira de Solidariedade.” (SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E SEGURANÇA, 1973)

Não dá para saber com certeza como a polícia obteve as informações sobre o personagem, mas é possível sugerir algumas possibilidades. Rubens declarou ao projeto Memória das Lutas Populares no Rio Grande do Norte que, no exílio, descobriu um

agente infiltrado entre o grupo de exilados. Segundo ele, alguns companheiros desconfiavam de um tal José Oliveira Xavier e decidiram, numa noite, arrombar a sua mala, encontrando lá passagens de ida e volta com o trecho Brasil e Chile, o que era incomum entre os exilados já que eles não sabiam quando (e se) voltariam. Rubens ainda afirmou que, quando esteve recluso no DOI-CODI em Recife, ouviu a voz do próprio José Oliveira durante um dos seus interrogatórios, questionando-o sobre as atividades do PCBR no Nordeste e no exterior.⁷⁷

Não foi identificada nenhuma menção, por parte dos exilados, a respeito desse agente infiltrado foi encontrada. A única referência a seu nome aparece no relatório da CISA sobre a Operação Saltamontes, citado anteriormente. No entanto, vale destacar, a rede de informação e espionagem brasileira cobria amplamente as atividades dos exilados brasileiros que viviam na Argentina, Uruguai, Chile e França⁷⁸. A extensão dessa rede de informação não permite descartar a possibilidade de esse agente ter permanecido no Chile.

Apesar do desemprego e da pressão constante por estar sendo vigiado pela ditadura brasileira, Rubens convidou sua companheira, Isolda Melo, para acompanhá-lo no exílio. A ida de Isolda foi financeiramente complicada. Ela conta a situação da seguinte maneira:

Ele [Rubens] mandou dizer que eu fosse, eu não tinha dinheiro para ir. Mamãe tinha herdado uma casa que era da família do meu pai. Então, o meu dinheiro que foi para ser a minha viagem de ida e a volta com Rubinho foi o dinheiro da minha mãe e da minha irmã, sacrifício (Entrevista Isolda Carneiro Melo, 6 dez. 2004).

Assim, ela e Rubens Lemos Filho, primogênito do casal, chegaram a Santiago. Esforços coletivos garantiram o reencontro da família. Começava, então, para o personagem, outro momento da experiência chilena. Além de si, deveria cuidar e acompanhar de perto essa parte da sua família.

⁷⁷ Informação acessível na seguinte referência: Rubens Lemos 04 - 1974 a 1977, Delatores no RN, Histórias e denúncias de pessoas: < https://www.youtube.com/watch?v=FpJu4gn8Aqk&t=10s&ab_channel=RobertoMonte > Acesso em 10 de janeiro de 2022.

⁷⁸ Várias pesquisas possuem como foco de análise as relações de colaboração mantidas pela ditadura militar brasileira com os governos ditatoriais e democráticos na América Latina e em países da Europa. Ao longo dos estudos, descobriu-se que o Itamaraty e o Centro de Informações do Exterior (CIEEX) foram centrais para a espionagem e repressão de militantes exilados. Ver mais em: GOMES (2012), QUADRAT (2002), FILHO (2008) e PADRÓS (2007).

3.2) *Rubens e Isolda no Chile: paixões e conflitos*

Conforme foi discutido ao longo do capítulo 2, Rubens e Isolda não formavam um casal “comum”, semelhante aos demais compostos por militantes. Não se tratava de duas pessoas dedicadas igualmente às tarefas do partido, à derrubada das ditaduras do Cone Sul e à implementação do socialismo. Se, por um lado, Rubens atuava no sentido de tornar o socialismo realidade na América Latina, mantendo ligações com o PCBR e com outros militantes revolucionários; Isolda, por outro, não queria saber muito da revolução e dos assuntos políticos congêneres. Na sua perspectiva, relatada no livro de memórias *O ventre da cordilheira*, a militância comunista era uma atividade propriamente masculina da qual ela fazia questão de se manter distante. O contato que ela tinha com a militância acontecia somente por causa do seu companheiro. Diante dessas diferenças, surge a seguinte questão: como o exílio foi vivenciado por ambos? Como as distintas perspectivas políticas, entre Rubens e sua esposa, impactaram o cotidiano do casal?

Para responder essas questões, será mobilizado como fonte principal o livro de memórias citado acima. O texto do livro foi originalmente uma carta escrita por Isolda Melo endereçada a sua filha, Yasmine. Ao escrever a carta, Isolda pretendia contar a sua experiência e a de Rubens (pai de Yasmine) durante o exílio chileno, contexto em que a filha fora concebida. Segundo a própria autora, a missiva trata de “episódios reais que falam das alegrias, tristezas, prisões e experiências no exílio”, momento sobre o qual ela afirma: “tempo confuso que nunca entendi” (MELO, 2012, p. 18).

Apesar de ser uma obra para Yasmine, o livro possui uma dedicatória endereçada a Rubens, a quem a autora se refere como “teimosa paixão” (MELO, 2012, p. 2). Há, portanto, fortes elementos afetivos e familiares constituindo a obra. Para Elisabeth Jelin, a memória possui, inevitavelmente, dimensões afetivas. De acordo com a autora, “abordar a memória envolve referir-se a recordações e esquecimentos, narrativas e atos, silêncios e gestos. Há um jogo de saberes, mas também há de emoções” (JELIN, 2002, p. 19).

A primeira edição do livro veio a público em 1995 e a segunda, utilizada nesse trabalho, em 2012. Entre os anos 1980 e 1990, houve um amplo movimento de divulgação de testemunhos que denunciavam os horrores perpetrados pelo Estado brasileiro durante os anos de ditadura militar. Adotando a definição de Marulici Vargas, esses testemunhos eram de dois tipos, principalmente: 1) “o *testemunho voluntário*,

produzido durante ou posteriormente à ditadura, em situação espontânea, registrado em suportes variados;” e “2) o *testemunho sobrevivente motivado pela justiça de transição*, por meio de declarações produzidas no contexto das medidas de memória e reparação promovidas pelo Estado” (VARGAS, 2018, p. 101). A obra escrita por Isolda tem como tema central a sua experiência no exílio e a sua relação de amor com Rubens. As violações cometidas pelo Estado aparecem e são denunciadas, mas não representam o eixo central do testemunho. Do ponto de vista analítico, tal especificidade é interessante, pois indica a heterogeneidade dos relatos e das experiências políticas vividas ao longo dos anos 1960 e 1970.

O desembarque de Isolda e Rubens Lemos Filho no Chile representa o marco temporal que dá início à narrativa. Aconteceu precisamente em agosto de 1971. A descida da mãe com o filho causou, segundo ela, espanto e estranheza aos exilados revolucionários. Nas palavras de Isolda:

quando saí do avião com Rubinho todo de veludo azul-marinho e eu de mantô longo de xadrez vermelho e branco, seu pai [Rubens] ficou espantado com tanta elegância dos dois. Os amigos exilados que também estavam no aeroporto, demonstraram não simpatizar com tanta “elegância” [...] Não sabia nem entendia porque os exilados eram tão simples e práticos. Muitos sérios por sinal. (MELO, 2012, p. 32)

A estranheza em relação às roupas ultrapassa a dimensão meramente estética e revela diferença de valores. Para os revolucionários que dedicavam as suas existências à revolução, abdicando de conforto e segurança, itens materiais caros e luxuosos eram vistos como superficiais e expressões “pequeno burguesas”. Isso era refletido, inclusive, no desprezo com o autocuidado, característica das organizações políticas revolucionárias. As mulheres, por exemplo, não deveriam desperdiçar tempo cuidando de sua aparência física. Segundo Wolff e Pedro, as militantes deviam “esconder seus traços femininos” e

não podiam usar vestidos e pentear o cabelo visando ressaltar a beleza. Não podiam usar batom; enfim, não deveriam parecer mulheres, a não ser que a ação exigisse o uso do gênero, como nos casos em que precisavam obter informações, passar por lugares perigosos de forma despercebida; para isso, algumas vezes serviam-se de sua imagem de mulher (WOLF; PEDRO, 2011, p. 404).

Apesar dessa estranheza, os exilados brasileiros promoveram bons momentos para Rubens e Isolda após o reencontro do casal. Os dois foram presenteados com uma garrafa de vinho para comemorar a união e viajaram a Cartagena, na região de

Valparaíso, banhada pelo Oceano Pacífico, localizada no litoral chileno. Por um breve momento, o exílio significou para Rubens tempo de reencontro e amor. Talvez, por um brevíssimo momento, os cônjuges aproveitaram o país andino como quem o conhece a passeio, despreziosamente. Os momentos de alegria e de aparente despreocupação terminaram logo. Assim que regressaram para Santiago, Rubens informou a Isolda que estava desempregado e que suas vidas seriam, dali em diante, completamente diferentes do que havia sido no Brasil: compartilhariam casas com estranhos, morariam em bairros periféricos e viveriam, por causa do desemprego, de ofertas solidárias de outros militantes.

As doações feitas à “Caixinha”, órgão informal brasileiro criado para contribuir com a manutenção financeira de alguns exilados desempregados no Chile, passaram a garantir o sustento da família. Posteriormente, a “Caixinha” transformou-se na “Associação Chileno-Brasileira de Solidariedade”, contando com doações de outros brasileiros (alguns militantes revolucionários, outros não) mais abastados e da própria UP.

Isolda, Rubens e Rubinho (como era chamado o filho primogênito do casal) passaram a morar numa casa no *distrito* de El Bosque, na *calle* Los Carolinos. A moradia era situada na região metropolitana de Santiago, em um bairro habitado principalmente por trabalhadores de classe média baixa. Os mais pobres se concentravam nas *poblaciones* do bairro, próximas à residência do casal. A casa onde a família residia era grande e possuía vários cômodos: três quartos, uma sala, banheiro, cozinha e quintal (MELO, 2012, p. 28). A sala era decorada por três quadros, cada um com as figuras de Jesus Cristo, Che Guevara e Lampião. Esses personagens foram fundamentais para a formação intelectual de Rubens. Simbolicamente, os quadros representam alguns dos eixos principais ao redor dos quais a sua identidade política gravitava, sendo eles o cristianismo, o socialismo e o sentimento de pertencimento ao sertão nordestino. A despeito das enormes diferenças entre cada um dos homens gravados nas telas, há o ponto em comum de que todos contestaram de alguma forma a ordem vigente.

Outra família, composta por quatro pessoas (mãe, pai, filho e filha), dividia a moradia com os Lemos. A convivência, no entanto, foi muito problemática. Segundo a perspectiva de Isolda, os companheiros eram barulhentos e desorganizados. Em um dos conflitos, Rubens descobriu que a outra família não repartia igualmente o dinheiro enviado mensalmente pela Associação Chilena Brasileira de Solidariedade, ficando com

a maior parte da soma. Além disso, as despesas mensais da casa não eram repartidas proporcionalmente entre as famílias, deixando os Lemos financeiramente sobrecarregados (MELO, 2012, p. 55).

Esse episódio extrapola a dimensão da militância política e expõe conflitos vivenciados pelos exilados em suas relações interpessoais. Tais descontentamentos entre camaradas de luta podiam ser motivados por discordâncias de opiniões e estilos de vida e constituíam o dia a dia de muitos militantes, contribuindo para a construção de laços de amizade e inimizades internas. Segundo Rollemberg, a “utilização do dinheiro da Associação Chileno Brasileira foi alvo de discordâncias”, principalmente depois que grandes doações de dinheiro foram encaminhadas para a instituição (ROLLEMBERG, 1999, p. 157). Para a compreensão das inimizades e intrigas no cotidiano dos exilados, os relatos memorialísticos são fundamentais. Isso porque geralmente o narrador relembra carinhosamente as pessoas que o ajudaram em momentos de adversidade e, até mesmo como sinal de gratidão; e, em contrapartida, ressalta também, magoado e ressentido, os desafetos responsáveis por complicar sua vida. Esses dados, fornecidos por quem narra o passado na primeira ou na terceira pessoa, não constam, por exemplo, nos documentos produzidos pelas organizações revolucionárias, que priorizavam em seus papéis aspectos práticos e imediatos da luta.

Para além de todas essas questões, a reconciliação deveria estar sempre à vista por um objetivo a priori compartilhado por todos e todas: a luta socialista. No entanto, isso nem sempre era realidade. Alguns relacionamentos, como o da família de Rubens com seus parceiros de residência, não foram reatados. Vários não tiveram sequer a oportunidade de serem, pois diversos(as) militantes morreram logo após o golpe comandado por Augusto Pinochet, ou mudaram de país e nunca mais tiveram contatos uns com os outros.

Outro conflito, já mencionado anteriormente, vivenciado no lar do casal, era motivado pelas diferenças entre os costumes e valores de Isolda em relação aos demais militantes. O seguinte episódio destacado por ela é particularmente interessante nesse sentido:

Achava horrível as chilenas que Victor Ramos e o fotógrafo Silvio Tandler (hoje cineasta) levaram lá em casa. Elas pareciam homens: deitavam no jardim, tiravam as blusas, ficavam seminuas, tomando banho de sol. Acho que a mentalidade de menina educada em colégio religioso e severo, dirigido por um Capelão do Exército, não ia aguentar por muito mais tempo aquelas pessoas super modernas e politizas. Mas, tenho certeza que, mesmo sendo moderno, o

socialismo não ensinava a ficar com os seios de fora e conversar assuntos picantes (MELO, 2012, p. 37-38).

Durante os anos 1960 e 1970 muitas mulheres protagonizaram protestos pela libertação feminina. O uso de pílulas anticoncepcionais, o questionamento do significado político da nudez e o descrédito da instituição matrimonial foram algumas das práticas e crenças levantadas ou intensificadas nesse momento. O próprio questionamento do matrimônio e o exercício do amor livre “apareciam com força na possibilidade de romper com o papel social” que era atribuído às mulheres, as quais vislumbravam na opção pela luta armada “um sentido de revolução pessoal, de opção de vida” (CODARIN, 2019, p. 101).

Isolda, que não fazia parte das pessoas, segundo ela, “super modernas” e “politizadas” (MELLO, 2012, p. 38), discordava dessas práticas “escandalosas”. Apesar de, na perspectiva de Isolda, a militância significar necessariamente transgressão à ordem vigente, muitos militantes eram moralistas na questão dos costumes e não aceitavam totalmente o protagonismo feminino na luta. Essas querelas que envolviam o comportamento de Isolda certamente eram temas de conversas e discussões mantidas entre ela e Rubens. Por outro lado, talvez tenha provocado reações adversas dos (as) companheiros (as) de militância, os quais podiam não entender o porquê de Rubens ter casado com uma pessoa tão diferente e alheia às questões da revolução e da vida de um revolucionário. O próprio Silvio Tandler, citado anteriormente, destacou que Isolda era muito “crítica” da forma de vida dos militantes (Entrevista Silvio Tandler, 8 jul. 2022). Ele disse também não se lembrar das “mulheres super politizadas e seminuais”, as quais ele supostamente teria levado para a casa de Rubens e Isolda.

Tandler partilhou um pouco da experiência do exílio chileno com o casal. Diferentemente de Rubens, ele não era vinculado a nenhuma organização revolucionária e optou por sair do Brasil após acompanhar a queda e morte de vários amigos, no início de 1970. Segundo ele, a escolha pelo Chile foi movida pelo fato de que naquele momento o país se apresentava como um “lugar de esperança” para os que se viam ameaçados politicamente no Brasil. Tandler se lembra de Rubens da seguinte maneira:

Eu conheci Rubens no final do ano de 1971. Ele e a sua esposa moravam com outros companheiros para dividir as despesas da casa e uma vez eu visitei essa residência. A mulher de Rubens era muito crítica daquilo tudo, ela não era uma pessoa militante, era uma moça muito bonita do Rio Grande do Norte. Já Rubens era um grande jornalista, bastante respeitado e famoso no Rio Grande do Norte. Ele escrevia muito bem e gostava muito de um “goró”, de rabo de saia e

era militante político do PCBR. Tinha esses problemas (Entrevista Silvio Tendler, 8 jul. de 2022).

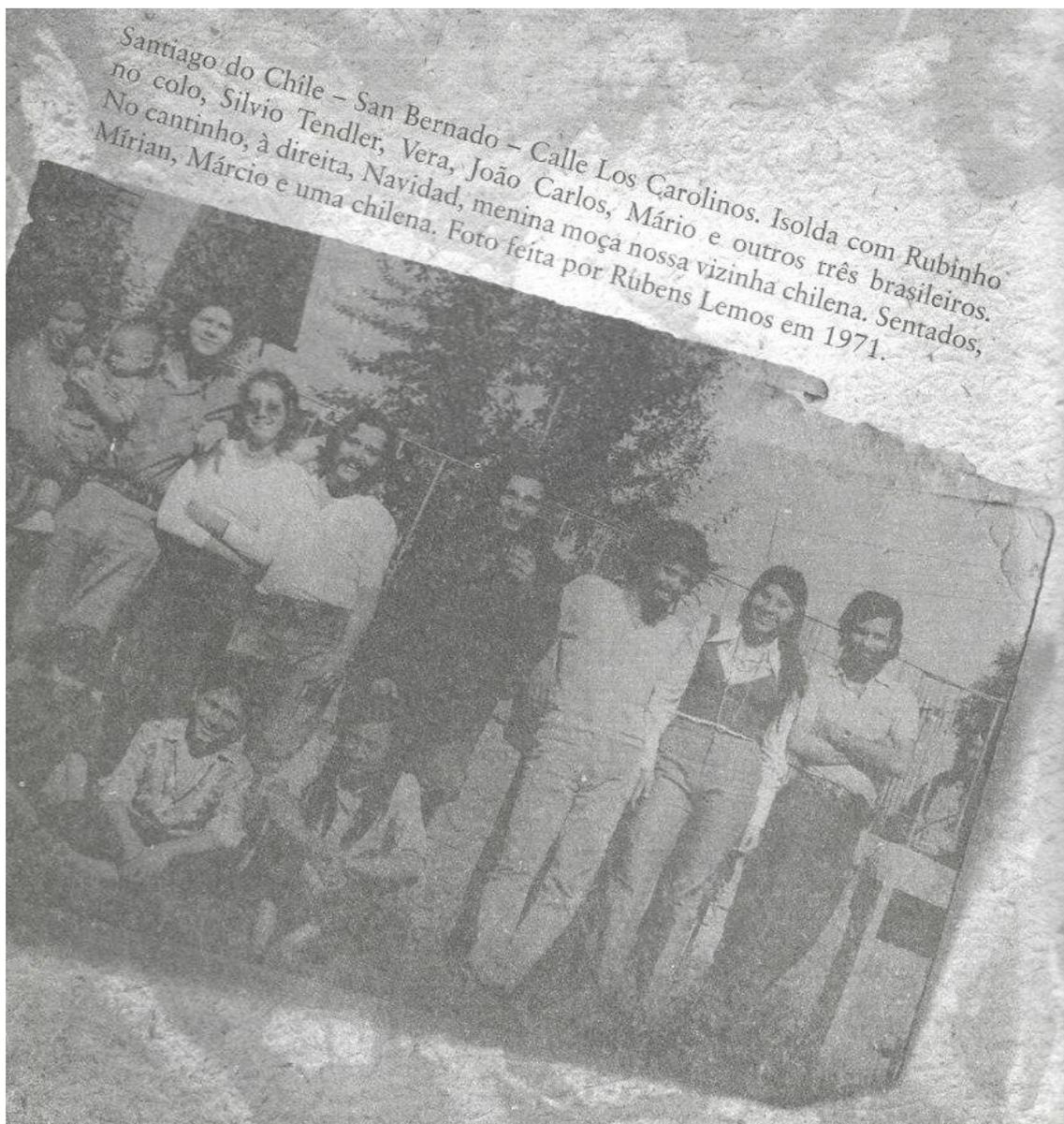
As características de Rubens ressaltadas no trecho acima são comuns nos depoimentos sobre nosso personagem, principalmente o seu lado boêmio e as suas qualidades profissionais. O gosto pelo “rabo de saia”, isto é, os envolvimento afetivos extraconjugais são citados em outros depoimentos, mas de modo implícito ou com pedidos para não serem mencionados. Podemos admitir, então, que a imagem que Tendler possui de Rubens constitui uma memória enquadrada. De uma forma ou de outra, esses elementos que constituem as lembranças coletivas sobre o jornalista estão sendo diretamente discutidos ao longo do nosso texto.

Silvio Tendler recorda com especial vivacidade o momento quando conheceu Rubens:

Rubens e Isolda eram ‘caretíssimos’. Uma vez fomos fazer uma foto de todo mundo junto e alguém, naquele negócio de todo mundo se abraçar, alguém abraçou Isolda e Rubens não deixou fotografar até tirarem a mão de cima dela. Foi aí que eu o conheci e viramos amigos (Entrevista Silvio Tendler, 8 de julho de 2022)

O depoimento de Tendler indica que os militantes podiam ser muito diferentes entre si. Os que possuíam comportamentos mais liberais tinham que conviver cotidianamente com outros que eram mais conservadores. Segundo Tendler, o fato de ele ter “cabelos grande e pinta de hippie” às vezes fazia com que Isolda o visse como um “ser de outra galáxia” (Entrevista Silvio Tendler, 12 de julho de 2022). A lembrança de Rubens como “careta” não era fruto dessa postura em relação à Isolda, até porque, avaliando as atitudes passadas a partir da ótica do presente, Tendler pondera que “todos nós [exilados e militantes] éramos machistas”. Quando indagado o que caracterizaria a “carence” de Rubens, o entrevistado não soube definir bem. Talvez tenha sido uma construção memorialística que perdura ainda hoje, mas sem exemplos concretos para sustentá-la, o que é comum nos processos de elaboração e reelaboração sobre a memória de alguém que já faleceu.

Imagem 8 – Da esquerda para direita: Isolda Com Rubinho no colo, Silvio Tendler, Vera, João Carlos, Mario e outros três brasileiros não identificados. Sentadas, Mirian, Márcio e uma moça chilena. Foto feita por Rubens Lemos em 1971.



Fonte: MELO, 2012, p. 24.

No entanto, a convivência nem sempre era conflituosa. Isolda recorda alguns revolucionários com os quais o casal manteve bons laços de amizade e solidariedade durante o exílio. Quatro, em especial, são citados carinhosamente no livro. Os nomes de cada um são referidos na obra, mas resguardando os seus respectivos sobrenomes. No

entanto, a partir do primeiro nome e das informações disponíveis, foi possível sugerir, em alguns casos, de quem se tratava.

Três nomes são muito citados. O primeiro é um homem chamado Júlio, sobre quem não foi encontrada nenhuma informação precisa de quem seja. Segundo Isolda, era um engenheiro que trabalhava nas minas de ferro localizadas no interior do Chile. Possuía boa formação e presenteava constantemente a família de Rubens com *regalos*.

Victor Carlos Ramos, exilado brasileiro e ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária, é também mencionado com frequência. Sua beleza e sua presteza para resolver os problemas dos companheiros são as qualidades destacadas por Isolda. Victor permaneceu no Chile até 1973, quando seguiu para a Argentina e, posteriormente, ao Brasil. Em 1974, foi assassinado por militares brasileiros no território do Paraná, juntamente com mais quatro companheiros de militância.

Por fim, o último nome relatado é o do médico Otto Broker, homem alto, idoso e sério. Isolda dedica um agradecimento especial a ele, pois foi o médico pediatra responsável por cuidar de Rubens Lemos Filho quando este foi acometido por uma grave infecção intestinal. Além dos brasileiros exilados, Otto costumava atender também crianças carentes no Chile e distribuir, quando possível, remédios (MELO, 2012, p. 46).

Segundo Isolda, a casa da sua família era “simples, mas sempre estava cheia de exilados brasileiros. Intelectuais, jornalistas, escritores [que] viam neles a família que tinham deixado no Brasil” (MELO, 2012, p. 57-58). A partir desse depoimento, é possível constatar que, no exterior, Rubens mantinha laços de amizade principalmente com outros exilados intelectualizados. A sua residência era um espaço de sociabilidade de brasileiros. Provavelmente, nesse ambiente, as reuniões políticas se misturavam com momentos de lazer e descontração entre os militantes e a família que morava na casa. Os primeiros conviviam de maneira descontraída com a família Lemos, conforme indica o seguinte relato de Isolda, certamente tingido por idealizações típicas dos processos mnemônicos:

sempre tínhamos um bom poroto (feijão) com frango assado para oferecer. E boa conversa, é claro. Acompanhados de cerveja quente e vinho. Nossa casa vivia sempre cheia, e era com muito carinho que recebíamos esses brasileiros corajosos (MELO, 2012, p. 58).

Apesar de a residência ser, nesse caso, um espaço de relações mais informais, para preservar a família e a integridade dos próprios militantes, informações detalhadas sobre as estratégias de luta e análises de conjuntura eram trocadas exclusivamente entre

eles. Isolda recorda que algumas vezes os assuntos políticos eram debatidos de forma acintosa, mas em tom baixo para que ela não escutasse (Ibidem). As discussões se tornavam mais efusivas conforme a tensão política no Chile aumentava. Os exilados sofriam diretamente as consequências desse processo. Eram atendidos precariamente nos serviços públicos por serem estrangeiros e comunistas. Rubens e Isolda foram alvos dessa perseguição várias vezes de forma sutil ou mais explícita no cotidiano. Uma manifestação desse tipo de violência foi particularmente agressiva ao casal. Trata-se da vez, já referida, em que Rubens Lemos Filho, ainda bebê, foi acometido por uma grave infecção intestinal e não foi corretamente atendido nos hospitais de Santiago porque seus pais eram brasileiros. Rubinho só conseguiu melhorar porque foi socorrido às pressas por um médico também exilado, o mencionado Otto Broker. Como aconteceu nesse caso, a estratégia para superar os obstáculos no país estrangeiro era apostar nas redes de solidariedade, tecidas entre chilenos simpáticos aos exilados e entre os próprios brasileiros.

Contudo, é preciso ressaltar que os contatos profissionais e as redes de sociabilidade de Isolda e Rubens permaneceram majoritariamente no Brasil. Era necessário manter uma dupla atenção, ajustada entre a perseguição sofrida no Chile e as notícias desagradáveis que chegavam do Brasil sobre os rumos da ditadura e das organizações revolucionárias. A América Latina sucumbia diante do recrudescimento de várias ditaduras militares de segurança nacional. Esses elementos construíam um campo de possibilidade incerto e diminuto, dificultando a construção de um projeto de longo prazo por parte de Rubens.

Ainda sobre esse tema, é importante levar em conta que Rubens morava com Isolda, sua cônjuge, e com o primogênito do casal. Diante disso, os projetos formulados deveriam levar em conta o bem-estar dessas pessoas com as quais ele dividia as frustrações e alegrias do dia a dia. Diferentemente de quando caiu na ilegalidade em Natal, o Chile era um país inóspito para o casal e não havia familiares próximos para ajudá-los, caso fosse necessário.

Os projetos feitos quando da chegada dos dois ao Chile dificilmente se sustentariam. Isolda, por exemplo, pretendia viver momentos totalmente diferentes daqueles de perseguição e inimizades. Segundo ela,

não viajei pensando que ia para o exílio, mas para uma vida feliz, que só voltaria ao Brasil depois de muitos anos, todos felizes, sonhos realizados, atrapalhando português com espanhol, contando que tinha descoberto um lugar de paz e sossego (MELO, 2012, p. 32).

Ao ser inserida no cotidiano dos exilados, Isolda mudou completamente seus planos. Não que tivesse abandonado a pretensão de viver uma vida tranquila e calma, mas ela descobriu forçadamente que não havia esse horizonte de possibilidades com Rubens, a não ser que ele debandasse das lutas políticas que abraçara e mudasse completamente seus planos. Porém, esse abandono era uma escolha difícil e improvável para o personagem, alimentado pelas crenças revolucionárias dos anos 1960 e 1970 que difundiam que a individualidade deveria ceder lugar para a vontade e a luta coletiva. Aquilo que era projeto se tornou, para Isolda, um sonho distante. Isolda e Rubens se viram diante, portanto, de constrangimentos e forças econômicas, políticas e culturais que não correspondiam aos anseios individuais dos dois. As suas liberdades de escolhas não eram absolutas, mas “culturalmente e socialmente determinada[s], limitada[s], pacientemente conquistada[s]” (LEVI, 1996, p. 179).

No final do ano de 1972, mais um acontecimento mudou os planos do casal: Isolda descobriu que estava grávida do segundo filho com Rubens. Novamente, acontecimentos inesperados alteravam as perspectivas do casal. Diante da notícia, novas dúvidas e incertezas passavam a pairar sobre os dois: como ter o filho no exílio? Havia condições para isso? Era seguro?

Segundo Isolda, sua única certeza era de que teriam a criança. Inclusive, sentiu-se surpresa e decepcionada quando uma militante sugeriu o aborto (MELO, 2012, p. 78). Caso fosse menino, dizia Rubens, se chamaria Ernesto, em homenagem a Che Guevara; se fosse menina, dizia Isolda, seria Ana Catarina, o primeiro nome homenageava a sua irmã, e o segundo, Catarina, a santa da Igreja Católica. Nesse caso, o ato de dar um nome próprio revela as referências fundamentais que marcavam a vida de cada um nesse momento. Para Rubens, o nome escolhido deveria reverenciar a esperança socialista, encarnada no mito Che; já para Isolda, tratava-se de expressar a importância da família e da Igreja Católica em sua vida, representada pela devoção que tinha a santa Catarina, considerada padroeira dos estudantes, filósofos e professores.

Imagem 9 – Rubens beija Isolda. Foto tirada por Silvio Tendler em 1971.



Fonte: MELO, 2012, p. 40.

Os planos de ter a criança ainda no exílio eram dificultados pelas mudanças no cenário político chileno. Os exilados brasileiros sofriam, como já foi dito, com a hostilidade de parte da população local e os setores da direita chilena acenavam para a possibilidade de um golpe. Durante os meses de outubro e novembro do ano de 1972, aconteceu o *paro de los camioneros*. Incentivado pelos patrões, que se sentiam ameaçados diante da nacionalização de algumas empresas chaves para a economia chilena, os caminhoneiros interromperam o abastecimento do comércio no país, deixando a população sem alimento ou à mercê do mercado clandestino. Alguns comerciantes passaram a aumentar o preço dos produtos deliberadamente, mesmo com reservas no estoque, criando uma insegurança alimentar extrema nas famílias. Para completar o aceno golpista, grupos militarizados de direita, como o *Patria e Libertad*, ganhavam força.

Por outro lado, os trabalhadores respondiam a esse movimento fiscalizando supermercados, participando ativamente em manifestações de rua e cobrando do governo Allende posturas mais radicais, principalmente no que se referia à nacionalização das empresas. Naquele momento os trabalhadores se aglutinaram ao redor dos *Cordones Industriales*, organizações ativas e de base “que congregavam fábricas de diferentes ramos produtivos, [...] instalados em áreas de fácil acesso, ligados

por vias expressas, para facilitar tanto a chegada de matéria-prima quanto o escoamento da produção.” (BORGES, 2011, p. 84 - 85).

A crise de outubro, caracterizado por esses acontecimentos descritos acima, impôs uma virada importante no processo político do país. Segundo Marcia Cury, foi o marco a partir do qual “se escancarou definitivamente uma luta de classes presente no cotidiano da sociedade chilena, [...] numa conjuntura de clara disputa pela hegemonia, em confrontações também de violência” (CURY, 2013, p. 244).

Esses impasses constituíam o campo de possibilidades de Rubens e Isolda e dificultavam mais ainda a permanência dos dois no Chile. Para complicar a situação, o parto de Isolda deveria ser feito, obrigatoriamente, por meio de intervenção cirúrgica devido a um problema no útero da gestante. A experiência prévia do casal nos hospitais chilenos, quando Rubens Lemos Filho esteve doente, foi terrível. Os médicos se negaram a atendê-lo diversas vezes. Mesmo assim, havia a opção de continuar no Chile e encarar as dificuldades de uma gestação longe do amparo familiar. No entanto, para isso, deveriam superar medos, angústias e perseguições violentas. Vale a pena enfatizar que essas informações não possuem caráter avaliativo das escolhas do casal. Elas buscam atestar apenas que havia escolhas possíveis para os dois, mesmo que diminutas por causa da extensão dos constrangimentos sociais e políticos naquele momento.

Diante dessas possibilidades, optaram pelo retorno de Isolda para Natal, enquanto Rubens permaneceria no Chile. A passagem de volta foi comprada com muitas dificuldades, claro, já que não havia dinheiro suficiente. Antes da volta de Isolda um último evento marcante para o casal: a celebração de uma cerimônia para marcar a união dos dois.

Se, por um lado, conforme foi dito anteriormente, o exílio foi uma experiência marcada por conflitos, perdas de referências, saudades, dificuldades e perseguições políticas; por outro, foi também um momento propício para reforçar laços de amizade e companheirismo. Em meio aos problemas e incertezas que acometiam a vida de Rubens e Isolda, ambos decidiram celebrar uma festa de casamento no Chile.

A cerimônia religiosa foi feita num domingo de manhã sob os auspícios do padre Enrique Moreno, na Paróquia de São Pedro e São Paulo. Durante a ditadura de Pinochet, esse *sacerdote* se destacou na defesa dos direitos humanos e nas denúncias das violações cometidas pelo governo. Entre setembro e outubro de 1973, passou dois meses preso no Estádio Nacional, juntamente com militantes e simpatizantes da Unidade Popular. Esses elementos sugerem que a escolha do seu nome para firmar o

casamento do casal brasileiro não foi à toa. Estavam na Igreja também alguns militantes e exilados brasileiros, todos, segundo Isolda, homens (MELO, 2012, p. 72).

Após o ato religioso, houve uma comemoração simples na casa de Humberto Kinjô⁷⁹. A dinâmica do momento revela aspectos da convivência dos exilados no Chile. Na casa de Kinjô, os amigos do casal promoveram um almoço coletivo, comprado em um restaurante italiano. Era o momento de celebração da união de Isolda e Rubens, mas também o adeus para a brasileira que surpreendeu a todos ao chegar ao Chile com sua extravagante elegância. Na terça-feira, Isolda embarcou de volta para o Brasil. Entrou no avião segurando nos braços Rubens Lemos Filhos e carregando no seu ventre a próxima criança do casal, Yasmine, para quem a mãe dedicou posteriormente o livro de memórias. Outra separação imposta e indesejada na vida dessa família.

O regresso de Isolda foi complicado. Provavelmente, os órgãos de segurança e espionagem tomaram conhecimento de que ela voltaria ao Brasil e fizeram de tudo para dificultar o périplo. Ao chegar ao Rio de Janeiro, de onde partiria o voo para Natal, policiais a interceptaram e levaram-na, com Rubinho, para a sala do DOPS, no aeroporto do Galeão. Conforme o depoimento de Isolda, no caminho até o DOPS, ela falava para os policiais que não era comunista e voltava ao Brasil apenas porque estava grávida e tinha que ter a criança aqui (MELO, 2004, p. 8). Mesmo assim os policiais confirmaram que precisariam averiguá-la a fim de saber se havia com ela “alguma mensagem dos exilados do Chile para os terroristas brasileiros” (MELO, 2012, p. 84). Isolda teve sua mala e seus pertences revistados, mas não foi encontrado nada suspeito. Quando foram examinar seu corpo e sua roupa, o policial encarregado disse que se sentiu tocado ao ver que a vítima da abordagem estava grávida e com uma criança no colo. A reação do policial pode ter sido provocada por alguma fala ou gesto de Isolda, a qual, invocando o imaginário de sacralidade da esposa, dona de casa e mãe atuou em benefício próprio a partir de uma “lógica do afeto”. Essa lógica, segundo a definição de Elisabeth Jelin (2002), diz respeito à capacidade das mulheres agirem a partir de aspectos socialmente atribuídos ao sexo feminino (cuidado, amor, compaixão e delicadeza, por exemplo), mas resistindo e subvertendo processos de dominação. Essa prática foi muito utilizada, por exemplo, durante as ditaduras do Cone Sul, quando mulheres que não militavam em organizações partidárias acionavam esses mecanismos

⁷⁹ Jornalista, ex-militante da Ação Popular (AP) e preso pela ditadura brasileira durante o ano de 1968. Entre 1970 e 1973, exilou-se no Chile.

para conseguir a libertação de presos políticos ou para encontrar parentes que haviam sido detidos sem maiores explicações.⁸⁰

Imagem 10 – Isolda embarcando do Chile para o Brasil, em 1972. Foto tirada por Silvio Tandler



Fonte: MELO, 2012, p. 100.

Após ter sido liberada pela polícia, Isolda passou três dias na casa do seu tio, Erivan França, onde Rubens também ficou hospedado quando esteve no Rio de Janeiro antes de ir ao Chile. O tempo em que Rubens e Isolda passaram separados foi duro para ambos. No Brasil, ela sentia os efeitos do anticomunismo e da caça aos militantes nas suas relações cotidianas. A seguinte situação, contada por ela, permite vislumbrar algumas dificuldades encontradas após sua volta a Natal:

Quando voltei a trabalhar, ficava na esquina esperando minha carona, via gente passar que foi vizinho meu, passava e fazia que não me via [...] Um dia estava na esquina, meu cunhado, casado com ela, passou e eu disse “olha queria convidar vocês para serem padrinhos de Yasmine” e ele disse “não vou ser não, não vou ser porque eu não gosto de Rubens porque ele é comunista”. Quando cheguei no trabalho eu chorava, chorava. (Entrevista Isolda Melo, 6 dez. 2004)

Novamente, a existência de uma pessoa foi impactada pela vinculação afetiva a Rubens. Esse caso é comum na vida de vários/as outros/as militantes revolucionários/as. Já se discutiu as consequências das ações do personagem na vida dos seus três primeiros

⁸⁰ Um caso interessante nesse sentido é a atuação de quatro mulheres de Osasco na busca por informações sobre seus esposos e filhos que foram presos durante o ano de 1968 após realizarem uma greve. Ver mais em: ROVAI, 2022.

filhos quando voltaram ao Paraná. Agora, é o caso de Isolda, que teve relacionamentos rompidos por causa do seu envolvimento amoroso com o militante jornalista.

Relacionar-se com militantes de organizações de esquerda, nesse contexto, significava ter o campo de possibilidades e os projetos individuais profundamente alterados. Além de se tornar “indesejada” para algumas pessoas, outros efeitos foram sentidos por Isolda. Em seu depoimento ao projeto “Preservação da Memória dos Presos Políticos e Anistiados da Ditadura Militar”, coordenado pela Fundação Joaquim Nabuco, ela se lembra do período pós-exílio da seguinte maneira:

Olhe, depois prejudicou meus estudos, porque eu ia fazer vestibular, não fiz porque não tinha mais cabeça, ainda hoje [as pessoas] têm preconceito com a gente, basta dizer assim: “é filha de Rubens Lemos”. Aí fica assim para dar emprego a Yasmine, a Camilo, Rubinho [...] Na igreja eu era ministra da eucaristia, porque o Padre me convidou, aí uma moça disse assim: “Deus dá e Deus tira, porque você é casada com um comunista”, já pensou? Eu sei que foi uma campanha tão grande (Entrevista Isolda Melo, 4 dez. 2004).

Nesse caso, em um contexto de forte repressão, ser filho de militante comunista, no Brasil, significava possuir um marcador social que o posiciona em desigualdade nas relações de poder vividas cotidianamente.

Voltando à situação de Rubens no exílio chileno, ele também não vivia dias bons. A conjuntura política no país deteriorava-se. Segundo a definição do próprio personagem, tratava-se de um “caldeirão fervendo de sangue, gás lacrimogêneo e mortes” em que “os enfrentamentos de rua passaram a ser rotina. Uma perigosa rotina.” (LEMOS, 3 abri. 2004, p. 1). Além disso, Rubens estava no Chile clandestinamente, pois o visto de turista havia vencido e os militantes temiam ir à embaixada para renová-lo. A fim de solucionar essa questão, membros do Partido Socialista Chileno conseguiram vistos falsos para os exilados brasileiros. O problema, no entanto, era que eles só podiam ser entregues em território argentino. Alguém teria que ir até a fronteira Chile/Argentina para pegar a documentação. Rubens foi o escolhido para a missão. Seriam três dias e três noites de caminhada pela Cordilheira dos Andes até chegar à fronteira. Somente Rubens e seu guia, Ramon Gutierrez⁸¹, foram encarregados para realizar a atividade.

Foram longos dias de caminhada, concentradas em ritmo forte durante o período da noite. A cada paço dado, a neve cobria a perna na altura da canela. Quinze minutos andando fortemente e três de descanso, alternados, até chegarem ao destino final. O

⁸¹ Não achamos informação sobre esse personagem.

plano deu certo e, apesar das dificuldades, conseguiram, durante a volta, passar com os documentos falsos pela polícia chilena. Os novos registros de Rubens davam-lhe o novo nome de Túlio Lins Monteiro, um advogado interessado em conhecer as belezas do país.

Essa missão indica uma estratégia muito adotada pelos militantes para driblar a repressão política: a adoção de uma nova identidade. Cabia ao portador dessa nova identidade memorizar seu nome e sua história, para não se complicar quando fosse questionado. Mesmo a tensão política do Chile sendo menor, em comparação a outros países latino-americanos onde as ditaduras haviam se instalado no poder e caçavam os militantes de esquerda, essa tática servia para despistar os serviços de informação dos referidos países que mantinham contatos uns com os outros através de suas embaixadas, como o próprio Brasil que buscava informações de militantes que viviam fora do território brasileiro. Se, por um lado, as embaixadas dos países mantinham contato e trocavam informações; por outro, os militantes transitavam amplamente entre os países. Segundo Benito Bisso Schmidt, trata-se de um contexto “onde se verificava considerável circulação internacional de militantes de esquerda na América Latina, motivada pela perseguição política e pela perspectiva internacionalista” (SCHMIDT, 2017, p. 198). Como evidencia a viagem de Rubens à Argentina, onde um companheiro esperava a chegada do jornalista para lhe entregar seus documentos, “essa circulação era possibilitada pelo fato de existirem formas de acolhimento aos militantes em deslocamento, propiciadas por relações de amizade (e até familiares) e/ou por afinidades político-ideológicas” (Ibidem).

Ao voltar ao Chile, Rubens foi ao encontro de Hector Caludehery⁸², responsável por fazer os contatos que possibilitaram a missão e diretor da Corporación de la Reforma Agrária. O camarada chileno e Rubens se dirigiram a um bar e, enquanto jantavam e tomavam vinho, um grupo armado do *Patria Y Libertad* invadiu o estabelecimento para matar Hector. Rubens narra o episódio da seguinte maneira:

De repente, entra um grupo fanático do Pátria y Libertad com intenções bem claras de matar Hector e “ao brasilenõ terrorista” [...] Hector me disse: “Corra, companheiro. Eles querem a mim”. Terá sido a doce embriaguez, provocada pelo excelente vinho chileno? Terá sido? Não sei. Sei apenas que me lembrei da honra e da dignidade nordestinas. O menino de Pixoré, filho de “Seu” Lemos e dona Mariquinha, não poderia deixar o amigo entregues às feras (LEMOS, 4 abril 2004, p. 1).

⁸² Não encontrei outras informações sobre esse personagem.

Além da violenta perseguição, que revela a radicalidade da direita chilena antes do golpe, é interessante como Rubens mobiliza na sua narrativa elementos da própria identidade espacial nordestina para justificar sua reação de coragem diante do acontecimento. Novamente esse elemento retorna nas construções memorialísticas do personagem, evidenciando a força que tem como um eixo ao redor do qual sua autobiografia é ordenada.

A briga no bar continuou e é assim lembrada por Rubens:

Foi um combate desigual. Éramos dois contra seis. Héctor sabia brigar. Eu sabia apenas enfrentar a luta. Tenho a impressão que não decepcionei. Já no meio da rua, um tiro, Héctor gritou: “Proteja-se. Eu vou mostrar a esses fascistas como eles são covardes”. Carabineiros chegavam correndo, armados à mão. Tumulto. E um coro de vozes tomou conta da rua [...] Era a brigada Ramon Parra, braço armado do Partido Socialista de Valdivia. Os fascistas do Pátria e Libertad correram. E um corpo ficou estendido. Uma bala nas costas liquidara com a vida do camponês e militante Hugo Ibañez (LE MOS, 4 abr. 2004, p.1).

Definitivamente, Rubens estava imerso nos violentos conflitos que davam o tom dos enfrentamentos. De um lado, os militantes que defendiam a legalidade e a ampliação do projeto da Unidade Popular no poder; de outro, em oposição, os setores de extrema direita. Rubens e Isolda, cada um a seu modo e em cada país onde viviam, enfrentavam os efeitos da violência política que marcou os anos 1960 e 1970 na América Latina. Para amenizar as dores e angústias do cotidiano, o casal trocava cartas. Não sem dificuldades, é claro. A distância e o medo constante da polícia interceptar alguma missiva e extrair informações dificultavam a circulação livre e rápida das correspondências. Foi possível acessar quatro cartas escritas por Rubens, as quais foram publicadas na obra memorialística de Isolda. Tomadas em seu conjunto, indicam as preocupações centrais que afligiam o jornalista de Natal naquele momento.

Na primeira carta, enviada por Rubens no dia 6 de fevereiro, o autor enaltece a coragem de Isolda em enfrentar com ele as adversidades da vida de um militante político. Essa adversidade, para o autor da carta, promovia um “sofrimento que engradece, que fortalece, que dignifica. Um sofrimento que ensina os caminhos do esperar e determina a certeza do caminhar” (CARTA, 1972, In: MELO, 2012). Essa crença de Rubens era amplamente compartilhada entre os militantes revolucionários, os quais mantinham “otimismo diante das situações mais adversas, leituras conjunturais sempre favoráveis” e confiavam “no poder das ações armadas dos pequenos grupos em desencadear o processo revolucionário” (CODARIN, 2019, p. 93).

A coragem em suportar as pressões desse momento era valorizada por Rubens. Em outra carta endereçada a Isolda, ele recomenda: “Diga a Rubinho essas coisas. Conte a ele, cantando, que ‘painho safado’ não morre na covardia. Não se entrega ao vilipêndio e não afrouxa no amor. São as riquezas que eu tenho. São as heranças que lhe deixarei. Ricas, imensas. [...]” (CARTA, 1972, In: MELO, 2012). Ele ainda completou dizendo que esse comportamento seria valorizado e compreendido pelo filho futuramente:

[Rubinho] Gritará alto e bem: “No peito do meu painho há dor e espera. Seu reino, meu mundo. No peito do meu painho há tanta coragem, gente, que muitos ainda vão morrer congestionados de remorso. Ele não, permanece vivo e intemporal. Imensamente rico na sua pobreza”. (CARTA, 1972, In: MELO, 2012)

Nesse trecho, é evidente a construção de uma memória de si, operada por Rubens, a ser transformada em legado. Na condição de figura paterna, os valores de integridade, moralidade e coragem constituem o eixo central dessa memória. Isso é importante porque diz respeito a uma declaração feita de um pai para seu filho numa situação cuja vida daquele corria sérios riscos. Nesse caso, o tema da paternidade revolucionária vem à tona e pode ser amplamente estudada, afinal: como a experiência da paternidade foi vivenciada por aqueles homens que dedicavam suas vidas à implementação do socialismo na América Latina?

No caso de Rubens, a militância impôs a ele, muitas vezes, que se ausentasse de casa e do próprio contato com a família. Miriam e Aldemir, irmã e sobrinho de Rubens, respectivamente, contaram que não tiveram notícias do familiar ao longo do exílio. Rubens procurou Aldemir apenas quando quis regressar a Natal, porque precisava do suporte do sobrinho, que deveria buscá-lo em algum ponto da cidade.

No sul do país, Maria Helena, tampouco, tinha contato com o ex-companheiro. Segundo Lucia, inicialmente sua mãe sequer sabia que Rubens estava no Chile com outra mulher. Ela lembra esse momento da seguinte maneira:

Em 1970, minha mãe tentou ir para o Chile quando ela soube que o pai estava lá. Ela tentou atravessar. Ela pegou eu, Marquinhos e Fabinho, fomos até São Paulo, ficamos escondidos, os companheiros do pai não nos deixaram atravessar porque era muito perigoso. Ficamos numa casa na Zona Leste [...] Minha mãe tentou atravessar e a gente ficou escondida naquela casa, durante uns três meses. Aí a gente voltou para Londrina porque era muito perigoso. Mas não era só porque era perigoso, era porque a Isolda estava lá (Entrevista Lucia Reale Lemos, 24 de maio de 2022).

De acordo com a perspectiva de Lucia, os pares de militância não disseram onde Rubens estava por duas razões: “Não, eles nunca entregariam. Eram companheiros da militância e tinham muita pena da minha mãe também” (Entrevista Lucia Reale Lemos, 24 de maio de 2022). Assim, Maria Helena e seus três filhos permaneceram desassistidos, não completamente porque tinham o suporte da família materna em Londrina e por causa de um certo “doutor Mozart Menezes”, o qual, segundo a própria Lucia, ajudou muito Rubens, Maria Helena e toda família:

Ele [Doutor Menezes] foi muito amigo da minha mãe e do meu pai. Muito. Mesmo meu pai tendo ‘abandonado’ a gente, ele [Menezes] ia a Londrina para saber como a gente estava, porque eu acho que ele passava a informação, né, para meu pai (Ibidem).

Essa narrativa é particularmente sensível porque evoca em Lúcia o trauma do abandono paterno. De acordo com ela, os filhos ficaram sem saber nada a respeito do pai durante quatro anos (de 1970 a 1974). A maneira como o assunto é elaborado pela filha faz com que as imagens de Rubens como um jornalista extremamente qualificado, homem da boemia e bastante carismático saia de foco e dê lugar à imagem de um pai ausente, mesmo que ainda muito amoroso e por quem todos os filhos possuem um grande respeito e carinho.

O pouco contato familiar que Rubens manteve nesse período em que esteve sozinho no Chile se deu com Isolda por meio das cartas. Rubens Lemos Filho, ainda que não soubesse ler, foi também destinatário de saudações e lembranças do pai. Nesse contato indireto que teve com seu filho, a preocupação central de Rubens foi enfatizar os sacrifícios que estava fazendo por algo maior, bem como sua coragem nos momentos adversos.

Além das trocas de afetos e carinho, as correspondências também transportaram mensagens de desafeto entre Rubens e Isolda. Após uma discussão do casal, Rubens mandou uma carta em que expressava as angústias que o afligiam na relação:

E me lembro que sempre disse: “Eu não quero fazer ninguém sofrer”. E estou fazendo. E estou sofrendo. Eu nem quero falar. Eu nem quero pensar. Eu nem quero sofrer. E estou sofrendo. Porque estou falando. Porque estou pensando. Em Rubinho, em Yasmin. Em você. Em olheiras profundas e corpo cansado [...] Eu não imponho que me esperem. Eu peço que vejam a permanente chegada. Porque eu estou andando, embora não tenha saído de mim. (CARTA, 1972, In: MELO, 2012).

Diferentemente das outras cartas, nessa missiva não há nenhum pronome carinhoso antecedendo o nome da destinatária. Não há referência à “Minha Isolda” ou “Isoldinha, meu amor”, como nas outras. É apenas inserido o nome completo dela. O final do trecho sugere que as desavenças eram relacionadas à demora de Rubens para voltar a Natal ou à ansiedade do casal para se reencontrar. Era um momento chave para Rubens, em que era difícil decidir. Por um lado, as disputas políticas no Chile se tornavam mais violentas e sua permanência mais difícil. Por outro, era praticamente impossível voltar ao Brasil e não ser preso. Diante dessa encruzilhada, a decisão de deixar o Chile e retornar a Natal foi tomada. Essa decisão é contada por Rubens da seguinte maneira:

Agosto de 1973, barril de pólvora no Chile [...] As notícias que me chegavam de Natal eram tristes. Yasmine havia nascido. A filha que saíra do Chile ainda no ventre de Isolda. Resolvi vir conhecer minha filha. E vim. (LEMOS, 4 de abril, 2004, p. 1)

Esse momento da trajetória de Rubens foi crucial. Ele precisou fazer uma escolha difícil, diante de um campo de possibilidades no qual as pressões políticas ameaçavam diretamente sua existência. A volta dele não foi premeditada ou planejada de forma minuciosa. Naquele momento, vários aparelhos do PCBR estavam sendo desmontados pela polícia e muitos militantes perdiam suas vidas, assassinados ou desaparecidos. No entanto, como discutimos anteriormente, para além de cálculos estritamente políticos, outras questões estavam em jogo. A saudade que Rubens sentia da sua esposa e a vontade de ver sua filha pela primeira vez certamente foram fatores preponderantes para que ele desse esse passo tão decisivo.

As viagens já faziam parte da trajetória de Rubens. As mudanças repentinas de espaço, mais ou menos forçadas, constituíam a dinâmica da vida de nosso personagem, como vimos até aqui. No caso da volta ao Brasil, o reencontro com sua família tornaria o momento especial. A poesia “A viagem”, de sua autoria, indica a sua expectativa nesse momento. Ele não pretendia simplesmente sair do Chile, mas principalmente chegar a Natal: “De vez em quando/ em quando/ é bom partir/ que afinal/ não se chega/ sempre” (LEMOS, 1978, p. 37). Só com a chegada e os reencontros a saudade seria sanada. Por isso, tamanho desejo por reencontrar.

Utilizando documentos falsos, com o nome de Edson da Silva Neves, Rubens deixou a capital chilena em direção a Córdoba, na Argentina. Partindo de lá, ele entrou no território brasileiro. Chegava ao fim o capítulo chileno. Ele regressava ao Brasil ciente dos riscos que corria, mas convicto, talvez, de que conseguiria driblar a

repressão, como havia feito anteriormente. Não sabia, no entanto, que o maior trauma de sua vida aconteceria logo em seguida: seria preso e duramente torturado.

vasto cemitério
 de corpos
 insepultos
 almas penadas
 povoando europas
 com choros e esperanças
 “castellanizadas”
 Oceanos
 Cordilheiras
 selvas e charcos
 separando lutos
 e um céu sem sentido
 olhando tudo (LEMOS, 1978, p. 13)

A poesia “Sudamerica”, que abre o livro “Ciclo de Pedras e de Cão”, expressa a perspectiva de Rubens em relação aos rumos do continente latino-americano. Quando ele escreveu tais versos, a maioria dos países do Cone Sul estava dominada por ditaduras militares, as quais combatiam e reprimiam violentamente grupos e ideias revolucionárias. Até chegar a esse momento de completo desalento, vários projetos e planos foram frustrados, em especial no início dos anos 1970 quando ele saiu do Chile e voltou ao Brasil.

Em 1970, o Chile representava a esperança de uma revolução socialista pela via eleitoral, que, caso fosse bem-sucedida, poderia incendiar os militantes nos países vizinhos e embalar suas lutas contra os governos militares. Rubens viveu intensamente o embalo dos chilenos nas lutas populares. A experiência da terceira via chilena, no entanto, fracassou vitimada por um golpe militar e, em 1973, quando o jornalista voltou ao Brasil, as esperanças em torno do projeto socialista vivido no Chile estavam praticamente esgotadas. Ele vislumbrou, então, na enorme dimensão da Cordilheira dos Andes, o tamanho do luto pela luta perdida.

No entanto, vale pensar a experiência do personagem para além do binômio fracasso/sucesso. Em primeiro lugar, a sua vida no exílio chileno extrapola a matemática dos marcadores de tempo convencionais. Se analisar apenas do ponto de vista do tempo cronológico, contado pelos dias do calendário, o capítulo chileno deveria

ocupar menos espaço na sua trajetória, já que ele permaneceu no país andino por um breve período. Porém, se trata de um momento saturado de experiências intensas e fortes, vivenciadas por ele de modo marcante. Tanto é que o jornalista e Isolda, sua esposa, escreveram, separadamente, vários textos memorialísticos sobre essa parte de suas vidas.

Durante o exílio chileno, Rubens conheceu personagens importantes, como Djalma Maranhão e João Goulart, contou com a solidariedade de uma rede de brasileiros exilados, sofreu perseguições, manteve contatos com militantes de outros países e participou de um projeto de poder socialista até então desconhecido por ele. Além disso, celebrou uma união matrimonial pela segunda vez, agora em uma paróquia de denominação católica, firmando compromisso religioso novamente, e gerou mais uma filha. Essa sequência de acontecimentos desordenados e, por vezes, imprevistos expõe as conexões claras existentes entre a militância política e as relações afetivas. Tais conexões alteraram, inclusive, o campo de possibilidades do personagem, atuando como uma força decisiva nas escolhas tomadas por ele.

Essa experiência internacional certamente alterou as perspectivas de Rubens como indivíduo, dando-lhe novas referências políticas e afetivas. O contato com outra cultura, novas pessoas e novos projetos políticos influenciaram as experiências do nosso personagem. Ao longo desse capítulo ficou evidente também as descontinuidades, incertezas e surpresas que marcaram a sua trajetória, alterando diretamente o campo de possibilidade no qual ele vivia e a construção de seus projetos, os quais por vezes não puderam sequer ser bem delimitados devido ao grau de indefinição da sua vida.

Considerações finais e percursos da pesquisa

Após chegar do exílio, Rubens permaneceu alguns dias em Natal. Encontrou-se com sua família e seus amigos. Seu jeito espontâneo, agitado e irreverente fez com que a notícia da sua chegada logo se espalhasse pela cidade. Até pessoas não tão próximas ele personagem, sabiam da sua volta a capital do Rio Grande do Norte. Não demorou e a polícia também tomou conhecimento que o “revolucionário” estava por terras natalenses. Logo a sua prisão foi deflagrada e efetuada. Aconteceu quando Rubens e Isolda estavam caminhando em direção à casa de um amigo para confraternizar. Esse momento traumático é narrado por Rubens da seguinte maneira:

Um ‘ser menor’ na noite de 5 de setembro de 1973 me denunciou a ditadura. Todo um quarteirão cercado, minha mulher comigo. E ouvi o grito que não deixa de ser a quinta essência da ironia: ‘Rubens Lemos, em nome da Lei, da Ordem e da Democracia, você está preso! [...] O horror começava (Três dias e três noites..., LEMOS, 4 abri 2004).

Logo os dois foram levados a Colônia Penal Doutor Chaves, onde permaneceram por cinco dias. Isolda foi mandada para casa e Rubens seguiu para o DOI-CODI em Recife. Nenhum familiar ou amigo foi informado. Após muita investigação, seus parentes conseguiram localizar seu destino. Ele permaneceu seis meses aproximadamente na prisão. Sofreu torturas físicas e psicológicas, além de ter acompanhado de perto o assassinato de vários companheiros de militância, dentre eles o de José Carlos da Mata Machado, líder da Ação Popular.⁸³

Rubens foi posto em liberdade no ano de 1974, e, segundo os relatos de todos familiares e amigos, nunca mais foi à mesma pessoa. Quando voltou de Pernambuco a Natal, estava fisicamente desfigurado, irreconhecível. A tortura brutal a que foi submetido provocou sequelas graves, fazendo com que ele desenvolvesse doenças psíquicas e disfunções motoras severas.

De toda forma e com todas as dificuldades, a vida de Rubens continuou. Seus passos eram acompanhados de perto pelos órgãos repressores. Na plataforma SIAN é possível encontrar vários documentos produzidos pela ditadura durante os anos de 1970 e 1980 sobre ele. Do ponto de vista profissional, Rubens continuou atuando na imprensa esportiva e se destacou como funcionário da Tribuna do Norte. No final dos anos 1980,

⁸³ Rubens Lemos denunciou publicamente a morte de José Machado. Ver mais em: < <https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/jose-carlos-novaes-da-mata-machado/> >. Acessado em 09/09/2022.

foi assessor parlamentar de Dante Oliveira, cargo que o levou à morar alguns anos no estado do Mato Grosso.

A militância política de Rubens não parou após 1974. Entre as décadas de 1970 e 1980, ele participou ativamente da organização do Partido dos Trabalhadores (PT), nas dimensões nacionais e locais, sendo o primeiro candidato a governador pelo partido no Rio Grande do Norte, na eleição de 1982. Além disso, foi redator do jornal clandestino *O Povão*, órgão vinculado ao PCBR.

Imagem 10 – Panfleto da campanha de Rubens Lemos ao governo do estado do Rio Grande do Norte, em 1982.



Fonte: Acervo particular de Aldemir Lemos.

Imagem 11 – Reunião do Partido dos Trabalhadores em 1981. Da esquerda para direita: Francisco Weffort, Rubens Lemos e Luís Inácio da Silva (Lula)



Fonte: acervo particular de Aldemir Lemos

Imagem 12 – Membros do Partido dos Trabalhadores, em 1982.



Fonte: acervo particular de Aldemir Lemos

Ao longo da década de 1990, Rubens passou a sofrer com o alcoolismo. Não conseguia manter empregos fixos. Faleceu no ano de 1999, aos 57 anos de idade, vítima de hemorragia, decorrente de uma cirrose hepática.

A vida de Rubens extrapola as balizas temporais da sua existência terrena. Poucos anos, mas que foram vividos por ele de modo muito intenso. Disputas em torno da sua memória fazem com que sua trajetória ganhe novos sentidos e significados até os dias atuais. No que se refere especificamente a essa pesquisa, não se buscou lançar um estudo biográfico definitivo sobre Rubens Lemos, como nenhum o será. Também não se buscou revelar intimidades ou fatos totalmente desconhecidos sobre o personagem, muito menos endeusá-lo ou elogiar desmedidamente suas atitudes, criando, assim, uma memória laudatória. A potencialidade dessa pesquisa reside na análise histórica que foi feita sobre a trajetória de Rubens, buscando compreender como ele se constituiu em um jornalista e militante de destaque no Rio Grande do Norte.

Para atender a tal pretensão analítica, Rubens foi considerado objeto de estudo nos diversos campos de possibilidades em que ele viveu. Dessa forma, foram problematizados os discursos memorialísticos que indicam que o personagem era predestinado a ser jornalista e militante desde seu nascimento. Compreendeu-se que a sua formação intelectual, cultural e religiosa, bem como suas redes familiares ofereceram ao personagem recursos materiais e simbólicos que tornaram possível que ele se aproximasse do jornalismo no final dos anos 1950.

Por outro lado, para explicar o seu ingresso na militância, retomou-se a discussão sobre a experiência democrática da Quarta República. Nesse momento, acontecia uma movimentação política nunca vista no país: homens e mulheres se reuniam em organizações de base, partidos e sindicatos para reivindicar reformas sociais profundas e para defender a jovem democracia brasileira. Foi então que Rubens aderiu a movimentos populares, por meio da atividade profissional, coordenando greve e tendo contato direto com militantes destacados. Para ele, jornalismo e militância passaram a se cruzar diretamente.

Novamente, vale a pena destacar, isso não estava inscrito desde o início na vida de Rubens. Vários jornalistas começaram suas carreiras nos anos 1950 e não se engajaram politicamente da mesma maneira. No caso do personagem, o campo de possibilidades, as redes familiares, profissionais e de amizade, sua formação, suas escolhas individuais e alguns acontecimentos mais aleatórios que outros tornaram possível esse ingresso paralelo na profissão e na militância.

Logo após o golpe de 1964, Rubens passou a ser perseguido e precisou fugir de Londrina e buscar outra cidade para morar. Foi então que voltou a residir no Rio Grande do Norte. Na cidade de Natal, se tornou um jornalista destacado, compondo uma equipe de sucesso do veículo *Diário de Natal*. As reportagens de sua autoria com maior repercussão tinham como tema os problemas sociais enfrentados pela população mais pobre. Ele também se destacou na imprensa esportiva, escrevendo crônicas sobre partidas de futebol e comentando jogos dos principais clubes do estado. Rotina intensa e dedicada diariamente à profissão. Nos momentos de lazer, costumava participar de serestas nos principais bares de Natal e frequentar a sede social do América Futebol Clube, onde aconteciam os shows de samba na cidade.

Em 1968, Rubens passou a compor o PCBR. Para compreender o seu ingresso no partido, recorreu-se, novamente, ao campo de possibilidades em que ele vivia e ao repertório de ideias e manifestações políticas às quais ele teve acesso ao longo dos anos 1950 e 1960.

Como membro de um partido revolucionário, ele deveria ser discreto. No entanto, a discrição exigida era deixada de lado quando ele tinha espaço “aberto” na imprensa. Rubens lançava críticas abertas à ditadura enquanto comandava *A Grande Parada*, programa que apresentava diariamente na rádio Poti. Por causa de um desses episódios, começou a ser perseguido sistematicamente e foi jogado para a clandestinidade. A decisão dele foi sair do Brasil.

A experiência de Rubens no exílio foi marcada pela perda de referências. Família, companheiros de profissão, de militância e amigos de bar foram deixados para trás. No Chile, onde ele permaneceu por aproximadamente um ano, teve contato e se entusiasmou com o projeto da terceira via chilena para o socialismo. Foi um período intenso em que os dias do calendário não dão conta da potência e da complexidade que se apresentava para Rubens. Se, por um lado, o Chile de Allende promoveu esperança para os brasileiros que buscavam exílio no país; por outro, impulsionou medo e frustração com o radicalismo de direita, e, posteriormente, com o golpe militar em 1973.

Se considerarmos que o “militante típico” era aquele desejado pelas organizações políticas, Rubens foi um personagem “atípico”. Era explosivo e às vezes indisciplinado. Envolveu-se em relações amorosas com mulheres que não apoiavam sua militância. Tais relações são complexas e levam a conflitos familiares que repercutem até os dias atuais. Esse é, aliás, um tema sensível e delicado que circunscreve a memória sobre Rubens. Novamente, adotou-se uma postura diferente de uma busca por “fococas”

ou tão somente para incitar intrigas. Nesse sentido, as singularidades e caminhos individuais de Rubens indicam a heterogeneidade de experiências que compuseram o movimento coletivo revolucionário ao longo dos anos 1960.

Foi difícil estudar Rubens Lemos sem apelar para os advérbios de intensidade. Parece que os seus projetos, traçados nos campos de possibilidades em que viveu, foram merecedores do máximo de sua energia. Os depoimentos que enfatizam as suas relações (profissionais, amorosas, familiares e políticas) ressaltam essa sua característica pessoal. Talvez por isso, quem se lembra dele ainda hoje o faz de uma forma igualmente veemente, sem poupar adjetivos negativos ou positivos.

Esse texto foi escrito durante a pandemia causada pelo SARS-CoV-2, o que impactou profundamente a consecução da pesquisa que lhe serve de base, pois alterou significativamente o campo de possibilidades no qual o estudo estava inserido. Expectativas e metas delimitadas na fase de preparação do projeto foram totalmente frustradas por causa dos limites impostos pelas medidas necessárias e adotadas de distanciamento e proteção social.

Por outro lado, a pandemia impactou a pesquisa no que se refere às narrativas dos depoentes. Durante dois anos, vivemos um cenário devastador de mortes e descaso político com a vida, sem expectativas de quando as coisas retomariam (isto é, caso retomassem) ao “normal”. Diante de tantas perdas, familiares e amigos do biografado não se sentiram mais confortáveis psicologicamente para falar sobre Rubens. Buscou-se superar esses desafios com os instrumentos teóricos e metodológicos disponíveis, respeitando a opção dos colaboradores.

Falando agora na primeira pessoa do singular, compartilho a experiência de que em um movimento contrário a esse de silêncio, nos últimos meses encontrei algumas pessoas que sentiram necessidade de falar sobre o biografado. Após a retomada lenta e gradual das atividades, voltei a frequentar bares que costumava ir antes da pandemia. Senhores até então desconhecidos para mim, quando sabiam da minha pesquisa, me procuravam para contar imediatamente alguma história que viveu com ele. Não queriam prestar depoimentos longos e demorados. Autorizavam a gravação, mas deixavam claro que teria que ser feita ali e com os instrumentos disponíveis. Sentiam-se impelidos apenas a relatar uma história engraçada ou curiosa que viveram com nosso biografado. A maioria dos casos contados situava-se nos anos 1980 e 1990. O contato com esses entrevistados não permanecia, até porque eles próprios não queriam. Isso resultou em

vários áudios de cinco a dez minutos ainda hoje armazenados na memória de meu celular pessoal, os quais, quem sabe, eu possa retomar em outra pesquisa.

Escrever sobre a trajetória de Rubens foi, do ponto de vista pessoal, um desafio no que se refere à aproximação e distanciamento do objeto. Algumas vezes me peguei triste com alguma atitude do personagem, feliz com um projeto empreendido por ele e, principalmente, entusiasmado com suas mudanças repentinas e atitudes apaixonadas. Busquei fazer com que essa relação de aproximação/distanciamento fosse revertida sempre em respeito à sua trajetória e a sua memória. Por isso, tratei com especial atenção e delicadeza os temas que envolvem a vida familiar, sem explorar narrativas e tópicos que não fossem profundamente relevantes à consecução do trabalho. Assim como as vinculações teóricas, a metodologia adotada e a bibliografia lida, esses elementos constituem o percurso da pesquisa e conformam o produto final. Se o texto suscitar novas reflexões sobre as experiências dos homens e mulheres que dedicaram as suas vidas à implementação do socialismo nos anos 1960 na América Latina, o objetivo está cumprido.

Documentos consultados

Acervo DOPS. Ficha Rubens Lemos. Natal, 1973. N° 3009 Arquivo Público do Rio Grande do Norte.

LEMOS, Rubens. Ciclos de pedra e de cão. Natal: Editora Clima, 1978.

MELO, Isolda Carneiro. Do ventre da cordilheira: uma carta para Yasmine. Natal: Offset Editora, 2012.

Carta de Rubens Lemos a Isolda Carneiro Melo, 06/02/1972. In: LEMOS, Isolda Melo. Do ventre da cordilheira: uma carta para Yasmine. Natal: Offset Editora, 2012.

Carta de Rubens Lemos a Isolda Carneiro Melo, 10/03/1972. In: LEMOS, Isolda Melo. Do ventre da cordilheira: uma carta para Yasmine. Natal: Offset Editora, 2012.

Carta de Rubens Lemos a Isolda Carneiro Melo, s.d. In: LEMOS, Isolda Melo. Do ventre da cordilheira: uma carta para Yasmine. Natal: Offset Editora, 2012.

Entrevistas

Entrevista de Isolda Carneiro Melo a Fundação Joaquim Nabuco, em 6/12/2004.

Entrevista Luciano Almeida, vídeo chamada via WhatsApp, 11/05/2021.

Entrevista Luciano Almeida, vídeo chamada via WhatsApp, 24/05/2021.

Entrevista Marcelo Mário Melo, vídeo chamada via WhatsApp, 07/03/2021.

Entrevista Silvio Tendler, mensagem de áudio via WhatsApp, 08/07/2022.

Entrevista Silvio Tendler, mensagem via WathsApp, 12/07/2022.

I.B.G.E - CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO. Censo demográfico do Estado do Rio Grande do Norte. 1956. Disponível em: <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v15_t1_rn.pdf >
 Acesso em 20 de março de 2022.

TV DHnet Direitos Humanos. Juliano Siqueira 01 - Memória das Lutas Populares, Série Acervos Militantes. Disponível em: <
https://www.youtube.com/watch?v=Odtg6fffdCE&ab_channel=TVDHnetDireitosHumanos > Acesso em 06/03/2022.

TV DHnet Direitos Humanos. Rubens Lemos - História do PT RN. Disponível em: <
https://www.youtube.com/watch?v=bmhif5CE04c&t=249s&ab_channel=TVDHnetDireitosHumanos > Acesso em 5/11/2021.

LEMOS, Rubens. Memórias do Exílio: Dos sertões de Pixoré para o Chile de Allende. *Diário de Natal*. 1 de abril de 2004, p. 5.

LEMOS, Rubens. Memórias do Exílio: Fugindo ao cerco até o encontro com Djalma Maranhão. *Diário de Natal*. 2 de abril de 2004, p. 4.

LEMOS, Rubens. Memórias do Exílio: Jango me disse: “Os militares não vão entregar o poder tão cedo”. *Diário de Natal*. 3 de abril de 2004, p. 7.

LEMOS, Rubens. Memórias do Exílio: Três dias e três noites de perigo na Cordilheira. *Diário de Natal*. 4 de abril de 2004, p. 15.

Centro de Informações da Aeronáutica. OPERAÇÃO SALTAMONTES. 1973. Disponível em: <
http://base.memoriasreveladas.gov.br/mr/Multinivel/Exibe_Pesquisa_Reduzida.asp?v_CodReferencia_ID=859115> Acesso em 02/02/2022

Bibliografia:

AIRAGHI, Paulo Vitor Sauerbronn. *José Leão Ferreira Souto e construção da identidade potiguar na transição do século XIX para o século XX*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *Nordestino, uma invenção de fala, uma história do gênero masculino (Nordeste 1920-1940)*. Maceió: Catavento. 2003

ALEXANDRE, M. J. *Raízes dos batistas potiguares*. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

BATISTELLA, A.. A participação e a influência de Jânio Quadros na política paranaense (1958-1961). *Revista Antíteses*, v. 11, p. 741-767, 2019.

BATISTELLA, ALESSANDRO. Os reflexos políticos do golpe de 1964 no Paraná e as eleições de 1965. *HISTÓRIA (SÃO PAULO)*, v. 34, p. 274-302, 2015.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1900 – 2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BELO, José Eudes Alves. *Nas colinas onde o Nordeste garoa: narrativas, memórias e práticas de espaço na cidade de Garanhuns – PE (1937 – 1951)*. 2019. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. Orgulho e preconceito: a “objetividade” como mediadora entre o jornalismo e seu público. *Opinião Pública*, Campinas. V. 18, n. 1. jan./ jun. 2012. p. 22 – 43.

BONI, Paulo César; KOMARCHESQUI, Bruna Mayara ; RODRIGUES, Natália de Fátima . O papel do Paraná Norte na construção da Santa Casa e o esporte nas ondas do rádio. Londrina: Planográfica, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, P. *O capital social* – notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.) *Usos e abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BORGES, Elisa de Campos. *Con la Unidad Popular ahora somos Gobierno!* Experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende. 2011. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

BULHÕES, Juliana; SOBRAL, Gustavo. *Memórias do jornalismo no Rio Grande do Norte*. Natal: Caravela, 2018.

CODARIN, Higor. *O MR-8 na luta armada: as armas da crítica e a crítica das armas*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2019.

CODARIN, Higor. Influxos teóricos na luta armada: a Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB/MR-8). *Outubro Revista*, v. 33, 2019.

CONTIER, A. D.. Edu Lobo e Carlos Lyra: o nacional e o popular na canção de protesto (os anos 60). *Revista Brasileira de História*, v. 18, p. 13-52, 1998.

COSTA, Wicliffe de Andrade. *A Implantação do Protestantismo no Rio Grande do Norte (1879-1908)*. 1986. 186f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

CURY, Márcia C. de O.. *Sindicatos e Cordões Industriais: uma reflexão em torno do histórico da organização operária chilena e da sua mobilização revolucionária*. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 5, n. 10, p. 221-247, 2013.

DELLA VECHIA, Renato da Silva. *Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência - Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. *Minha terra tem horrores: o exílio de brasileiros no Chile (1970-1973)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ELIAS, Nobert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ESQUERDA. In: Enciclopédia Latino Americana. Brasil, s.d. Disponível em: < <https://www.leffa.pro.br/textos/abnt/verbete.html> >. Acesso em 8 de janeiro de 2022.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. 1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a Ditadura Militar no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 1, 376p.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GALVÃO, Mailde Pinto. *1964: aconteceu em abril*. Natal: Editora Clima, 1994.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. Rio de Janeiro: Editora Autêntica, 2014.

GASPAROTO, Alessandra. “*O terror renegado*”: uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à ditadura civil-militar no Brasil (1970 – 1975). Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

GARCIA, M. A. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 8/9, p. 319–342, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1886>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

GERMANO, José Willington. Lendo e aprendendo: a campanha De pé no chão. São Paulo: Cortez, 1982.

GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143 - 179.

GINZBURG, Carlo; PONI. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 169 - p. 178.

GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de “Il retorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

GUARANY, Reinaldo. *A fuga*. São Paulo: Brasiliense, 1984

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. *O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro (1967-1988)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

JARA, Mariano Veja. Movimento Operário, cordões industriais e poder popular. Outubro Revista, n° 23, 2013.

JARDIM, Denise Fagundes. *De Bar em Bar: Identidade masculina e auto-segregação entre homens de classes populares*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1991.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo XXI, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004. Editorial, 2004.

KOMARCHESQUI, Bruna Mayara ; BONI, Paulo César . No ar a ZYD-4 Rádio Londrina: o progresso do setentrião paranaense nas ondas do rádio. UNOPAR Científica. Ciências Humanas e Educação, v. 10, p. 11-17, 2009.

KOPANYSHYN, Emanuelle. *A ação política dos bispos católicos na ditadura militar: os casos de São Carlos e Assis*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.) *Usos e abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. P. 246-7.

MACEDO, Ubirajara. *Lá fora se falava em liberdade*. Natal: Sebo Vermelho, 2001.

MALATIAN, T. M.. A biografia e a História. *Cadernos Cedem*, n. 2, v. 1, p. 16-32, 2008.

MARQUES, Berenice Pinto. *Os direitos à cidadania no governo de Djalma Maranhão (1956-1964)*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Militância política e solidariedade transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968 – 1979)*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

McCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial - Raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas, Editora da Unicamp, 2010.

MEDEIROS, Arilene Lucena de. *Dorian Gray Caldas: a trajetória biográfica de um artista precursor de uma identidade potiguar (1950-1989)*. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000

MORAIS, Jean-Pierre Macedo Dantas de. *Um Rio Grande do Norte a ser ensinado: a trajetória do ensino de História do Rio Grande do Norte durante a Primeira República (1908-1925)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

NAPOLITANO, Marcos. A formação da Música Popular Brasileira (MPB) e sua trajetória histórica. *Humania del Sur*. N.º. 16. V.1. Jan/Jun, 2014

NAPOLITANO, M.. Aporias de uma dupla crise: história e memória diante de novos enquadramentos teóricos. *Saeculum (UFPB)*, v. 39, p. 205-218, 2018.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO. Linha política. In: REIS; SÁ (org.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 – 1971*.

PINHEIRO, Carlos Sizenando Rossiter; PINHEIRO, Fred Sizenando Rossiter. *Dos bondes ao Hippie Drive-in: fragmentos do cotidiano da cidade do Natal*. Natal: EDUFRN, 2017.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, n. 14, Educ – Editora da PUC-SP, São Paulo, fev. 1997.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF. Rio de Janeiro: UFF, v.1, n. 2, 1996, p. 59-72.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968, o curto ano de todos os desejos. *Tempo Social*, n. 10, 1998, p. 25-35.

RIBEIRO, Ana P.. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos - CPDOC/ FGV*, Rio de Janeiro, v. 31, p. 147-160, 2003.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. FERREIRA, Jorge. (Orgs.). *O tempo da*

ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Ed. 8 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. (Coleção O Brasil Republicano, v.4), p. 133-166.

RIDENTI, M. S.. Intelectuais e romantismo revolucionário. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n.2, p. 13-19, 2001.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira* (2ª ed.). São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano*. Ed. 8. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, (Coleção O Brasil Republicano, v. 4), p.43 – 93.

Marta Gouveia de Oliveira Rovai, « A militância pelo afeto: táticas femininas para enganar perpetradores durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1984) », *L'Ordinaire des Amériques* [En ligne], 222 | 2017, mis en ligne le 28 juin 2017, consulté le 10 février 2022. URL : <http://journals.openedition.org/orca/3531> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/orca.3531>

SANTHIAGO, R; MAGALHÃES, Valéria B. *Rompendo o isolamento: Reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. Anos 90*, n. 27, p. 1-18, 2020.

SCHMIDT, Benito Bisso. Flavio Koutzii: *biografia de um militante revolucionário*. Porto Alegre: Editora Libretos, 2017.

SCHMIDT, Benito B. Biografia e regimes de historicidade. *Métis (UCS)*, Caxias do Sul, n.3, v. 2, p. 57-72, 2003.

SCHMIDT, Benito B. História e biografia. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro F. (Org.). *Novos domínios da História*. 5ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011, p. 176-187.

SILVEIRA, Éder da Silva. (dez. 2013). Memórias políticas sobre a cisão do PCB e a formação do PCBR no pré-golpe de 1964. *Revista História: Debates e Tendências*, 13(2), 384-401. <https://doi.org/10.5335/hdtv.13n.2.3726> . Acesso em 18 de junho de 2021.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. João do Rio, repórter da pobreza na cidade. *Em questão*, Porto Alegre, v.10, n. 1, jan./jun. 2004. p. 81 – 93.

SOUZA, Rodrigo Basilio Pereira de. *Entre o trauma e o tabu: o não-lugar da memória da luta armada na transição pactuada brasileira - análise dos testemunhos de presos políticos da ditadura militar*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SOUZA, Adriana Barreto de. Pesquisa, escolha biográfica e escrita da história: biografando o duque de Caxias. *HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA*, v. 5, p. 106-128, 2012.

TOMAZI, Nelson Dacio. “Norte do Paraná”: História e fantasmagorias. 1997. 342 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

VARGAS, Mariluci Cardoso. O testemunho e suas formas : historiografia, literatura, documentário (Brasil, 1964-2017). 2018. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VELHO, G. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas* (3a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

WEIMER, Rodrigo de BRITO Azevedo. *A gente da Felisberta: Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c.1847-tempo presente)*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo , v. 27, n. 54, p. 19-38, dez. 2007 .